



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**IX Legislatura**

**Número: 43**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-Feira, 26 de Novembro de 2009**

**Presidente:** Deputado Francisco Coelho

**Secretários:** Deputados José Ávila (*substituído no decorrer da Sessão pelo Sr. Deputado José Lima*) e Mark Marques

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 34 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados, deu-se continuidade à análise da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009 que aprova o “Plano Anual Regional para 2010”** e à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/2009 que aprova o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2010”**.

Para o efeito usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge, (*PS*); Pedro Medina (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), José Gaspar Lima (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*), Rui Ramos (*PSD*), José Rego (*PS*), Piedade Lalande (*PS*), António Marinho (*PSD*), Nélia Amaral (*PS*), João Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), bem como o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona), a Sra. Secretária

Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Ao abrigo do artigo 165º, nº 4, proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Mário Moniz (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Hélder Silva (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

A votação iniciou-se com a aprovação, por maioria, do Plano Anual Regional para 2010.

No debate na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Helder Silva (*PS*), Graça Teixeira (*PS*), Isabel Rodrigues (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Francisco César (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), Catarina Furtado (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Berto Messias (*PS*), Herberto Rosa (*PS*), Domingos Cunha (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Alexandre Pascoal (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*), o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

No debate na especialidade sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/2009 que aprova o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2010, usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Gomes (*PSD*), Graça Teixeira (*PS*), Berto Messias (*PS*), Francisco César (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*)

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Marino (*PSD*), Helder Silva (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

*(Os trabalhos terminaram às 3 horas)*

**Presidente:** Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos proceder à chamada.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva**

**Alzira Maria de Serpa e Silva**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Ernesto Valério Andrade Pacheco**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Helder Guerreiro Marques da Silva**

**Hernâni Hélio Jorge**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José de Sousa Rego**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Maria da Graça Lopes Teixeira**

**Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Paula Cristina Dias Bettencourt**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos**

**António Maria Silva Gonçalves**

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Pedro Rebelo Costa**

**António Lima Cardoso Ventura**

**Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins**

**Cláudio Borges Almeida**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**

**Francisco da Silva Álvares**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Abel Jorge Igrejas Moreira**

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Luís Virgílio de Sousa da Silveira**

**Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Mário** Manuel de Castro **Moniz**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

***Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***

**Aníbal** da Conceição **Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM):***

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Não temos correspondência para se proceder à sua leitura, por isso vamos retomar os nossos trabalhos no ponto onde os deixámos no dia de ontem.

O Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tinha feito a sua intervenção e tinha terminado o período de esclarecimentos relativo à mesma.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado **Hernâni** Jorge.

**Deputado **Hernâni** Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

*“O mínimo que é cientificamente necessário excede em muito o máximo que é politicamente viável”*, afirmou-o Al Gore, há uns anos, aludindo ao combate às alterações climáticas.

Mas esta frase ganha hoje especial relevância, quando, há três semanas, o presidente da Comissão Europeia, **Durão Barroso**, veio dizer que *“não há condições para aprovar na Cimeira de Copenhaga um novo tratado climático do tipo Protocolo de Quioto”*.

Se, depois da ratificação do Protocolo de Quioto pela Rússia e, sobretudo, com a entrada em funções da nova administração dos Estados Unidos da América, se gerou uma expectativa optimista relativamente ao combate às alterações climáticas no pós-2012, a actual crise global colocou-nos perante a indefinição que hoje se constata, a pouco mais de uma semana do começo da Cimeira de Copenhaga.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É, pois, sob o fantasma dos efeitos da crise que os líderes mundiais se sentarão à mesa das negociações na capital dinamarquesa, nos próximos dia 7 a 18 de Dezembro.

Mas depois do insucesso anunciado, a reunião do Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia da passada segunda-feira fez renascer a esperança num acordo político que sirva de base a um novo tratado climático.

Andreas Carlgren, ministro sueco do Ambiente, que liderará as negociações de Copenhaga em nome da União, fez saber que a Europa está disposta a assumir objectivos mais ambiciosos (eventualmente reduções até 30%) e a aceitar metas menores por parte dos Estados Unidos para a redução de emissões de gases com efeito de estufa até 2020, desde que este país assuma compromissos mais significativos para os anos seguintes (2025 ou 2030) e invista no combate à desflorestação nos países em desenvolvimento e em projectos de compensação de carbono, independentes dos esforços para conter as emissões internas.

Este é um dado significativo, pois Barack Obama dificilmente levará a Copenhaga metas além das que foram aprovadas, em Junho, na Câmara dos Representantes e que estão a ser discutidas no Senado norte-americano, visando reduzir as emissões em 17% até 2020, tendo como referência o ano de 2005.

Mesmo assim, subsistem as questões relativas à China, que se tem recusado a assumir objectivos vinculativos, e quanto às justas exigências dos países não desenvolvidos de adopção de mecanismos de compensação pelos danos causados nas suas perspectivas de crescimento.

Contudo, como muito bem afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas, a incapacidade de se chegar a um acordo global sobre o controlo das emissões seria *“moralmente indesculpável, de vistas-curtas em termos económicos e politicamente mal-avisado”*, pelo que ficamos a aguardar algo de novo do reino da Dinamarca.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos os dados disponíveis indicam que os consumos mundiais de petróleo, gás e electricidade vão regredir em 2009.

De acordo com a informação da Agência Internacional de Energia, publicada no *Oil Market Report* de Outubro, a procura mundial de petróleo cairá 1,9% este ano, depois da descida de 0,2% ocorrida em 2008.

Segundo um estudo disponibilizado na passada semana pela consultora CapGemini, o ano de 2009 fica marcado pela queda da procura mundial de electricidade (3,5%) e de gás (3%), o que acontece pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial.

Se, do ponto de vista ambiental e encaradas só por si, estas quebras nos consumos de combustíveis e electricidade são positivas, por aquilo que significam em termos de redução das emissões dos gases com efeito de estufa, evidenciam, no contexto, uma face preocupante.

Desde logo, essas reduções nos consumos não resultam de uma alteração significativa dos paradigmas civilizacional e energético, à escala global, sendo, sobretudo, consequência da crise económica e do recuo da actividade industrial.

Por outro lado, tais tendências de consumo afectam directamente os investimentos nas energias renováveis.

Os investimentos nas energias verdes, de acordo com o referido estudo da CapGemini, recuaram 14% na Europa no segundo semestre de 2008 – em clara ruptura com a taxa de crescimento anual média de 56% verificada nos cinco anos anteriores – e a Agência Internacional da Energia prevê uma baixa mundial de 38% desses investimentos em 2009.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes são sinais preocupantes, à escala global, mas que, felizmente, não encontram paralelo nos Açores.

A nossa Região prossegue a sua caminhada. Uma caminhada segura, assente em profundas alterações na matriz energética, incorporando, em boa escala, fontes renováveis, designadamente as energias geotérmica, eólica e hídrica, cuja produção representou cerca de 29% do global da electricidade comercializada no período de Janeiro a Outubro de 2009.

O consumo de energias verdes entre os açorianos é substancialmente superior à média apurada na União Europeia a 27, que se situa nos 15,6%, de acordo com um

relatório do Instituto Nacional de Estatística espanhol, divulgado no passado mês de Setembro.

Já atingimos quase o dobro da média da União Europeia, mas não nos damos por satisfeitos... Pois, queremos mais!

É essa aliás a orientação plasmada no Programa do X Governo dos Açores, que se propõe atingir o objectivo de 50% de produção de energia eléctrica de fontes renováveis, até 2014, essencialmente por via do desenvolvimento de novos projectos geotérmicos, hídricos e eólicos.

Em idêntico sentido, o Plano Estratégico Plurianual da EDA, para o período de 2009/2013, assume um conjunto de investimentos que visam incrementar, significativamente, a penetração das energias renováveis, elevando-a para a já aludida quota de 50%, até 2013/2014, e perspectivando-se que, em 2018, possa atingir cerca de  $\frac{3}{4}$  do total da energia eléctrica produzida no conjunto do arquipélago.

Os investimentos da EDA em energias verdes, previstos entrarem ao serviço até 2013/2014, traduzir-se-ão numa redução significativa do consumo de combustíveis fósseis (diesel e fuel), evitando a emissão de mais de 157.000 toneladas de CO<sub>2</sub>.

Em simultâneo, o Governo prossegue com as políticas e medidas de promoção da eficiência energética, designadamente a implementação da certificação energética dos edifícios, a introdução da produção distribuída (microgeração) e a revisão do programa de incentivos ProEnergia.

É caso para afirmar, à laia de conclusão, que nem a crise global nem as tendências internacionais desviam o Governo e o Partido Socialista do arrojado propósito de fazer dos Açores uma região de referência no domínio da utilização de energias renováveis.

Disse!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo passamos para a intervenção seguinte.



Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

**Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A eficácia das políticas governativas, espelhadas nos orçamentos e respectivos planos de investimento, são medidos pelos resultados e por indicadores económicos, financeiros e sociais. Mas o principal indicador, de carácter qualitativo, é o nível de bem-estar das populações. É deste ponto de vista que estamos a analisar o plano e orçamento para 2010, apresentados nesta Assembleia.

Temos pautado ao longo do tempo a nossa conduta por sermos uma oposição responsável: Fiscalizando a actividade governativa, criticando as suas opções, e propondo soluções que possam contribuir para o bem-estar dos Açorianos.

Invoca-se muito que a crise chegou aos Açores mais tarde e que mais cedo sairá. Factores há muitos, mas o facto da Administração Regional contribuir com cerca de 40% para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e empregar mais de 30% da População na Região, tem o seu peso decisivo. Seria interessante fazer a análise do verdadeiro impacto da crise sobre os diferentes sectores de actividades, desenvolvidos por todos aqueles que o fazem fora da esfera da Administração Regional.

A nível fiscal, a postura conservadora na República é seguida, também, aqui, na Região.

O Ministro das Finanças, anunciou o fim da aplicação do IVA sobre o preço de venda dos automóveis, mas em contrapartida irá aumentar o Imposto sobre Veículos (ISV), de forma a não perder receita fiscal. Ou seja, unicamente para cumprir uma exigência da U.E., irá ser abolida uma tributação sobre um bem de consumo, mas em contrapartida irá aumentar um outro imposto. Resultado desta medida para os consumidores: nenhuma! Fica tudo na mesma, o preço final ao consumidor será exactamente igual. Eficácia zero.

No orçamento regional dois fenómenos acontecem ao nível dos impostos directos e indirectos. Nos directos, a referência é feita ao nível do Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS); nos indirectos refiro-me ao Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP).

O Governo Regional prometeu no seu Programa de Governo, aliviar a carga fiscal a nível do ISP. Na prática não tem sido seguido, uma vez que o nível de receita prevista e arrecadada tem sido mantida inalterada contrariando as oscilações sentidas e verificadas no mercado internacional do crude.

A nível de IRS prevê o Governo arrecadar mais 16 milhões de euros em 2010. Aqui o problema é mais complexo, mas oportunamente havemos de voltar a esta questão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Confiança e crise são as palavras mais utilizadas.

A crise é que é responsável pelo não funcionamento do Hotel-Casino;

A crise é que é responsável pelo abandono do Grupo Luso-Irlandês num Investimento, no sector turístico;

A crise é que é responsável pela não construção dos campos de Golfe do Faial e de Santa Maria;

A crise é que é responsável pelo fracasso na construção dos Novos Navios;

A crise é que é responsável pela “fuga” dos investidores em Centrais de Energias Renováveis (Biomassa);

Enfim a crise é que é responsável por tudo o que corre mal nos investimentos estruturantes para o desenvolvimento dos Açores.

Confiança é o lema do Governo para sair da crise. É pouco!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não vou fazer um roteiro exaustivo em relação à Ilha de São Miguel, no que ao Plano de investimentos diz respeito, no entanto, gostaria de deixar algumas notas sobre promessas não cumpridas, preocupações e necessidades de investimento.

No Concelho de Ponta Delgada:

Estamos preocupados com o futuro das Sete Cidades. Ao nível do sector Agrícola, uma vez que é voz corrente no sector que o Governo Regional pretende acabar com a lavoura naquela freguesia. A acontecer, prevê, dentro da reestruturação do sector incluir algum plano estratégico para protecção do futuro dos lavradores e das suas respectivas famílias?

Uma vez que estamos numa localidade que segundo os seus responsáveis políticos locais: “estamos 50 anos atrasados no tempo”. O que pensa fazer o Governo para aproximar as Sete Cidades duma freguesia, que seja um verdadeiro pólo turístico, que juntamente com a freguesia das Furnas são das mais emblemáticas da Ilha de São Miguel e dos Açores, figurando constantemente nos postais turísticos de promoção da nossa Região?

Nos Mosteiros, outro ex-líbris, outro cartão de visita turístico. É necessário intervenção na zona portuária. Sempre se vai concretizar a obra de Reordenamento da Orla Marítima daquela localidade?

O abastecimento de água à lavoura, de uma forma geral e em concreto, o reservatório de água para a Lavoura, no Pico de Mafra, sempre se vai construir em 2010?

Construção da Escola Básica e Secundária com Ensino Artístico na Levada, que é uma promessa desde 1996, que já esteve em planos anteriores, passados 13 anos nada se sabe sobre a sua concretização.

Instalação do Ensino Secundário nas Capelas, para quando?

Concelho da Lagoa:

Projecto de protecção na Orla Marítima da Atalhada (uma promessa com mais de 10 anos).

Porto de Recreio da Lagoa?

Concelho da Povoação:

Obras de requalificação no Porto da Vila?

Vila Franca do Campo:

A necessidade da construção de uma variante que ligue Ponta Garça à Ribeira Seca.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não basta as boas intenções, é preciso também boas execuções.

Por isso, termino como há um ano atrás.

Não basta escrever acções e preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade para as realizações.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas para o sector das pescas, constantes no Plano para 2010, não só dão cumprimento ao Programa do X Governo dos Açores, como evidenciam claramente uma vontade política de continuar a apostar num sector que é um pilar, humano e económico, histórico na nossa Região.

A pesca, desde o povoamento dos Açores, tem sido sempre uma actividade indispensável para o nosso auto-abastecimento alimentar, com nutrientes saudáveis de elevada qualidade, e que para além disso, cria riqueza e emprego, dando sustentabilidade financeira a um número significativo de famílias da nossa população, em todas as ilhas do nosso arquipélago.

O aumento do consumo de pescado na União Europeia, quer por razões nutricionais e de saúde pública, quer pelo aumento do nível de vida da sua população, tem conduzido a uma sobre-exploração dos recursos marinhos no continente europeu, existindo actualmente uma pressão dos representantes de algumas frotas europeias, de maior capacidade, para se liberalizar ainda mais o acesso às ZEE das regiões comunitárias que têm os recursos ainda em boas condições, para conseguirem fazer face ao aumento da procura de pescado e contrariar a quebra de produtividade das águas onde exercem actualmente a sua actividade.

Por isso, é essencial defender, sempre e em todas as circunstâncias, a aplicação do princípio da precaução, para que a pesca nas nossas águas seja exercida de acordo com a situação dos nossos stocks pesqueiros, porque estes não são inesgotáveis e a sua perenidade depende sempre de uma actividade extractiva que não conduza ao colapso dos nossos recursos.

O processo de recuperação da nossa Zona Económica Exclusiva que colocámos nos Tribunais Europeus, por falta de cumprimento das regras que estão definidas na própria Política Comum de Pescas, tem constituído por si só, também, ao longo destes anos, um instrumento de influência junto da União Europeia para conseguirmos encontrar mais mecanismos de protecção do nosso património pesqueiro, como foi o caso da proibição da utilização de artes mais depredadoras nas nossas águas.

Mas, neste ano, conseguimos também dar mais um passo em frente na defesa do nosso mar e dos nossos recursos piscatórios. Conseguimos que a Comissão Europeia aceitasse e assumisse finalmente a existência de uma região biogeográfica marinha específica para a Macaronésia, que contempla apenas as águas das ZEE dos Açores, da Madeira e das Canárias.

Com esta decisão, de grande importância para a nossa Região, separou-se finalmente, em termos de habitats marinhos, as águas insulares das águas continentais europeias, o que nos permite evoluir, para a defesa de uma gestão específica do nosso mar, com maior consistência e com mais apoio, até dentro da própria política marítima europeia.

Nesta legislatura, aproveitando a oportunidade da revisão da Política Comum de Pescas europeia, vamos reforçar a nossa luta para que sejam reintroduzidos, de forma permanente, os mecanismos de protecção da nossa ZEE, que já existiram durante dezoito anos no regime comunitário de acesso aos recursos marinhos, mas que foram retirados em 2004, com a postura desleal das forças políticas que governaram o nosso País naquela altura e que não tiveram em conta os interesses estratégicos da nossa Região.

**Deputado Berto Messias (PS).** Muito bem!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Isso é um trauma!

**O Orador:** Em matéria de protecção do nosso mar, não posso deixar de referir a importância que as parcerias com o Departamento de Oceanografia e Pescas têm tido para nós, seja a nível regional, para instituímos regras na pesca adequadas aos nossos stocks, como também, têm permitido alicerçar a defesa dos nossos interesses

na União Europeia, com base em argumentação científica sólida, de qualidade e com credibilidade.

Num momento em que se reabre o debate sobre a gestão das pescas na Europa, consideramos que é altura duma evolução dos conselhos consultivos a nível europeu, separando as águas e criando um conselho consultivo próprio das regiões ultraperiféricas, que seja um agente activo e influenciador de políticas de discriminação positiva para o sector das pescas da nossa Região e que permita também contribuir para blindar as nossas águas da entrada de outras frotas comunitárias.

Numa altura em que alguns dos nossos recursos estão numa situação de plena exploração, é importante estender o controlo a todas as actividades do sector das pescas, para garantir não só a sustentabilidade, como também a própria rentabilidade de toda a fileira da pesca.

Em matéria de fiscalização, a Inspeção Regional das Pescas, não só irá incrementar a sua actividade no arquipélago, como intensificará também o planeamento conjunto de missões a serem executadas pelas departamentos nacionais que têm a seu cargo a fiscalização do Mar dos Açores.

A reforma que fizemos no nosso sector regional das pescas é, hoje, perfeitamente visível a toda a sociedade açoriana. Requalificámos e desenvolvemos a frota, as infra-estruturas portuárias e os equipamentos públicos de apoio, passando o sector das pescas a um patamar de qualidade muito superior ao que existia no tempo em que o investimento público nas pescas só se resumia, praticamente, à fileira do atum.

Progredimos de facto muito, nestes últimos anos, nas condições de apoio aos nossos pescadores, mas queremos fazer mais nesta legislatura, porque quanto melhor forem as facilidades logísticas disponibilizadas aos nossos pescadores, mais reforçada sairá a competitividade e a produtividade da nossa actividade pesqueira.

Por isso, iremos continuar a investir na nossa rede de infra-estruturas públicas de apoio ao sector, em todas as ilhas da nossa Região, destacando, pela sua importância, a criação de um porto de abrigo na costa norte de São Miguel, através

da ampliação do porto de Rabo de Peixe, cujos estudos iremos desenvolver no próximo ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que respeita à competitividade, necessitamos de continuar a melhorar a qualidade de conservação dos nossos produtos da pesca para obter uma maior valorização do pescado capturado no nosso mar. Por isso, iremos também intensificar a reforma da nossa rede regional de frio e de gelo, para melhorar a qualidade e ficarmos com um moderno sistema ao serviço de todo o sector das pescas.

A entrada da Lotaçor nos circuitos da comercialização de pescado, em parceria com as associações de toda a fileira da pesca, introduziu maior concorrência, evitou uma quebra grande de preços em lota e começa a dar os primeiros passos para uma maior dimensão empresarial a nível regional, que permita diminuir o número de intermediários no continente europeu, que são, no fundo, aqueles que têm grandes lucros no negócio do pescado que é capturado nas nossas águas e que é exportado pelas nossas empresas de comercialização. É nossa intenção aprofundar estas parcerias para que a economia da pesca açoriana tenha possibilidade de crescer e de se desenvolver em torno de um sector melhor organizado.

Em matéria de comercialização de pescado, iremos também iniciar, em parceria com o INOVA, um projecto de desenvolvimento tecnológico e de promoção do nosso pescado, que permitirá diversificar a forma de apresentação de alguns produtos da pesca e valorizará algumas espécies que actualmente tem menor valor comercial.

Estamos também empenhados em aumentar a competitividade dos nossos armadores e pescadores através da melhoria da eficácia, segurança e condições de vida a bordo na nossa frota de pesca. Continuaremos, por isso, a disponibilizar verbas significativas para apoio à construção e modernização de embarcações de pesca, no âmbito de uma medida excepcional que conseguimos, no final de 2008, junto da União Europeia, para que o trabalho no mar seja exercido com melhores

embarcações e melhores equipamentos, mas, obviamente, sempre num quadro de pesca sustentável.

No que respeita à vertente da valorização humana, iremos promover a certificação dos nossos marítimos da pesca, aproveitando o alargamento das nossas competências que conquistámos no nosso Estatuto, de forma a tornar o acesso à profissão de pescador menos burocratizado e mais de acordo com as características do nosso arquipélago.

Mas o nosso sector das pescas também inclui a fileira da transformação, uma actividade com tradição firmada no nosso arquipélago, com grande relevância económica e social, e que não só desempenha um papel fundamental no escoamento da produção da nossa frota pesqueira, como origina um produto artesanal de grande qualidade, que contribui para desenvolver a nossa economia e que, ao mesmo tempo, também contribui para promover os Açores a nível nacional e internacional. Por isso, iremos proporcionar a sua modernização, para que a nossa indústria se torne mais competitiva, no mercado global onde actualmente se insere.

Neste próximo ano iniciaremos projectos de aquicultura, com base num pequeno número de espécies marinhas típicas das nossas águas, numa estratégia assente numa produção em quantidades limitadas, de qualidade e sem causar dano ao nosso ambiente marinho. Queremos complementar as actividades tradicionais, com novos produtos do mar, para atingir nichos de mercado de qualidade, de forma a introduzir na nossa Região, uma nova actividade ligada ao mar que desenvolva a nossa economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A conjuntura que actualmente o sector europeu das pescas atravessa é uma oportunidade para instituímos uma melhor e mais eficiente organização do nosso sector das pescas.

O investimento previsto neste plano e a qualidade dos nossos agentes das pescas, alicerçados numa actividade sustentável e na qualidade do nosso pescado, garantem uma inovadora rota para a evolução do nosso sector das pescas.



Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

\* **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do PS chumbou uma proposta legislativa do Bloco de Esquerda que visava alterar os montantes e os critérios de atribuição do Fundo de Pesca.

Poucos dias depois o Governo reafirmou a necessidade dessas alterações desautorizando, na prática, a bancada que o suporta. Mas sabemos que as alterações feitas pelo Governo mantêm e até agravam o carácter restritivo da atribuição deste fundo.

Pergunto: está o Governo disponível para rever estes critérios, sendo assim sensível às críticas e reivindicações da classe piscatória?

Por interesses alheios dos Açores, o Governo Regional perdeu uma oportunidade de ouro para recuperar a co-gestão da Zona Exclusiva.

Que medidas concretas pensa o Sr. Subsecretário tomar no sentido de repor essa co-gestão, factor essencial de defesa dos interesses económicos e ambientais dos Açores?

Finalmente, é um facto que as mais valias do pescado pouco revertem para quem pesca.

Que medidas pensa o Governo implementar para combater a especulação do sector?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

\* **Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Fundo de Pesca, neste momento estão a ser analisadas as candidaturas dos nossos pescadores.

Os critérios usados foram os mesmos que aumentaram o valor para o salário mínimo regional, tendo em conta a actividade de dois meses no período de um ano. Ou seja, foi introduzido um mecanismo de que só teriam acesso ao Fundo de Pesca os pescadores que trabalhassem dois meses durante um ano.

Foram introduzidas essas medidas.

Temos muitas candidaturas no nosso serviço. Tencionamos aprovar as candidaturas, até ao Natal, que estejam de acordo com as regras que foram instituídas e que foram as regras definidas no âmbito da legislação em vigor.

No que respeita às medidas de gestão da nossa Zona Económica Exclusiva, desde sempre a gestão da nossa Zona Económica Exclusiva foi efectuada através do Regulamento que define quais são as embarcações que acedem às nossas águas, regulamento este que estava metido no próprio regulamento da própria Política Comum de Pescas.

Aquilo que consideramos é que o país e a Região estão na Europa, estão na Política Comum de Pescas, e têm que ser encontrados mecanismos dentro da Política Comum de Pescas que voltem a repor aquilo que existia em 2004. Ou seja, em 2004 não existia a possibilidade da entrada de outras embarcações na Zona Económica Exclusiva dos Açores, porque havia um regulamento comunitário que dizia que naquela área apenas pescariam as embarcações registadas nos Açores.

Neste sentido, aquilo que tencionamos é, aproveitando a reforma da Política Comum das Pescas, voltar a introduzir esse mecanismo, aproveitando não só o processo de revisão que está em curso.

O Conselho Consultivo das Águas Ocidentais já se pronunciou favoravelmente para nesta reforma introduzir as 200 milhas dos Açores.

No âmbito da Administração Regional já fizemos também notar à Comissão Europeia da necessidade de introduzir esse mecanismos de protecção, situação que irá ser analisada durante o corrente ano.

Ao mesmo tempo, temos um processo em tribunal e provavelmente este ano existirá o desfecho do mesmo. Esperamos que consigamos também a nível do

Tribunal Europeu transmitir a necessidade e a preocupação daquilo que existe aqui, que é os nossos stocks pesqueiros não têm uma dimensão suficiente para serem tratados da mesma maneira como são tratados no Continente Europeu.

Bater-nos-emos porque temos a ciência do nosso lado, temos o sector das pescas do nosso lado, temos muita gente do nosso lado, mesmo de outros Estados-Membros e até o próprio Conselho Consultivo Regional das Pescas já assumiu uma posição favorável à manutenção das 200 milhas.

Durante este ano iremos ter possibilidade de exercer mais influências junto da Comissão Europeia para introduzir os mecanismos que já existiram e que de uma forma incorrecta foram retirados.

Relativamente à questão da comercialização, como sabe, a Lotaçor entrou no circuito da comercialização do pescado, em parceria com as associações da pesca e evitou uma queda brutal dos preços na Região.

Embora tenha existido uma diminuição de capturas neste ano, que também teve muito a ver com as capturas do atum, porque são espécies migradoras que flutuam e que ao longo dos anos têm variado muito (tivemos uma boa safra das espécies do patudo, tivemos uma má safra da espécie do bonito), no entanto, temos um preço médio em lota que subiu. Passou de 2,96 no ano de 2008, para 3,17 no ano de 2009.

Houve um aumento, embora exista uma quebra dos valores totais da pesca perto de 13%.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

**Deputado José Gaspar Lima (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As dotações estabelecidas no Plano e Orçamento para 2010 para investimento na fileira das pescas na nossa Região, vem na sequência das políticas implementadas neste área apostando cada vez mais no desenvolvimento sustentável do sector.

Todos os investimentos realizados no sector das Pescas pelos Governos Regionais do Partido Socialista até este momento, no sentido do melhoramento de infra-

estruturas, embarcações, formação profissional, modernização da frota, levaram a nossa capacidade de captura ao nível máximo da sustentabilidade.

Neste Plano e Orçamento, continua-se a investir, nas infra-estruturas e equipamentos portuárias como meio de aumentar a segurança das embarcações e pescadores, a investir também na formação profissional de todos os que estão ligados a este sector desde pescadores, armadores e compradores.

O Governo Regional tem investido em acções de formação em toda a Região, promovendo a realização de programas de formação profissional no sector e assegurando a formação e aperfeiçoamento e reciclagem, em áreas como a segurança, condução de motores, formação em GMDSS (curso que habilita os profissionais a operarem com equipamentos que compõem o Sistema Marítimo de Socorro e Segurança), bem como a formação no manuseamento, estiva e conservação de pescado fresco, Cursos de mestrança e Arrais de Pesca Local e de pescador o qual permite o acesso à cédula de inscrição marítima, sendo o Governo Regional desde 2004 a entidade certificadora deste curso.

Entre 2006 e 2008 foram formados na nossa Região 810 profissionais do sector em 50 acções de formação ministradas nas nove ilhas, no presente ano já se realizaram 23 acções de formação em todas as ilhas da Região, o que permitiu certificar cerca de 400 marítimos os quais ficarão munidos de conhecimentos básicos e de competências legais necessárias para poderem desenvolver a sua actividade com melhores condições.

Nas embarcações é necessário continuar a investir na habitabilidade e comodidade das mesmas, garantindo também, através dos equipamentos instalados, um trabalho mais eficaz, menos penoso e mais atractivo para os todos os que se queiram dedicar à profissão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dentro desta estratégia é de capital importância a manutenção do equilíbrio entre a gestão e a conservação dos recursos haliêuticos, como garantia do desenvolvimento sustentável do sector das pescas, garantindo também a evolução favorável dos rendimentos de todos aqueles que dependem desta actividade.

No equilíbrio entre a gestão dos recursos e da sua sustentabilidade reside uma parte muito importante dos nossos esforços, por um lado, o aumento da fiscalização em terra e no mar e por outro, o aumento da formação e sensibilização de todos, procurando a optimização dos recursos sem aumentar o esforço de pesca, dentro das pescarias feitas à base das espécies tradicionais.

Pelos estudos já realizados o camarão poderá ser uma das espécies alvo de novas pescarias, sendo uma das espécies mais valiosas que temos, contudo, as artes a utilizar são relativamente caras, mas a médio prazo podem compensar plenamente os seus investidores.

Mas na comercialização de espécies não tradicionais, os nossos pescadores confrontam-se normalmente a nível de lota, com o desinteresse e desconhecimento dos nossos comerciantes locais. Algumas dessas espécies já foram leiloadas em lota por valores ridículos, de tal modo que desincentivaram os que pretendiam dedicar-se a tais pescarias.

Com a nova empresa de comercialização patrocinada pela Lotaçor, os pescadores poderão encontrar alguém que os apoie na procura dos mercados certos, dentro das populações que já têm por hábito o consumo dessas espécies.

Por outro lado, a nova empresa também poderá apoiar projectos integrados de comercialização de espécies, como por exemplo o peixe-espada preto, que terá de ser comercializado em diversas apresentações de acordo com as necessidades e procura dos diversos mercados.

Nesta fase em que já não podemos, dentro dos nossos limites geográficos, aumentar o esforço de pesca, compete-nos aumentar a qualidade do nosso pescado através da introdução de novas tecnologias e formação profissional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O facto da nossa frota ser constituída por embarcações locais e costeiras, dá-nos hipóteses de optimizarmos os recursos valorizando cada segmento da frota de acordo com as suas características.

Para isso é importante definir a estratégia a seguir dentro dos diversos segmentos.

Uma embarcação de 15 metros normalmente nunca ficará no mar menos de 3 dias,

ora um peixe com três dias, partindo do princípio de que as condições de armazenamento e conservação são semelhantes, nunca terá o mesmo valor comercial do que um peixe com um só dia, isto não quer dizer que um pescado com 3 dias não esteja dentro de parâmetros bons de qualidade, mas nunca será extra.

Mas enquanto as condições de armazenamento e conservação das embarcações de boca aberta locais, pouco podem melhorar, a não ser nos métodos de manuseamento, na embarcações costeiras maiores, podem ser introduzidos equipamentos de frio o que melhorará significativamente a qualidade do pescado.

A introdução do frio de conservação que é normalmente regulado entre zero e dois graus positivos faz com que o gelo a transportar para conservação do pescado seja normalmente 3 a 5 vezes menos, do que o usado sem equipamento de frio. Além disso poupa no combustível porque é menos peso a transportar, e o peixe tratado com gelo e frio mantém a sua qualidade por mais tempo e portanto é normalmente vendido a um preço superior.

A pesca feita por pequenas embarcações, que utilizam normalmente linha de mão, que vão e vem no mesmo dia, podem fornecer em lota um produto de altíssima qualidade. Mas para isso é necessário que o peixe seja «gelado» no momento da captura, ainda vivo portanto e colocado, não a granel, mas em caixas onde o peixe não fique sobreposto a suportar o peso uns dos outros.

O que tem acontecido até aqui, é o facto dos comerciantes locais, salvo raras excepções, não estarem preparados para valorizarem adequadamente a qualidade, por desconhecerem certamente os mecanismos comerciais e exigências dos mercados internacionais do pescado. Mas atenção porque um pescado capturado vivo e que fique ao calor durante algum tempo, antes de ser «gelado», pode apresentar uma qualidade inferior a um peixe com 3 dias de captura e conservado nas condições ideais. Portanto o aperfeiçoamento e aprendizagem dos métodos de conservação, tem de ser uma nova batalha que temos de fomentar, para que possamos melhorar a qualidade do nosso pescado de modo a que ele seja valorizado e desejado em todo o circuito comercial, quer nacional quer internacional.

O apoio à exportação do pescado das Ilhas da Coesão é uma das medidas de grande interesse implementada por este Governo, vindo agora com a renovação da frota da SATA trazer melhores condições de escoamento do pescado o que representa muito para a economia destas Ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A recuperação da exclusividade da pesca na ZEE dos Açores é uma batalha politico-jurídica da maior importância para a nossa Região, dada a possibilidade de sermos «invadidos» por frotas que utilizem artes muito predadoras e sem preocupações ecológicas de qualquer natureza.

Qualquer alteração que possa ser introduzida neste momento e que aumente o esforço de pesca na nossa ZEE pode por em perigo o nosso esforço de equilíbrio e sustentabilidade dos recursos. As características dos nossos mares, sem plataforma continental, obrigam a cuidados redobrados na defesa da sua sustentabilidade pesqueira.

Os Governos Regionais do Partido Socialista, têm estado atentos a esta situação e tem pugnado e continuam a pugnar, junto das instâncias comunitárias, o direito sobre a nossa Zona Económica Exclusiva.

Na sequência destas preocupações, foi implementado um sistema de monitorização da actividade pesqueira em embarcações inferiores a 15 metros, cabinadas e semi-cabinadas em toda a Região.

Esta monitorização vai estender-se através de tecnologia adequada a toda a frota de modo a que o controlo seja efectuado eficazmente.

Só com o sistema Monicap a funcionar em pleno e com legislação ajustada será possível garantir uma pesca sustentável.

Só com a implementação desta monitorização é possível o controlo mais eficaz da pesca nas zonas interditas e em áreas reservadas entre as três e as seis milhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de lembrar que as políticas implementadas pelos Governos Regionais do Partido Socialista têm sido neste sector, políticas de

Desenvolvimento, pensando sempre no Mar como um pilar fundamental para o crescimento económico da nossa Região.

Com estas políticas o sector das pescas, cresceu, desenvolveu-se e as condições sócio-económicas dos pescadores cresceram de modo acentuado ao longo destes anos, passando de um ciclo de grandes dificuldades e até de abandono, para um ciclo onde hoje se pode considerar uma actividade segura e com futuro para todos os que deste sector dependem.

As verbas adstritas no Programa 9 - Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca, num total de 27.630.299 €, sendo 20.630.299 € do Plano e 7.000.000 € de Outros Fundos, estão distribuídos pelos seguintes projectos:

Inspecção e gestão; Infra-estruturas portuárias; Frota; Produtos da pesca; Formação Profissional e Programa Regional do sector das Pescas.

Continua o Governo Regional do Partido Socialista a prosseguir o modelo de desenvolvimento com provas dadas neste sector o que nos permite olhar o futuro com esperança e com garantias de desenvolvimento e melhorando cada vez mais as condições e a qualidade de vida e de bem estar de todos os Açorianos, pensando sempre mas sempre no futuro dos Açores.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo, passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A actividade piscatória é um sector importante da economia dos Açores, em que a faina marítima é um trabalho arriscado, exigente e pouco compensador para quem vive exclusivamente da pesca, para já não falar na dureza da própria lida nas águas do mar.



Felizmente, muitas das medidas previstas no Plano, em análise, vêm ao encontro das necessidades do sector. No entanto, importa não descurar outras acções importantes para assegurar a sustentabilidade das pescas e para a segurança dos próprios pescadores.

Em primeiro lugar, é preciso valorizar os clusters do mar, considerados por diversos países como um sector estruturante para o desenvolvimento económico e social, atendendo à condição de região marítima que somos.

Como se sabe, os Açores, com cerca de 600 km de Oceano e uma considerável área de Zona Económica Exclusiva, com quase um milhão de quilómetros quadrados, precisa implementar uma política de gestão sustentável do mar.

É que o mar não é apenas importante relativamente às pescas. Na verdade, o mar tem um potencial que em muito ultrapassa as pescas. São diversas as actividades ligadas ao mar, como o comércio e o transporte marítimo, a fiscalização e o policiamento marítimo, a aquicultura, as conservas, a construção naval e ainda o turismo e a formação profissional dos pescadores.

Por isso, os Açores devem reforçar o seu papel, tanto na área da pesca e transformação de pescado, como na promoção das actividades marítimo-turísticas, e também na área da investigação científica, com o apoio indissociável do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

Por isso, consideramos que o Governo Regional deve reforçar a aposta nestas áreas, que são decisivas para assegurar o futuro do sector e assim contribuir para o fortalecimento deste vector produtivo e até garantir a sustentabilidade dos nossos recursos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Região deve assumir em estreita articulação com o Governo da República, o estabelecimento de programas de inspecção, monitorização e vigilância do espaço da ZEE dos Açores.

De que serve a Inspeção Regional das Pescas cooperar activamente com as entidades nacionais, fornecendo informações das embarcações que entram na nossa ZEE, com os equipamentos operativos, como o SIFICAP e MONICAP, ou mesmo

através do novo Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico de Santa Maria, que disponibiliza dados recolhidos pelas imagens do satélite, se não for reforçada a fiscalização no mar, com meios navais e aéreos adequados para garantir o cumprimento das normas em vigor?

O mar é para nós açorianos um desígnio regional, com uma importância estratégica fundamental para a economia da Região. Por isso, temos que acautelar a sobre exploração dos nossos recursos por frotas estrangeiras e o consequente desaparecimento dos nossos stocks piscícolas, que não são inesgotáveis.

Um outro ponto que gostaria de abordar, diz respeito à formação profissional na área das pescas, designadamente a necessidade de se ministrarem cursos de 2º e 3º nível, para além daquilo que já se faz em termos de certificação. Torna-se importante incitar o Governo Regional a investir na formação dos pescadores a este nível dando-lhes a oportunidade para adquirirem as competências adequadas ao desempenho optimizado das suas funções a bordo.

Outra situação difícil para os pescadores diz respeito à perda de rendimentos. Em particular, os homens do mar de S. Miguel têm um nível de rendimentos muito abaixo, comparativamente aos da Terceira e muitíssimo abaixo aos das outras ilhas, devido ao número de pescadores de cada embarcação.

Importa tomar medidas específicas de apoio, numa altura em que a crise financeira assola de forma aguda o sector. Veja-se a este propósito o parecer da Federação das Pescas sobre esta questão.

Entretanto, quero congratular-me com a aprovação pelo Governo Regional de novas regras para o Fundopescas, tal como o Bloco de Esquerda há pouco referiu, contrariando, felizmente, o que aconteceu nesta Assembleia, em que a maioria parlamentar chumbou a proposta.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos investimentos na ilha de S. Miguel, é urgente a ampliação do porto de pescas de Rabo de Peixe, não apenas com o propósito de melhorar as condições de trabalho dos pescadores daquela Vila, como em termos de segurança.

Esta obra é importante e prioritária, pelo que importa avançar decisivamente no próximo ano com a implementação desta beneficiação.

Por outro lado, convém saber para quando está prevista a construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada – uma obra há muito prometida e que não está incluída neste Plano.

Este ano, volta a inscrever-se no Plano, 2 milhões de euros para a Aquicultura, uma área com um impacto muito importante na sustentabilidade do sector, e que importa saber o que tem sido feito nesta área, já que para 2009 foram igualmente previstos outros 2.000.000€?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar daquilo que se investe no sector das pescas, se compararmos a dotação para o Programa 8 – Mundo Rural, com 34 milhões de euros, para já não falar no sector agrícola, com 124 milhões, dos quais 58 são de outros fundos, temos de convir que há necessidade de um reforço no investimento nas pescas, que têm apenas 27 milhões de euros, dos quais 7 são de outros fundos.

As pescas constituem um vector de progresso e desenvolvimento dos Açores e necessita de uma atenção que permita salvaguardar as necessidades específicas deste sector, onde uma parte significativa da nossa população está delas dependente.

Só assim contribuiremos para o reconhecimento e dignificação desta actividade e dos pescadores açorianos.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

\* **Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às dotações do Plano de Investimentos para 2010, elas são mais do que 5 vezes aquilo que eram em 1996, na altura em que eram cerca 5 milhões de euros.

Estamos a falar de uma multiplicação por 5 vezes aquilo que há 12 anos acontecia aqui na Região Autónoma dos Açores.

Relativamente ao entreposto frigorífico de São Miguel estamos a desenvolver o projecto, não só do entreposto frigorífico de São Miguel, mas estamos a desenvolver o projecto da requalificação de toda a rede de frio e de gelo na Região Autónoma dos Açores, para potenciar e valorizar o nosso produto da pesca capturado pelos nossos pescadores do nosso mar.

Relativamente à formação profissional, aproveitando o aumento de competências que nos foi proporcionado pela aprovação do nosso estatuto, estamos a preparar um diploma sobre as pescas que será apresentado em sede do Parlamento Regional, no qual passa uma série de competências relativas à formação profissional para a Região Autónoma dos Açores que poderá impulsionar uma nova etapa na formação profissional, sendo certo que temos formado muita gente. Este ano formámos 400 pescadores com o curso de pescador, arrais de pesca, condução de motores, trabalho nas comunicações no curso de GMDSS, mas queremos evoluir para uma certificação dos pescadores que não tenham as habilitações mínimas, porque consideramos que no mar, da mesma forma que um carpinteiro não precisa de ter a escolaridade obrigatória, o pescador também não precisa de ter a escolaridade obrigatória. Não poderá é evoluir na carreira, caso não consiga.

É tudo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social.

**Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2010, no seu Programa 14 – Habitação – assume-se como um instrumento fundamental e susceptível de contrariar a crise económica, tendo em conta que o investimento público é estratégico para realçar a economia, sendo o sector da construção civil e obras públicas o cerne e a alavanca desse efeito impulsionador.

Nas últimas três legislaturas, o Governo investiu em habitação social, cerca de 182 milhões de euros, numa média de 15 milhões de euros por ano.

Com efeito, no decorrer da presente legislatura, reforçamos o nível de apoios à construção, ampliação e aquisição de habitação própria. Passamos de um nível médio de apoio de cerca de 9 500 euros para 14 mil euros, ou seja, correspondendo em média a um valor de apoio de 20% face ao custo da aquisição, o que veio permitir a redução da taxa de esforço das famílias, facilitando, assim, o acesso ao crédito. Até à presente data foram realojados 176 agregados familiares em situação de grave carência habitacional e já aprovámos 191 processos de recuperação de habitação degradada.

Em 2010 o Programa 14 propõe como prioridade a segurança dos agregados familiares açorianos, prevendo-se o reforço, em mais de 40% das verbas destinadas a habitações em situação de risco, sobretudo dirigida para determinadas bolsas de habitação edificadas em orlas costeiras, leitos de ribeiras e outras zonas susceptíveis de colocar pessoas e haveres em perigo.

Este Programa propõe, igualmente, o reforço das verbas destinadas a acordos de cooperação com os municípios para apoiar os custos de investimento em habitação.

O Programa Famílias com Futuro, aprovado recentemente nesta Assembleia, consubstancia-se num regime de incentivos ao arrendamento dirigido a todos os açorianos, nomeadamente a jovens que possuam idade inferior a 35 anos.

O investimento considerado no Programa de Habitação destinado à requalificação e recuperação do parque habitacional reflecte as alterações aprovadas nesta Assembleia na última sessão legislativa.

Importa, por isso, salientar a clara opção do Governo pelo apoio à recuperação da habitação degradada, ao alargar as condições de acesso e ao criar, para o efeito, um regime excepcional pelo período de dois anos.

O montante de apoio previsto será determinado com base no orçamento das obras a executar e em função da classe de apoio em que o agregado familiar se enquadra, não podendo ultrapassar o limite máximo de 80% do valor que corresponderia ao realojamento adequado do agregado.

Temos, pois, um grande desafio pela frente, corrigir o que entendemos ser necessário e melhorar com eficácia as políticas de habitação destinadas às famílias que necessitam de maior apoio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na área do desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social regista-se para o ano de 2010 um aumento de 11% do investimento em relação ao ano anterior. Apostámos, assim, no desenvolvimento de estruturas de suporte e prevenção do risco social, no combate ao isolamento dos mais idosos e nas respostas integradas à família e comunidade. Preconiza-se, desta forma, o alargamento da rede de respostas sociais e o crescimento da respectiva capacidade instalada.

Na área da infância e juventude, o aumento de investimento vem reforçar a construção de novas creches em áreas populacionais em crescimento e com baixa cobertura de equipamentos.

No ano de 2010 serão majorados os apoios previstos em legislação nacional na área do acolhimento familiar a crianças e jovens em perigo, a pessoas com deficiência e idosos. Esta medida visa assegurar o aumento da qualidade dos serviços prestados aos utentes e garantir a proximidade às comunidades de origem, proporcionando a desejável complementaridade entre os graus de afectividade, os níveis de autonomia e as relações de suporte sócio-emocional, imprescindíveis ao bem-estar destas pessoas. Por outro lado, esta medida permitirá a criação de novas oportunidades de rendimento às famílias açorianas.

Na área dos idosos vamos alargar a rede de equipamentos, criando novas residências, remodelando as existentes e dotando-as de condições técnicas e de conforto especialmente dirigidas à problemática da gerontologia. Reforçaremos as respostas alternativas à institucionalização, através do aumento dos serviços de

apoio domiciliário, da rede de centros de dia e centros de noite, apoiando a permanência dos idosos na sua residência.

Na área das necessidades especiais preconiza-se a continuidade do alargamento dos centros de actividades ocupacionais aos núcleos de maior densidade populacional, com vista à rentabilização de outros serviços complementares.

Disponibilizaremos, ainda, novos recursos para uma intervenção centrada em medidas reabilitativas, melhorando e apetrechando as respostas sociais existentes através do reforço das ajudas técnicas, bem como a execução de programas de intervenção ao nível das necessidades de integração e acessibilidades.

Especial atenção vai ser dada à melhoria da monitorização da qualidade dos serviços prestados pelos diferentes equipamentos e valências sociais, incrementando a fiscalização e as auditorias, tendo como uma única finalidade sempre, mas sempre, o bem-estar das pessoas.

Nos próximos anos vamos fomentar os investimentos do sector privado, em equipamentos e serviços de apoio social, alargando-se a concertação social a novos parceiros numa lógica de complementaridade e de responsabilidade social das empresas.

No âmbito da promoção de igualdade de oportunidades incrementaremos parcerias com os diversos órgãos governamentais e com a sociedade civil, tendo por finalidade combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade de oportunidades numa lógica transversal e intersectorial realçando-se: a implementação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades, o Programa Escola, Berço de Igualdade e Cidadania, em parceria com a Direcção Regional de Educação e de Formação. Pretendemos, ainda, reforçar o trabalho desenvolvido para a promoção, disseminação da perspectiva da igualdade de género e a implementação de políticas amigas das famílias.

No próximo ano vamos implementar a linha de informação e de apoio às vítimas de discriminação e violência doméstica.

Continuaremos empenhados no desenvolvimento do Programa de Reabilitação de Agressores, projecto com elevado sucesso a nível regional.

Especial atenção, também, vai ser dada à Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência, promovendo medidas facilitadoras da sua inclusão social cuja finalidade é a concretização dos seus direitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que respeita ao sector do Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor prevê-se o incremento dos programas de qualificação dos desempregados, a implementação dos Centros de Validação e Certificação de Competências da Rede Valorizar, os programas no âmbito do mercado social de emprego, o Programa de Manutenção dos Postos de Trabalho, reforçando-se, ainda, a intervenção social para a empregabilidade das pessoas mais fragilizadas – os programas Prosa e Reactivar – o empreendedorismo e a requalificação de activos.

Destaca-se, igualmente, neste programa o investimento na área da Defesa do Consumidor como o maior de sempre.

Em matéria de Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor está previsto um investimento público que ascende a 91.756.384 milhões de euros.

Salienta-se o peso significativo deste programa no total dos investimentos do Plano, isto é, constituindo o terceiro programa como maior dotação, respectivamente, 11,27 %.

O desemprego, tal como o emprego, merece a nossa maior atenção e constitui um tema central da nossa governação.

Mais do que nos fixarmos na taxa de desemprego e apesar das dificuldades nacionais e internacionais que evidentemente têm repercussões nos Açores, o que pretendemos é que as dificuldades aqui sejam atenuadas.

Na actual conjuntura, os Açores têm mais 1694 desempregados, enquanto que a Madeira teve nos últimos 12 meses mais 4393 desempregados. Não é por acaso, que o desemprego nos Açores tem menor expressão: representamos 2,5% do todo nacional e o desemprego na Região representa apenas 1%. Se tivéssemos a situação nacional teríamos 2,5 % de 517.526 desempregados, ou seja, 13 mil desempregados, exactamente o que tem a Madeira.



Evitámos, assim, o desemprego de oito mil açorianos e isso deve-se ao facto de termos implementado políticas de emprego inovadoras.

Nos últimos 12 anos e, segundo dados do INE, aumentámos 24% o número de trabalhadores nas empresas. O aumento do número de mulheres foi de 39%.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O problema é que o que a senhora está a dizer não coincide com o que os açorianos sentem!

**A Oradora:** Na década anterior, em que os senhores tinham responsabilidades governativas, o número de trabalhadores nos Açores aumentou apenas 0,03%, passando de 88.500 para 88.530. Por isso, não aceitamos lições de que não conseguimos, conseguimos e os dados comprovam o que acabamos de afirmar.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não fale assim, Sra. Secretária, em relação às pessoas desempregadas!

**A Oradora:** Quando chegamos ao Governo e segundo valores do IEFP, os Açores tinham 9.700 desempregados inscritos. Agora, em 2009, considerando o contexto difícil em que nos encontramos, temos 5.320 desempregados, diminuindo, assim, em 44% este número. Refira-se que a nível nacional existiam, em 1997, 429 mil desempregados, havendo agora 510 mil. Ou seja, no mesmo contexto e no mesmo tempo de actuação dos planos nacionais e regionais de emprego, registou-se um aumento de 19% a nível nacional contra uma diminuição de 44% nos Açores. Esta leitura de longo prazo elimina as flutuações transitórias e permite uma leitura séria dos indicadores.

Nestes últimos anos, e segundo os dados do INE, aumentámos 55% o número de jovens a trabalhar nas empresas.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** E os estagiários contam para isso?

**A Oradora:** Analisemos, ainda, o impacto do emprego de qualidade nos quadros do tecido empresarial da Região, entre 2000 e 2008. De acordo com o OEFP aumentámos em 33% o número de trabalhadores do quadro de pessoal das empresas privadas, registando-se um aumento de 52% para as mulheres.

Destes resultados podemos concluir a eficácia das políticas, dos planos, dos dispositivos e das medidas para o emprego nos Açores desde 1998 e temos a esperança que assim vamos continuar. Para o mesmo lapso de tempo e para a

mesma conjuntura, nenhuma outra região ou país apresenta tais valores de impacto positivo de políticas públicas para o emprego. Se tivemos sucesso no passado deveu-se às medidas implementadas que acabámos de anunciar.

Para os próximos 4 anos,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Quatro anos?! Dois, no máximo!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** É a prova de que as contas estão bem feitas!

**A Oradora:** ... em matéria de política de emprego, temos que valorizar os avanços já concretizados no passado recente, tentar diminuir a taxa de desemprego...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)*

Estou rouca, mas os senhores não me calam. Podem continuar, porque não me calam.

Para o efeito, é necessário continuar a agir no sentido de aumentar a população activa, atraindo para o mercado de emprego mais recursos humanos, promover estratégias de qualificação dos trabalhadores e promover a integração no tecido empresarial de recursos humanos altamente qualificados.

Qualificar as organizações através da melhoria das competências profissionais dos seus trabalhadores para a obtenção de maior competitividade da economia açoriana, garantir o acesso dos trabalhadores a processos de certificação e qualificação, com vista ao reforço das suas condições de empregabilidade, fomentar o espírito empreendedor e tornar os Açores num território de referência no que respeita à capacidade de trabalho, ao reforço e actuação fiscalizadora da Inspeção Regional do Trabalho, serão algumas das nossas prioridades.

Dentro de pouco tempo apresentaremos em Sede da Comissão Permanente do Conselho Regional de Concertação Estratégica os resultados do Plano de Combate ao Trabalho Precário e Ilegal para 2009 e apresentaremos o Plano para 2010.

No âmbito do Pro-Emprego, já autorizámos processos de candidaturas num montante de 96 milhões de euros, isto é, 46% da taxa de compromisso deste programa operacional, abrangendo 33 mil formandos, dos quais 16 mil activos.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** E os outros 15 mil?

**A Oradora:** Refira-se que a média nacional ronda os 30% pelo que esta área de actuação continuará a ser uma das grandes prioridades do Governo. Não obstante o enorme esforço realizado nos últimos anos continuaremos empenhados, como sempre, em implementar as reformas necessárias para o progresso da nossa Região. Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

\* **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo tem feito aqui, e muito bem, a apologia dos projectos de inclusão social.

O Projecto VEREDAS tem recebido jovens provenientes do Instituto de Acção Social e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, bem como de outras instituições.

O Projecto VEREDAS nesta Ilha do Faial faz parte da rede regional de Centros de Desenvolvimento de Inclusão Juvenil.

Por ele já passaram cerca de 150 jovens nos últimos 3 anos.

Está agora na eminência de acabar, enviando para o desemprego 4 técnicos cuja capacidade, dedicação e sucesso é sobejamente reconhecido e aniquila-se assim um projecto de comprovada eficácia na inclusão de jovens recuperados do abandono escolar e de comportamentos de risco.

Sabemos que em São Miguel dois projectos idênticos já foram protocolados, e muito bem, com o Instituto de Acção Social, garantindo assim a sua continuidade.

Pergunto à Sra. Secretária: tem ou não o Governo intenção de incluir de forma definitiva o Projecto VEREDAS na rede de instituições com o acordo de cooperação técnico-financeira, com o Instituto de Acção Social?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

\* **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de colocar uma questão à Sra. Secretária visto que nos foi explicado, e bem, que há um decréscimo de 51% em relação à área da habitação neste orçamento, o qual tem a ver com a aquisição das casas que foram feitas, com a contratualização com a SPRHI.

A questão tem a ver directamente com a habitação degradada em São Jorge, visto que há uma redução sensivelmente de 200 mil euros em relação ao corrente ano de 2009 e, por aquilo que podemos constatar no Plano e pela afirmação que é feita, o maior investimento a nível de habitação este ano será a nível da habitação degradada.

Visto que o parque habitacional de São Jorge ainda tem necessidade de muitas intervenções a nível de habitação degradada, porquê esta redução de sensivelmente 200 mil euros?

Visto que a nível do desagregado não há qualquer valor para o ano de 2010, o que acontecia em 2009 em que havia cerca de 38 milhões não desagregados, podemos depreender, e é esse o esclarecimento, se vai haver ou não mais algum investimento, visto que no desagregado não há qualquer valor no Plano Anual para 2010?

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade.

\* **Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Face à última questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Silveira, como sabe, no ano 2009 aprovámos muitos projectos de habitação degradada em São Jorge. Esse elemento é meramente indicativo. Tem sempre a ver com as candidaturas.

Neste momento, estamos a preparar o Decreto Regulamentar que vai no seguimento da legislação que foi aqui, a muito breve trecho, apresentada.

O que queremos, de facto, é apoiar cada vez mais a habitação degradada pelos motivos que foram enunciados.

Se houver mais candidaturas, poderemos deslocar para São Jorge, nas outras verbas do programa, como sempre fazemos, mais verbas.

Também em São Jorge, como sabe, estão neste momento a ser construídas as habitações da Urzelina que vêm resolver alguns problemas de habitação muito degradada, que não pode ser recuperada, mas a nossa perspectiva, a nossa ambição, é dar um grande desenvolvimento à habitação degradada no arquipélago.

Como foi explicado o apoio passa a ser 80% do custo controlado. É um aumento significativo no apoio, pelo que, com todos os constrangimentos que tinha a lei e que agora foram ultrapassados por esta nova alteração, penso que estão reunidas as condições para num futuro próximo, para além de recuperar essas habitações, dar também emprego a muitas pequenas empresas que existem no arquipélago de construção civil e que poderão direccionar o seu trabalho para a habitação degradada.

Relativamente à questão que me foi colocada sobre o Projecto VEREDAS, esse projecto tem um tempo programado, prevendo-se o término este ano, a 31 de Dezembro.

Foram prolongados 2 daqueles que achávamos que tinham condições para ser prolongados e fica aqui o nosso compromisso de avaliar (aliás, estamos neste momento a fazer uma avaliação ao Projecto VEREDAS por outras questões que não interessa aqui referir) e o nosso compromisso de que não ficarão na Região jovens em situação de pré-delinquência ou de delinquência, para ser acompanhados pelo Governo Regional, pelo contrário.

Serão ainda anunciadas outras medidas que vêm resolver esses problemas, porque uma das falhas que existiu nos centros de inclusão juvenil é a falta de continuidade e de inserção sócio-profissional desses jovens em risco.

Esta situação está a ser analisada na Região e possivelmente terá que divergir para outros programas.

Não se coloca a questão do desemprego nos trabalhadores, até porque esses trabalhadores só existem porque existe esse público que precisa de ser acompanhado, porque também essa instituição que gera o Projecto VEREDAS vai ver o seu âmbito de actuação alargado para outras áreas da solidariedade social.

Portanto, não está em causa o desemprego desses poucos trabalhadores que existe indexados a esse Projecto VEREDAS.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O desemprego, apesar de na Região ser menor do que no Continente (a ideia nem sequer é questionar esse número), a verdade é que cresceu. O *lay off*, bem como os salários em atraso, têm vindo a instalar-se na Região.

Sabemos que o contexto de crise é uma das justificações, mas a questão é esta Sra. Secretária:

As empresas usufruem de avultados benefícios e de programas de apoio público e não podem passar, na nossa opinião, incólumes nem impunes perante o desrespeito por estes mais elementares direitos dos trabalhadores. Por outro lado, julgo que os erros de gestão e de planeamento, mais do que propriamente as dificuldades do contexto, devem ser avaliados e consequentemente responsabilizados.

Como é que pensa a Sra. Secretária intervir?

Não é para que estas situações deixem de ser evitadas, porque não dependem directamente do Governo, mas o Governo tem uma responsabilidade grande sobre isto, até porque as empresas, como disse inicialmente, usufruem de largos apoios públicos.

Portanto, há aqui uma responsabilidade social, desde logo, que não estão a cumprir e há a responsabilidade perante o Governo, perante a região, que disponibilizam avultados meios financeiros no seu apoio.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Costa Pereira.

\* **Deputado Costa Pereira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao esclarecimento da Sra. Secretária quanto ao Projecto VEREDAS e sem pôr em causa a sua boa vontade e a do Governo relativamente à resolução desta questão, eu tenho uma dúvida acrescida que gostaria que a Sra. Secretária fizesse o favor de esclarecer.

Não sei se entendi mal, mas fiquei com a impressão de que há dúvidas acerca do trabalho e daquilo que o Projecto VEREDAS fez no Faial.

Gostava que a Sra. Secretária precisasse se existe dúvidas relativamente a esse Projecto, na medida em que a informação que tenho não é que ele termina a 31 de Dezembro, mas Segunda-Feira, 30 de Novembro.

Se há dúvidas sobre a utilidade e o trabalho desse projecto e por isso ele vai ser reequacionado e resolver-se-á se ele será apoiado ou não, se é isso, estamos de acordo, estamos conversados, e aguardaremos a avaliação.

Agora, se não há dúvidas, a questão que se coloca sobre a qualidade e o impacto desse projecto, é esta:

Se ele desempenhou a sua função, se não há dúvidas acerca da sua utilidade, se a APADIF é uma entidade credível para continuar a ser a entidade promotora e gestora do programa, então por que é que o Projecto VEREDAS está a ser reavaliado e outros iguais, do mesmo âmbito, como é o Porto Seguro e o Pedra Segura, em São Miguel, já foram autorizados e vão começar, e os outros que havia iguais ao VEREDAS, do mesmo âmbito, também vão continuar?

É esta dúvida que gostava de pôr à Sra. Secretária.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade.

\* **Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

*Lay off!*

Relativamente a esta questão, queria informar o Sr. Deputado que efectivamente entrou um projecto na Segurança Social (um, formalmente!) e espera-se que entrem mais dois. Formalmente e com dada entrada, há apenas um.

Sabemos que, em princípio, entrarão mais dois e as ordens que foram dadas à Inspecção Regional do Trabalho foi para, imediatamente avaliar esta decisão destas três empresas. São empresas de São Miguel.

Uma delas foi recentemente objecto de aquisição por um outro grupo económico.

Queria também dizer que todos os compromissos que tinha relativamente ao Estado começou a pagá-los, o que nos leva a crer que neste momento está a fazer uma revitalização e uma reapreciação de todos esses projectos, tentando cumprir com aquilo que é a sua responsabilidade perante o Estado.

Relativamente a este processo penso que ocorreram outras situações que dizem respeito a processos que apareceram em projectos que estavam para abrir rapidamente, em empresas que estavam para abrir, e que equacionou-se o atraso dessa abertura por factos que não têm nada a ver com o desempenho do Governo.

Mesmo assim, a nossa vontade, a nossa determinação é no sentido de avaliar se essa situação é ou não correcta.

Neste caso concreto, que foi o processo que entrou, todos os compromissos estavam em dia.

O que nos foi dito pela entidade empregadora é que mal resolvessem o problema que tinham do ponto de vista da implementação da sua empresa, que essas pessoas voltariam à sua situação normal.

Os outros dois casos são situações que vêm muito além da situação menos boa que a Região vive. São empresas que já tinham problemas muito frágeis ao longo de uma década, ou mais. Portanto, também foram dadas ordens à Inspecção Regional



das actividades económicas para imediatamente avaliarem a situação dos salários em atraso.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que todos os dias recebo no meu gabinete, da Inspeção Regional, quer da Segurança Social, quer da Inspeção Regional do Trabalho, informação da situação das empresas relativamente aos salários em atraso dos seus trabalhadores.

Imediatamente, quando verificamos que há atrasos, accionamos os mecanismos, quer da Inspeção, quer de chamar essas entidades, para tentar resolver esses assuntos no sentido de encontrar, em termos de concertação laboral, uma situação para essas pessoas, o que se tem verificado muito positivo do ponto de vista da resolução dessas empresas.

Algumas delas acabaram por aderir a alguns programas que temos em vigor, como o caso da manutenção dos postos de trabalho, e tem-se revelado de certa forma com algum sucesso para evitar mais desemprego.

O que quero afirmar firmemente é que todas estas situações estão a ser acompanhadas, com um cuidado muito especial, porque é essa a nossa convicção, é essa a nossa determinação numa situação de crise, para que não haja abusos e para que os trabalhadores açorianos tenham, de facto, uma maior dignificação e para que toda esta situação seja resolvida.

Relativamente ao Projecto VEREDAS, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que todos os projectos – e um projecto é algo que tem um princípio e um fim – são avaliados. Portanto, não foi o do Faial que está agora a ser avaliado e os de São Miguel não o tenham sido.

Entendemos que os dois projectos de São Miguel que o senhor referiu tinham condições para em Janeiro passar de projecto para acordo de cooperação. No caso do Faial estamos a analisar tecnicamente os resultados. É um compromisso que temos com a Segurança Social, porque os dinheiros da Segurança Social têm que ser verificados, e como lhe disse nós não verificámos um unicamente, verificámos todos. Os projectos têm que enviar relatórios, tem que se verificar o sucesso, o não sucesso e depois decidimos, como fazemos sempre.

Neste caso em concreto, ainda não há uma decisão sobre o Projecto VEREDAS.

Essa decisão será comunicada à instituição depois de uma análise e de uma auditoria que a instituição vai ter dentro de poucos dias.

Muito obrigada.

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento para 2010, mais do que outra coisa qualquer, dizem respeito a um conjunto de intenções que o Governo do Partido Socialista pretende realizar.

Como qualquer plano e o orçamento que o consubstancia, a verdade é que a sua bondade não se realiza no plano das intenções mas sim e sobretudo ao nível da sua própria execução.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não basta portanto propor a realização deste ou daquele objectivo, é sobretudo preciso que façam aquilo que se propõem fazer.

O que assistimos muitas vezes é a transição de muitas obras e de outras tantas intenções para os planos seguintes e isso, Sras. e Srs. Deputados, em nada beneficia o desenvolvimento da Região, servindo apenas para aumentar o desalento, a desmotivação e inclusive a desertificação das ilhas mais pequenas e com maiores dificuldades.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De acordo com o Plano agora em análise, os senhores propõem-se concretizar cinco grandes objectivos, de resto em consonância com as Orientações a Médio Prazo 2009-2012.

Melhorar as qualificações e as competências dos Açorianos, promover o crescimento sustentado da economia e reforçar a solidariedade e a coesão social são apenas três dos cinco objectivos com incidência directa e indirecta na

problemática do emprego que ano após ano constitui uma das nossas grandes prioridades.

Dizem agora os senhores que “os efeitos mais nefastos da conjuntura económica internacional fazem-se sentir com maior impacte na variável emprego”, mas a verdade é que só há cerca de um ano atrás finalmente reconheceram o óbvio, que já constituía um drama para muitas famílias Açorianas, a braços com o problema do desemprego, com as contas e os compromissos assumidos por cumprir.

Até aí, quando todos ou quase todos alertavam para os seus nefastos efeitos, a crise era algo que ia passar ao largo ou ao lado da Região, não se faria sentir, mas afinal, Sras. e Srs. Deputados, afinal “havia outra” e a crise infelizmente aqui está e em todo o seu esplendor e voracidade.

Primeiro não reconheceram a crise e quando o fizeram foi já tardiamente. Depois não reconheceram os contributos por nós aqui apresentados, perdendo as famílias, as empresas e a própria Região Autónoma dos Açores.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Entretanto, o pacote de medidas de combate à crise, que o Governo Regional tardiamente aprovou, não surtiu o efeito desejado, sendo que algumas dessas medidas nem sequer tiveram aplicação prática.

O pacote do Governo contra a crise falhou nos seus principais objectivos, constituindo o crescimento do desemprego a prova provada disso mesmo.

**Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Esperamos por isso que face às nossas propostas tenham agora uma nova postura a bem das empresas, dos Açorianos e das suas próprias famílias.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** De uma coisa temos porém a certeza: mais do que ouvir é preciso saber ouvir... O PS e o seu Governo fazem que ouvem, mas na realidade fazem o que querem, como querem e quando querem e os exemplos são mais que muitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não obstante a propaganda a verdade é que “há desemprego e as empresas passam momentos difíceis”, afirmou recentemente um Membro do Governo, numa

constatação do óbvio que não é de hoje nem de ontem mas que se vem avolumando desde 2003.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Longe vão os tempos em que atingimos a marca de 2% no que concerne à taxa de desemprego. A partir dessa altura, o que se constata, pese embora a propaganda, é que existe uma tendência consolidada do desemprego cujo pico máximo foi atingido no 2º trimestre deste ano com 7%, alcançando actualmente mais do triplo da taxa entretanto verificada em 2003.

**Secretário Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**  
E agora?!

**O Orador:** Desceu um bocadinho, Sra. Secretária! Já lá vamos!

**Deputado João Costa (PSD).** Agora está muito bom!!!!

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** É um paraíso!!!

**O Orador:** Muito embora gostem os senhores de referir que em relação ao continente português, ou à Madeira, estamos numa situação mais confortável, a verdade é que não basta, nem muito menos pode servir de consolo àquelas famílias Açorianas que infelizmente vivem no dia-a-dia o drama do desemprego.

**Secretário Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**  
Nós estamos a acompanhá-las!

**O Orador:** Não serve de justificação, muito menos para essas famílias!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje num mundo mais global, mais competitivo e conseqüentemente bem mais exigente.

Nesse mundo e nessa economia global não há lugar para fraquezas, para descuidos nem para mais “oportunidades perdidas”.

**Deputado Francisco César (PS):** O PSD não está preocupado com os da Câmara Municipal de Ponta Delgada!

**O Orador:** Estamos preocupados!

Nesse mundo global vencem os mais fortes, os mais competitivos e por isso, para vencer o futuro, temos que preparar, temos que reflectir agora o presente.

Já o disse aqui e reafirmo: se a *coesão* é uma necessidade e um imperativo de solidariedade, estamos absolutamente convictos que só na promoção do emprego será possível gerar mais riqueza e garantir a esperança, sobretudo nas ilhas mais pequenas e com maiores dificuldades.

Só gerando riqueza venceremos o Desafio, pois uma ilha sem emprego é uma ilha sem esperança, sem “chama” e sem futuro...

É pois absolutamente necessário que os fundos postos à nossa disposição sejam aplicados em investimentos mais reprodutivos e geradores de mais e melhor emprego, pois *o trabalho é “fonte de esperança e de desenvolvimento”...*

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Deputado José San-Bento (PS):** Diga quais!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando Governo anunciou que no ano de 2007, se iria proceder ao “Diagnóstico Estratégico das Empresas”, cujo objectivo era detectar os seus pontos fracos e fortes, foi com expectativa que recebemos tão agradável notícia.

Tratando-se de uma medida positiva, já que o era para as empresas, para os trabalhadores e para a economia em geral, a verdade é que, para além de não conhecermos os seus resultados, tratou-se de uma medida pouco ambiciosa, feita exactamente à medida da ambição que o PS tem para o desenvolvimento dos Açores.

Precisamente por isso reafirmamos: o desafio que queremos, e que importa lançar, não se circunscreve apenas ao diagnóstico das empresas! Há que ir mais longe na defesa do emprego e no combate à desertificação das ilhas.

Por isso reafirmo: O Diagnóstico que urge e que importa fazer é o Diagnóstico Estratégico das Ilhas, de cada uma delas, detectando as “fraquezas” mas também, e sobretudo, as suas próprias potencialidades.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Depois de conhecidas as potencialidades de cada uma delas, só aí podemos fundamentadamente investir, só aí podemos garantir o emprego, a

segurança e o retorno do investimento, que não é pertença deste Governo, mas sim de todo e qualquer Açoriano.

O Diagnóstico que urge e que importa fazer é o de também saber porque saem os jovens das ilhas mais pequenas para não mais voltarem, desertificando as ilhas, com os consequentes impactos negativos que isso mesmo acarreta.

O Diagnóstico que urge e que importa fazer é o de compreender as razões da desertificação, apontando caminhos e sugerindo soluções para o crescimento do emprego, capaz de fazer regressar a juventude e com isso gerar uma nova esperança para os Açores e para os Açorianos em geral.

Sras. e Srs. Deputados, chegou a hora de trazer a ciência e o conhecimento à política, e chegou o tempo de se acabar definitivamente com a política feita “em cima do joelho”.

Se queremos mudar de paradigma, chegou o tempo de assumirmos todos a vanguarda da ciência e do conhecimento ao nível da decisão política.

Em suma: é urgente saber ouvir para melhor servir...

Queiram assim os senhores saber ouvir...

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tenho inscrito os Srs. Deputados José Rego e Piedade Lalande.

Não havendo mais inscrições tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

\* **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Rui Ramos. É uma intervenção que eu já aguardava, porque saberia que iria tratar esta matéria e vai ao encontro daquilo que disse na tribuna aquando da minha intervenção relativamente ao emprego nos Açores.

É pena que o Sr. Deputado Rui Ramos não faça uma análise honesta da situação do emprego nos Açores, mas faça uma análise muito partidária para o momento presente.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** Disse na minha intervenção e reafirmo hoje, que os Açores estiveram mais fortes, e continuam, do que muitas regiões e países da Europa.

O Sr. Deputado sabe, como eu, que as taxas de desemprego, na maioria dos países da Europa, estão acima dos 10%.

O Sr. Deputado sabe, como eu, que a taxa do país está acima dos 9%.

O Sr. Deputado não fez foi uma análise honesta. Quando o vosso partido tinha responsabilidades, a maioria dos trimestres apresentavam uma taxa superior à taxa nacional.

Isto é que era um problema! Os Açores eram maus, porque não criavam emprego.

Hoje, temos uma situação diferente, em que a taxa dos Açores é sempre inferior à nacional.

Peço ao Sr. Deputado que estude e veja o que é que acontecia, trimestre a trimestre, durante muitos trimestres, relativamente à taxa dos Açores e à do país.

Relativamente à taxa de 6.2 ou de 7, agradecia que o Sr. Deputado, também fazendo uma análise, estando a viver hoje um momento diferente do que vivemos no passado, ...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** A conjuntura era totalmente diferente!

**O Orador:** A conjuntura é diferente, mas é diferente para melhor nos Açores.

O Sr. Deputado não quer ver, quando temos a situação internacional que temos e a situação que tínhamos antes, o que é que aconteceu nos Açores. Os Açores estavam mais robustos, protegeram-se mais ao nível do emprego. Disso não tenhamos dúvidas.

Estávamos à espera do aumento da taxa de desemprego. Foi dito pelo Presidente do Governo.

Qualquer desempregado é importante para o PS e para o Governo dos Açores e para eles têm sido tomadas medidas e cuidados em relação a essa matéria.

Se tivemos taxas baixas num determinado período foi porque houve medidas para que o desemprego fosse mais baixo. Portanto, quando tínhamos taxas de 2 ou de 3% tivemos medidas para aquela altura. Lembro-me de medidas como o preço do emprego, que foi uma medida elogiada por todo o país.

O Sr. Deputado não me venha dizer que a situação é inédita nos Açores.

Ela é melhor do que foi no passado e continuamos a trabalhar para que ela seja melhor do que no Continente e do que em muitos país da Europa.

Queria reafirmar ainda que muitas das medidas que Governo tomou, como as linhas de crédito, se não houvesse aqueles apoios do Governo, muita mais gente estaria desempregada e não o contrário do que o senhor quer dizer.

O senhor ouviu o Sr. Vice-presidente apontar o número de empresas e o número de desempregados.

Portanto, não foi honesta a sua intervenção.

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

\* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de participar neste debate referindo as palavras do Sr. Deputado Rui Ramos quando dizia que era preciso trazer a ciência à política, a propósito do diagnóstico.

Trazer a ciência à política é trazer rigor na análise dos números. É trazer rigor na análise comparativa e sobretudo uma palavrinha que é muito utilizada, que é contextualizar a análise dos números.

Penso que o senhor não faz essa análise contextualizada. Desde logo, porque o valor de 6.2 nada tem a ver, por exemplo, com o valor de 6.5, que foi encontrado pelo Governo Regional do PS quando tomou posse em 1996.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** A conjuntura era completamente diferente!

**A Oradora:** A conjuntura era diferente, mas se calhar era melhor.

Vou ler-lhe o rigor das palavras do PSD quando, no último orçamento que fez para a Região, para 1996, dizia o seguinte:



“O emprego na Região, em 94, teve uma evolução não muito favorável, tendo-se verificado um aumento da taxa de desemprego que passou de 4.7 em 93, para 6.5 em 94”.

Sr. Deputado, acho que essa regra do rigor, da ciência na política, tem que começar a ser praticada dentro do próprio PSD.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Outro aspecto importante: o senhor já referiu várias vezes que não é feito um diagnóstico da realidade das ilhas no combate à desertificação e no combate ao envelhecimento, que o Governo está desatento e por isso teve que fazer um diagnóstico científico dessa realidade.

Se o senhor reparar, por exemplo, um dos investimentos na solidariedade social que tem a ver com a construção de uma creche, vai ser feito na ilha onde a taxa de natalidade é das mais pequenas.

O Corvo teve em 2006, 2.2;

A Graciosa, 4.6, quando a média da Região foi 11.6.

A taxa de natalidade na Região tem vindo a baixar.

Na Graciosa é metade da taxa regional e é exactamente nessa ilha mais envelhecida e onde a taxa de natalidade é menor, que o Governo vai investir numa creche.

Pergunto-lhe se o diagnóstico não está feito.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

\* **Deputado Rui Ramos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero apenas referir uma coisa. Quando a taxa de desemprego estava em 2%, era a virtude da acção do Governo; quando a taxa atinge valores de 7% a culpa é da crise!

Era só isto, Sras. e Srs. Deputados.

**Deputado Francisco César (PS):** O Governo é que anda a despedir pessoas!!!

**O Orador:** Não! Não! A questão não é essa.

**Deputado Francisco César (PS):** Estamos em crise, Sr. Deputado!

**O Orador:** Estamos preocupados com as pessoas e estamos aqui a dar o nosso contributo.

Não nos interessa olharmos para a frente e não olharmos para trás.

A questão é essa. Quando as coisas são boas, é mérito vosso; quando correm mal, é culpa dos outros.

Tenho dito. Muito obrigado.

**Deputado Francisco César (PS).** Sr. Deputado, é exactamente o contrário!

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

\* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os senhores dizem-se e contradizem-se!

Há duas semanas o grande problema desta Região era o problema do desemprego, que os senhores queriam atacar fortemente.

**Deputado Francisco César (PS).** E continua a ser!

**O Orador:** Agora estão aqui a tentar “dourar a pílula”.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Srs. Deputados do Partido Socialista:

A taxa de desemprego nos Açores é menor do que a nível nacional.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques) e**

**Deputado Francisco César (PS):** Ah!!!

**O Orador:** A evolução da taxa de desemprego nos Açores disparou substancialmente em relação a nível nacional, porque o ponto de partida, que era substancialmente baixo, está agora próximo do nível nacional, ...

**Vozes dos Membros do Governo:** Não!

**O Orador:** ... enquanto que a nível nacional isso não se verificou.

Segunda questão: os senhores tentam agora desvalorizar aquilo que valorizaram há 15 dias, entrando em perfeita contradição.

Os senhores estão, inclusivamente, no desemprego registado, isto é, naquilo que é certinho, que entra dentro das portas do Governo Regional todos os meses, dia-a-

dia. As Agências de Qualificação e Emprego, estão a conhecer neste momento, mês a mês, subidas de 50% relativamente ao período homólogo do mês anterior.

Este problema é para ser desvalorizado ou os desempregados têm que levar a que da parte do Governo Regional haja a necessidade de medidas concretas que regularizem um problema social gravíssimo que neste momento decorre do desemprego da Região?

Não desvalorizem!

Volto a dizer uma coisa que disse há uns plenários atrás:

Não gozem com os desempregados!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Nós não gozamos, mas há quem brinque!

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**\* Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma declaração muito breve.

Primeiro, para dizer que não é verdade que a evolução da taxa de desemprego nos Açores seja mais negativa de que a evolução da taxa de desemprego no país. Não é verdade!

Em segundo lugar, quero dizer também o seguinte:

Não vale a pena qualquer grupo parlamentar, e em especial o PSD, vir aqui dizer que o Governo Regional ou o meu partido desconsideram as pessoas que estão desempregadas.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** E é verdade!

**O Orador:** Essa observação é uma observação mentirosa e pouco séria.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** São factos!

**O Orador:** Evidentemente que qualquer deputado que aqui está, e por maioria de razão qualquer governante, tem pelo menos a mesma preocupação com aqueles que não têm trabalho...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não parece!

**O Orador:** ... ou com as famílias que viram diminuídos os seus rendimentos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Nós somos o partido da preocupação com aqueles que têm dificuldades e é assim que nos temos afirmado na sociedade açoriana.

Não recebemos lições do PSD de solidariedade social, porque a história do PSD nos Açores foi de agravamento de dificuldades dos açorianos e de agravamento das diferenças de rendimento entre as famílias açorianas.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não é verdade!

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

\* **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era só para dizer duas coisas, Sr. Presidente do Governo:

Em relação à preocupação, penso que os senhores, porque governam, devem ter essa preocupação e devem tê-la, porque os senhores, mês a mês, têm mais 50% de desempregados inscritos nas Agências de Qualificação de Emprego do que tinham um ano antes.

Segunda questão: a mentira, Sr. Presidente do Governo.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa. A taxa de desemprego a nível nacional que está neste momento a 9,8%, é cerca de 50% superior àquela que existia há cerca de 5 ou 6 anos atrás.

A taxa de desemprego nos Açores, neste momento, é três vezes e meia superior, o que significa um aumento de 250% (5 x superior àquilo que se passa a nível nacional).

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Por isso, quanto ao rótulo de mentiroso, Sr. Presidente do Governo e com todo o respeito, eu devolvo à procedência.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**\* Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dizer, por exemplo, que a diferença entre a taxa de desemprego nos Açores e no Continente, ou no conjunto do país, era, no quarto trimestre de 2008, de 2,2% e no terceiro trimestre de 2009 era de 3,6%.

Portanto, o que eu disse é que está certo.

**Vozes dos Membros do Governo Regional:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Nélia Amaral.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo

O ano de 2010 será palco de uma reflexão sobre a pobreza e exclusão social à escala europeia.

A análise da Proposta de Plano Regional Anual que aqui nos reúne, mais concretamente no que se reporta à política de solidariedade e de segurança social,

constitui um bom ponto de partida para participar neste processo, tendo por base uma reflexão idêntica, à escala regional.

Importa integrar esta reflexão por duas ordens de razão.

Em primeiro lugar porque a nossa Região não está imune às tendências demográficas, aos processos económicos e sociais que se verificam no contexto Europeu e que impactam o tecido social e a qualidade de vida das populações.

Mas também porque, o corpo de conhecimento técnico e científico no qual se fundamentam as orientações e recomendações comunitárias deverá “informar” a tomada de decisão política e a definição de prioridades que culmina com a planificação da acção governativa e, no caso presente, com a planificação da actuação do governo regional.

A apreciação da planificação da intervenção do Governo em matéria de solidariedade social tem necessariamente de ser precedida de uma análise mais abrangente da política social prosseguida pelo Governo, e deve ser avaliada pela capacidade de contribuir para a sua concretização.

Importa lembrar alguns princípios básicos que norteiam a política social dos Governos do Partido Socialista.

Para o Partido Socialista solidariedade social é sinónimo de promoção da dignidade humana, numa perspectiva de equilíbrio entre a protecção dos mais vulneráveis e a disponibilização de oportunidades de realização ao nível educativo, profissional, social, cultural e recreativo conducentes à sua capacitação e autonomização, que é o fim último destas políticas.

Assim a promoção da inclusão pressupõe a garantia de que todos os açorianos:

- dispõem dos rendimentos necessários para viver com dignidade;
- usufruem de oportunidades de emprego inclusivas materializadas através da oferta de formação académica ou profissional, de apoio na procura e na manutenção do emprego, ou na disponibilização de apoios complementares à conciliação da vida profissional e familiar, como sejam a prestação de cuidados a filhos menores, a idosos ou a pessoas com deficiência, ou mesmo a disponibilização de redes de transportes adequadas às exigências do mercado de trabalho;

- têm acesso a serviços sociais de qualidade, do âmbito da solidariedade social, mas também da educação, da saúde, da habitação, assentes na articulação com o beneficiário dos serviços e com a instituição que os presta.

A conjugação destes três vectores, rendimentos, oportunidades de emprego inclusivas e acesso a serviços sociais de qualidade, assume-se como factor essencial à promoção da inclusão entendida enquanto participação activa na vida económica, social e cultural das suas comunidades, como cidadão de pleno direito.

É esta a perspectiva que o partido Socialista tem das pessoas em risco de exclusão, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, dos desempregados, de todos os quantos precisam de protecção e de autonomização.

Para o Partido Socialista a promoção da inclusão não se faz à margem das pessoas excluídas ou das comunidades onde estão inseridas. Ao invés implica a substituição de modelos verticais de coordenação centralizada nos serviços oficiais por modelos de intervenção e de gestão horizontais. O mesmo é dizer assentes na participação das instituições prestadoras dos serviços, das entidades locais (quer se trate de Instituições Particulares de Solidariedade Social, de Misericórdias ou de outros), dos serviços públicos e dos próprios beneficiários dos apoios, numa lógica de delegação de competências, de enriquecimento das comunidades e de permitir que as pessoas em situação de exclusão se apoderarem do seu percurso de autonomização.

Assim a política social é, necessariamente intersectorial, centrada no utente e na comunidade, numa perspectiva de capacitação pela participação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

À luz deste enquadramento a avaliação da Proposta de Plano Regional Anual para 2010 é, indubitavelmente, positiva.

Desde logo porque assume a transversalidade da intervenção social ao reunir num mesmo departamento do Governo áreas de actuação essenciais à promoção da inclusão como a solidariedade social, o emprego, a qualificação profissional, a igualdade de oportunidades e a habitação. A complementaridade destas diferentes

áreas de actuação e uma visão integrada da sua implementação contribuem de forma significativa para o sucesso das políticas sociais.

Por esta via, a pessoa pobre ou em risco de exclusão apoiada no âmbito da solidariedade social vê também avaliada a necessidade de intervenção noutras áreas das suas vivências quotidianas como sejam o apoio na procura e manutenção de emprego, no acesso ao leque de serviços disponibilizados a todos os cidadãos, a necessidade de inclusão de outros elementos do seu agregado familiar no plano de inserção, quer seja pela procura de uma resposta educativa adequada aos seus filhos menores, a disponibilização de oportunidades de formação ou de qualificação profissional e de reconhecimento de competências que reforce a sua empregabilidade ou a do seu cônjuge, a necessidades de intervenção no seu espaço habitacional e comunitário transformando ambos em factores de inclusão ao invés de factores de risco, como bastas vezes acontece.

A Proposta de Plano merece avaliação igualmente positiva porque, soube fazer o diagnóstico dos desafios sociais que se nos colocam, assumindo que, à semelhança do que acontece um pouco por toda a Europa, nos confrontamos, nos Açores, com:

- o crescente envelhecimento da população;
- alterações ao nível da estrutura e dinâmicas familiares que reclamam o reforço das tradicionais tarefas de cuidador dos mais jovens e dos mais idosos;
- taxas de desemprego acima do habitual;
- baixa qualificação e empregabilidade de largas franjas da população;
- movimentos migratórios, como sejam a chegada de imigrantes ou de emigrantes regressados, que exigem instrumentos de inclusão;
- o reconhecimento de formas de exclusão tradicionalmente ignoradas, designadamente as associadas a pessoas com deficiência ou com doenças crónicas quer se trate de doença mental ou de toxicodependência; e
- a persistência de situações de pobreza crónica ou intergeracional.

Face a estes constrangimentos e a par da realização do diagnóstico, e da transversalidade da acção assegurada pela composição do departamento do governo com responsabilidade em matéria de solidariedade social, a Proposta de Plano apresenta um vasto leque de acções que envolvem todos os departamentos



do governo e visam dar resposta a estes desafios numa perspectiva integrada de transversalidade e de prioridade assumida por este Governo Regional.

Refira-se por exemplo o investimento na educação como o reforço da acção social escolar, a aquisição de manuais para o primeiro ciclo ou os projectos de inovação pedagógica, assim como a promoção da actividade física adaptada que visam assegurar que todas as crianças usufruam do direito à educação;

A proliferação da oferta de actividades de ocupação de tempos livres de forma estruturada e estruturante que permita a crianças e jovens o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, a promoção de hábitos de vida saudáveis, o desenvolvimento da rede de leitura pública e o apoio a imigrantes e a emigrantes regressados, responsabilidade da Presidência;

Os investimentos no sector agrícola e das pescas que visam melhorar as qualificações, os rendimentos e as condições de trabalho dignificando todos quantos trabalham nestes sectores;

Os incentivos da Secretaria Regional da Economia à iniciativa privada social, ao artesanato, o apoio ao desenvolvimento de empresas artesanais, ao cooperativismo ao empreendedorem ao micro-crédito e ao empreendedorismo social que contribuem para a diversificação das oportunidades de trabalho;

O apoio à inclusão de cidadãos com deficiência através do apoio à aquisição de equipamentos TIC, e da produção de conteúdos multimédia, assim como a revisão de percursos e de horários dos transportes colectivo de passageiros por forma a compatibilizá-los com as necessidades dos utilizadores, assim como a implementação de tarifas sociais, responsabilidade da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos;

Assim como o contributo da Saúde, designadamente através do plano regional de vacinação, da prevenção de comportamentos de risco e da rede de cuidados continuados.

Sras. e Srs. Deputados:

A Proposta de Plano para 2010 merece-nos apreciação igualmente positiva ainda porque ambiciona mais e melhor.

Mais na diversificação dos apoios e na descentralização dos serviços pelas comunidades onde se verifica uma capacidade instalada inferior à procura.

Melhor porque investe na promoção da qualidade da rede de serviços e equipamentos sociais, através do desenvolvimento de um sistema de avaliação dos serviços, assim como na formação dos diferentes intervenientes em apoio social, quer se trate dos funcionários da Administração Pública Regional ou dos trabalhadores e dirigentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Autarquias e Misericórdias, com as quais estabelece acordos de cooperação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo

O sucesso da luta contra a pobreza e exclusão social não é alheio a um outro factor que importa aqui reflectir: a nossa capacidade para erradicarmos das políticas sociais, das práticas de intervenção mas também do discurso de alguns políticos, os vestígios ainda remanescentes do determinismo de quem acredita que quem nasce pobre, vive e morre pobre, ou que filho de pobre, pobre será;

- do fatalismo daqueles que, desresponsabilizando-se, defendem que pobres sempre houve e sempre haverá e;

- da culpabilização dos que afirmam que só é pobre quem quer, quem é malandro e não quer trabalhar.

Não se trata, Sras. e Srs. Deputados, de uma questão de opinião. Esta é uma questão de direitos humanos.

A Proposta de Plano Regional Anual para 2010 está alicerçada na defesa destes direitos humanos e em claro antagonismo com estes preconceitos, prevê uma política social intersectorial, centrada no utente e na comunidade, numa perspectiva de capacitação pela participação, que não se esgota nesta proposta de Plano Regional Anual mas que se concretiza também por via da aprovação e da execução deste Plano.

Um Plano de continuidade, dizem alguns em tom de crítica.

A este propósito convém salientar de que continuidade se fala.

Importa lembrar que foi pela mão do Partido Socialista que se levou até às últimas consequências a garantia de que todos os cidadãos devem ter acesso aos rendimentos necessários para viver com dignidade;

Foi igualmente pela mão do Partido Socialista que todos os concelhos dos Açores foram dotados de infra-estruturas e conseqüentemente de serviços de apoio à infância e à juventude, a idosos e a pessoas com deficiência;

Foi também pela mão do Partido Socialista que as crianças com deficiência viram reconhecido o seu direito à educação inclusiva;

Foi ainda pela mão do Partido Socialista que as vítimas de violência, os sem abrigo e os toxicodependentes deixaram de ser “invisíveis”.

Esta é uma Proposta de Plano de continuidade?

Pois é.

De continuidade com os nossos princípios, de continuidade na promoção do bem-estar de todos os açorianos, de continuidade na promoção e defesa intransigente da dignificação dos mais desfavorecidos e de continuidade no cumprimento dos compromissos assumidos com os açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é efectivamente um plano de continuidade, uma continuidade que os Açorianos merecem e da qual nos orgulhamos.

Disse.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimentos.

Não havendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

**Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com o relatório da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, referente ao primeiro semestre de 2009, os Açores são a região do país com maior taxa de incidência de RSI por população residente.

7,8% dos residentes nos Açores são beneficiários deste apoio social - 7,8!!!

Tal facto não é só preocupante – É um escândalo!

Mas se quisermos aprofundar um pouco mais esta questão veremos que, dos que cessaram de receber a prestação de RSI, mais de 20% regressaram ao apoio, ou seja, não se conseguiram libertar da sua situação de necessidade.

Notamos que o valor médio de prestação por agregado familiar e por beneficiário é superior à média nacional.

E verificamos que cerca de 30% do total de beneficiários trabalham.

Esta é a realidade no primeiro semestre de 2009.

Desde o final de Julho, e até Setembro, foi sempre a subir, e no final de Setembro estávamos já perto dos 20 mil beneficiários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são a região com valores médios de salários mais baixos do país, e, em consequência disso, os Açorianos são os mais mal pagos de Portugal.

Temos os mais baixos salários, temos a maior taxa de incidência de RSI por habitante, e, como se vai percebendo, temos um aumento da pobreza nos Açores.

Os Açorianos estão mais pobres, e têm cada vez mais dificuldades em enfrentar o seu dia-a-dia.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o índice de desenvolvimento regional dos Açores é o segundo mais baixo do País, apenas atrás da região do Tâmega.

Já se sabe que para o Sr. Vice-Presidente do Governo diz que isto nada vale, isto nada significa.

À semelhança do restante Governo e da bancada do PS, continuam a não querer assumir as dificuldades, tal a impotência para inverter esta tendência empobrecedora das famílias açorianas.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nesta constante obsessão, que alimentam de ano para ano, para negar esta evidência, o PS e o Governo ignoram os sinais da gravidade desta situação e

que resultam, quer da análise dos indicadores existentes, quer da revelação de preocupações por parte das organizações não governamentais.

São cada vez mais frequentes as declarações de que a pobreza nos Açores está a assumir proporções preocupantes e que cada vez há mais Açorianos pobres.

Só a Caritas dos Açores revela um aumento de 66% dos que procuraram o seu auxílio no primeiro semestre deste ano. (Vá-se rindo, Sr. Secretário Regional).

Mas esta pobreza não é só a pobreza dos que vivem na miséria.

É bom que não continuem a confundir o conceito de pobreza atirando-o apenas para a pobreza extrema.

O pobre, na definição dada pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social, é alguém que não consegue satisfazer de forma regular todas as necessidades básicas, assim consideradas numa sociedade como a nossa.

Os baixos salários permitem a inclusão de muitos Açorianos no conjunto daqueles que vivem abaixo do limiar da pobreza.

É nestes cidadãos que nos devemos concentrar para verdadeiramente enfrentar o problema.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Um estudo publicado no Boletim Económico de Primavera, deste ano de 2009, do Banco de Portugal, coloca os Açores nos mais altos patamares da taxa de pobreza do país. Situando na ordem de UM QUARTO da população residente no arquipélago como sendo pobre.

Mais de 60 mil Açorianos são pobres – É uma vergonha!

O plano do Governo para 2010 ignora, mais uma vez, aquilo que cada vez mais Açorianos sentem.

Para o Governo, os pobres são uma fonte de votos de um eleitorado vulnerável.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Essa é a chocante e insuportável constatação que se pode tirar perante a vossa insensibilidade para com este flagelo social.

**Deputados Jorge Macedo e Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo vem escondendo estes factos e esta verdade inconveniente, apenas e só porque a pobreza envergonhada de muitos Açorianos tem permitido

que mais uma dádiva, mais uma benesse, mais um favor e mais um apoio social, contente, ainda que de forma efémera, alguém a quem depois é cobrado um voto, e que, pela dependência do poder de que padecem, suporta a falta de sentido de serviço que V. Exas. acabam por revelar.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Depois, Vossas Excelências aparecem surpreendidos, indignados até, perante a corrupção moral e a inversão de valores democráticos que amiúde alguém vai tendo coragem de denunciar.

A História saberá avaliar a marca de empobrecimento social, moral e económico que os Socialistas deixaram nos Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Mas se esta triste realidade deve ser enfrentada e combatida com verdadeiras medidas, que incidam particularmente nos salários, no Governo e no PS já há quem defenda que estamos perante uma conjuntura de aumento de poder de compra.

É o total desvario político.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

2010 será o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Os Açores serão a Região Europeia de 2010.

A associação de efemérides, parecendo acidental, não é uma mera coincidência.

Mas ao invés de promover e planear um verdadeiro combate da pobreza, o Governo aposta na habitual mitomania das aparências e da negação dos problemas.

Em Janeiro de 2008 o Governo implementou os “*Contratos Sociais de Desenvolvimento Social dos Açores*”, para os quais anunciou 400 mil euros anuais.

Quais os resultados dessa medida?

Não só o Governo não respondeu aos casos mais críticos e de pobreza extrema, como ignorou a verdadeira extensão do fenómeno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta realidade não é exclusiva de uma ou duas ilhas dos Açores. É uma realidade regional e que infelizmente é generalizada.

Contudo, não posso deixar ainda de salientar que nas ilhas mais pequenas, nas chamadas da coesão, como é o caso da Graciosa, esta realidade assume uma maior preocupação dadas as fragilidades inerentes a uma pequena comunidade com uma baixa actividade económica.

Se pensarmos que, por exemplo em relação aos beneficiários do RSI, estamos perante uma altíssima taxa de incidência, se a isso juntarmos os baixos salários, o desemprego, a baixa qualificação profissional, a desertificação humana e o preocupante envelhecimento da população, então não podemos estar satisfeitos com o rumo que Vossas Excelências estão a dar aos problemas mais prementes e que mais urgentemente necessitam resolução.

A actual conjuntura impõe um orçamento social feito para as pessoas através do fortalecimento da economia.

Lamentavelmente, as vossas propostas de Plano e Orçamento para 2010 não vêm ao encontro da real situação social e económica dos Açores.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Está inscrita a Sra. Deputada Piedade Lalanda e a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

\* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero intervir neste debate, porque é ofensiva a forma como o Sr. Deputado falou aqui nos pobres, classificando-os como pessoas quase incapazes, inconscientes...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não disse nada disso!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Disse, sim senhor!

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e da bancada do PSD)*

**A Oradora:** ... a quem se cobravam votos e que interessava ao PS ter muitos pobres nessa condição.

Não disse com estas palavras, mas disse com palavras parecidas.

A sua definição de pobreza é, infelizmente, uma definição pobre, errada e uma definição que não considera as pobres por aquilo que são, mas apenas por aquilo que têm.

Se é tão importante para si a avaliação e o cálculo da medida da pobreza baseada em rendimentos monetários, pergunto-lhe por que é que um dos líderes das organizações representativas dos empresários que, por sinal, é membro do PSD, acha impossível que esses empresários actualizem o salário mínimo dos seus trabalhadores para o mínimo nacional, se é tão difícil compensar monetariamente?

**Deputado Anibal Pires (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade.

**\* Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é verdade as afirmações que o Sr. Deputado fez aqui relativamente aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Graciosa.

Temos 318 beneficiários. Baixou o número! – Ponto parágrafo.

Relativamente à distribuição dos beneficiários por ilha, a Graciosa tem 6,66% dos beneficiários, enquanto que as outras ilhas têm um número maior.

Relativamente àquilo que afirmou, também não é a Região quem tem os beneficiários com maiores rendimento, porque esse número situa-se nos 288 euros por pessoa, por agregado. Se for a ver, no país há números muito superiores.

**Deputado João Costa (PSD):** Está acima!



**A Oradora:** Não, não. Desculpe. Na média nacional há valores que vão acima dos 300 euros.

**Deputado João Costa (PSD):** Não, não! Eu tenho aqui o quadro com os valores!

**A Oradora:** Está aqui a estatística nacional.

Desculpe. O senhor não tem o quadro. Se tivesse não estava a dizer disparates.

**Deputado João Costa (PSD):** Está na internet!

**A Oradora:** O senhor está a dizer disparates!

Relativamente ao ganho médio mensal por actividade, a média regional situa-se neste momento nos 901 euros. Temos pouco mais de 5 mil trabalhadores a auferir o salário mínimo regional.

Aquilo que o senhor disse não corresponde minimamente à verdade.

Já chegámos a ter na Região 24 mil beneficiários do Rendimento Mínimo. Hoje, temos 19.500. Portanto, o senhor faltou à verdade.

**Deputado João Costa (PSD):** Eu desafio a Sra. Secretária a pegar na minha intervenção e a assinalar, uma por uma, as minhas mentiras!

**A Oradora:** Em benefício da verdade estou aqui a responder-lhe.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No pouco tempo que me resta, para me congratular com esta vinda do Partido Social Democrata àquelas que são algumas das teses do CDS relativamente ao Rendimento Social de Inserção.

É curioso quando a nível nacional se apoia o Rendimento Social de Inserção, quando a nível nacional a líder do PSD (ou ainda líder, não sei se é) a Dra. Manuela Ferreira Leite, num debate, com Paulo Portas, repudiou que se critique a prestação social em tempos de crise e que se chame ao RSI financiamento à preguiça.

Não foi isso que o Sr. Deputado acabou de dizer ali?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não, não foi!

**O Orador:** Os senhores lá apoiam o Rendimento Social de Inserção, aqui criticam o Rendimento Social de Inserção.

Lá estão sem rumo. Aqui navegam à vista.

É só para congratular-me que os senhores vão-nos dando razão ao longo do tempo. Ao longo do tempo vêm na esteira daquelas que são as teses correctas que nós defendemos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos a Sra. Deputada Nélia Amaral.

\* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não quero repetir a minha intervenção, mas há duas ou três coisas que vou ter que repetir.

O Deputado Artur Lima acabou de prestar um desserviço ao combate à pobreza e à exclusão social.

Enquanto continuarmos a referir-nos aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção como malandros, estamos a prestar um desserviço ao combate à exclusão social.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Artur Lima se se recorda quem foi que criou o Rendimento Social de Inserção?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Lembro-me perfeitamente!

**O Orador:** Então saberá quem era Ministro nessa altura.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**A Oradora:** Gostaria de fazer mais duas afirmações.

A prestação média do Rendimento Social de Inserção nos Açores é das mais baixas do país.

Perante o contexto económico actual sobre o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (eu digo, ainda bem que há o Rendimento Social de Inserção para permitir que todas estas pessoas, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas que trabalham e que mesmo com fruto do seu trabalho não conseguem ter uma vida digna) ainda bem que existe o Rendimento Social de Inserção para permitir a estas pessoas uma vida com dignidade.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. O seu tempo está mesmo a esgotar-se. Tem 1 minuto e 15 segundos.

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente. É quanto basta. É para dizer à Sra. Deputada Nélia Amaral que me lembro perfeitamente quem é que criou o Rendimento Social de Inserção, não é quem é que criou, é quem alterou o nome de Rendimento Mínimo Garantido para Rendimento Social de Inserção.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Ainda bem que o senhor reconhece que foi uma alteração do nome!

**O Orador:** Sabe a Sra. Deputada, as alterações que foram introduzidas eram realmente para proporcionar o rendimento de inserção, coisa que não estão a fazer nos Açores.

Está explicado?

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Não está, não senhor!

**O Orador:** Não tenho mais tempo, senão explicava-lhe mais!

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado João Costa.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. Deputadas Piedade Lalande e Nélia Amaral:

A vossa definição de “pobrezinhos” está completamente desajustada da realidade.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Pobrezinhos, é um termo do Sr. Deputado.

Não me ouviu usar essa palavra!

**O Orador:** Atirar tudo o que é conceito de pobreza para os pobrezinhos, é que está desfasado da realidade.

O pobre é quem não consegue ao final do mês pagar a água, pagar a luz, ter uma televisão como todos os outros têm na sociedade, ou não ter dinheiro para pôr gasolina no carro para ir para o trabalho, se tiver trabalho.

Esses são todos pobres!

São mais de 60 mil açorianos que vivem nestas condições.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não são os pobrezinhos do guetozinho que Vs. Exas. vão de vez em quando levar alguns cabazes de Natal.

Sra. Secretária, desafio V. Exa. a desmentir um único número que esteja na minha intervenção.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Faça a média por agregado familiar!

**O Orador:** Média nacional: 242 euros por agregado familiar.

Açores: 252! Está o relatório.

Há tempos vi o Sr. Secretário Contente tentar virar o computador. Eu também tento virar-lhe o computador, mas os cabos não dão.

Quero que lhe diga mais?

Média nacional. A média nacional está muito abaixo dos 7,8 por população residente.

Se quiser o endereço do relatório posso dar-lhe: [www.cnrsi.pt](http://www.cnrsi.pt) (Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, clica no lado, o relatório está lá, é muito fácil de descobrir e o Sr. Deputado Ricardo Cabral pode ensinar-lhe como é que se faz).

Sra. Secretária, Instituto Nacional de Estatística – índice de desenvolvimento regional.

Os Açores não são propriamente a última, são a penúltima Região.

“Os Açorianos...”, e isto é de há 15 dias, “... são os mais mal pagos do país”.

É isto que os senhores tentam esconder.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** “Pobreza nos Açores associada à falta de dinheiro.”

“Pobreza envergonhada aumenta nos Açores” – publicado na “Sábado”, dia 18 de Outubro deste ano.

Bispo dos Açores – “Mais pobreza e mais pobres no Arquipélago, lamenta Bispo dos Açores”.

Diário Insular – “Cada vez há mais pobres nos Açores”.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** É preciso mais?!

**O Orador:** Vou citar-lhe o Sr. Presidente do Governo com o devido respeito e com a sua licença.

O Sr. Presidente do Governo dizia, enquanto candidato à Presidência do Governo: “O líder socialista declarou que o salário médio dos Açores é mais alto do que praticado no Continente há um ano atrás.”

Querem saber quem é que anda a mentir? Olhem para dentro de casa e não venham acusar os outros...

**Deputados Rui Ramos e Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... de dizer aquilo que vocês tentam negar, porque sabem que esta verdade é uma verdade inconveniente e que vos custa a aceitar, porque não sabem como combatê-la.

Quanto a aproveitar os pobres para lhes retirar o voto, Sra. Deputada, olhe para a rua, olhe para as vossas campanhas e olhe para a forma como vocês fazem política.

Disse.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos a Sra. Deputada Nélia Amaral.

\* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Costa:

O calor do debate serviu para trazer ao de cima algumas cores verdadeiras (*true colors*, como se diria em inglês), que transparecem, surgem.

Convidava o senhor a fazer uma análise. Falou nas médias por agregado familiar.

O senhor volte à mesma página (eu não preciso de dar-lhe o site) e compare a dimensão dos agregados familiares.

Por exemplo, o senhor não pode comparar a prestação de um agregado familiar com dois elementos, com a prestação de um agregado familiar com 10 elementos.

**Deputado João Costa (PSD):** Faça a média por beneficiário. É a mesma coisa!

**A Oradora:** Não pode!

O senhor veja qual é a média da prestação por beneficiário e vai ver que a média por beneficiário é das mais baixas do país, Sr. Deputado.

Mais uma coisa, Sr. Deputado:

Através da sua expressão, “os pobrezinhos”, associou-se ao Sr. Deputado Artur Lima. São os pobrezinhos...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Malandros!

**A Orador:** ... e são os malandros.

Houve na bancada do PSD quem não gostasse muito dessa associação. É verdade, justiça seja feita.

Sr. Deputado Artur Lima, gostava que também ficasse registada mais uma coisa:

Ainda bem que o senhor admite que o Ministro Bagão Félix o que fez foi mudar o nome...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não senhora!

**A Oradora:** ... porque o regime de inserção já estava previsto, o envolvimento das localidades já estava previsto.

Já agora, importa lembrar também que algumas das alterações que quiseram incluir foram inclusivamente consideradas inconstitucionais e acabaram por ser retiradas.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado João Costa.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Nélia Amaral:

Para não aumentar ainda mais o desnorte que vai nessa bancada...

Média por beneficiário – Valor médio da prestação processada de RSI por beneficiário por distrito e Regiões Autónomas:

Açores – 91 euros;

Viseu – 84;

Vila Real – 90;

Viana do Castelo – 85;

Santarém – 85;

Leiria – 83;

Guarda – 77;

Faro – 87.

Quer mais?

**Deputada Piedade Lalanda (PS):** Qual é a data?

**O Orador:** Primeiro semestre de 2009!

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Veja os dados de Setembro de 2009. Não vá à procura dos dados mais favoráveis!

**O Orador:** Estes não servem.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Não servem. É uma chatice!

**O Orador:** Na Segurança Social a avaliação talvez é feita de outra maneira.

Como vêm eu não menti. Disse a verdade e apresentei a realidade que vocês continuando a negar, como continuam, nunca vão conseguir resolver e só vão contribuir para o problema e não para a solução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Creio não existirem mais pedidos de esclarecimento.

Assim sendo e para terminarmos o debate na generalidade fica a faltar-nos apenas as declarações finais.

Vamos fazer um intervalo de 20 minutos. Regressamos às 18 horas e 20 minutos para as declarações finais.

*Eram 18 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, dando corpo àquilo que é a última parte do debate na generalidade dos documentos previsionais que vimos analisando, ou seja, as declarações finais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

*Eram 18 horas e 30 minutos.*

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

No final da discussão do ano passado, analisado o orçamento e ouvidas as intervenções dos responsáveis governamentais, ocorreu-me a ideia do “discurso dos sete pecados mortais” depois de observar e ouvir o carácter profundamente errado e pecaminoso do plano do Governo socialista para nos governar.

Passado um ano, vou voltar a utilizar uma imagem religiosa como mote discursivo. Tenho duas razões para o fazer: a primeira tem a ver com a unidade de análise que quero manter, ao longo desta legislatura, sobre os orçamentos regionais que, realmente, não são coisas deste mundo; a segunda razão prende-se com o facto de eu achar que este orçamento representa uma espécie de Calvário para o Povo Açoriano.

A primeira estação do Calvário é, como se sabe, o momento da condenação à morte. De facto, este orçamento é uma espécie de nado-morto: porque insiste em políticas e distribuições orçamentais que se mostraram, ao longo do último ano, incapazes de parar a ascensão do desemprego, de evitar o colapso da construção civil, o cancelamento do turismo, o afogamento da pesca e o prometido Inverno para a nossa agricultura.

O orçamento regional, passe a redundância, nasceu morto, mas o Vice-Presidente encarregou-se, na vespertina intervenção que realizou, de o enterrar. Não me refiro à natureza insípida da sua intervenção, de números encavalitados nas contas e atropelados na retórica.

Também não me refiro à condição de verdadeiro vendedor de banha da cobra que nos fez lembrar quando nos tentou impingir um orçamento que é a negação da nossa autonomia económica, um desastre nas receitas e uma nulidade como mezinha seja para o que for.

Referia-me, Sr. Vice-Presidente, à falta de credibilidade que transpirou do seu discurso falso e irrealista. Naquele discurso, o senhor logrou fazer uma espécie de dois em um: cavou o buraco para o orçamento e também atirou para lá a sua



putativa candidatura a Presidente do Governo Regional. A sua divisa bem pode passar a ser, a partir de agora: mais vale ser Vice-Presidente toda a vida que Presidente nem um dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

O segundo episódio desta Via-Sacra tem a ver com o facto de aparecer uma cruz para ser carregada. A cruz é o PS, e quem a carrega é o Presidente do Governo Regional. Perante a nulidade dos documentos em discussão e o *harakiri* do Vice-Presidente, o mínimo que se poderia esperar era que o contributo brilhante dos deputados socialistas pudessem amortecer o descalabro.

No entanto, o que nos foi dado assistir foi precisamente o contrário do que se poderia esperar. Um após outro, os Deputados e os Secretários socialistas fuzilaram o Governo com fogo amigo. Os sucessivos oradores obedeceram rigorosamente à tipologia descrita brilhantemente por Churchill: “Quando se levantavam não sabiam o que iam dizer, quando se sentavam não sabiam o que tinham dito”.

Lembro-me, em particular, de três casos. Da Sr.<sup>a</sup> Deputada que falou sobre a educação, do Sr. Deputado que falou sobre toxicodependência e do Secretário Regional que falou sobre a política externa.

Não falo sobre a educação porque a Sra. Secretária foi tão circular como o Fernão de Magalhães. Não falo do Secretário do Ambiente cuja principal virtude que lhe reconheço é a inacção e o conseqüente mérito de deixar ecologicamente o Mundo como está.

Não falo do Presidente do Grupo Parlamentar Socialista que não existe. Não falo do Secretário da Saúde porque sei que o Sr. Deputado Artur Lima falará dele...

*(Risos da Câmara)*

... e não falo do Secretário da Economia porque tenho de falar dele mais adiante, na 11.<sup>a</sup> estação, quando tiver que revelar quem será pregado na cruz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Vamos começar, então, por falar da intervenção sobre a educação. A deputada falou da importância fulcral da formação de docentes com o objectivo de atacar – reconheço que de forma sibilina – um orçamento que mandou às malvas as verbas para a formação de professores.

Falou da necessidade de atrair os melhores para a educação, contrariando assim a Secretária da Educação que o que mais deseja é que ninguém se lembre de modificar coisa alguma, muito menos o concurso docente.

Falou da necessidade de acabar com práticas inviáveis e já arqueológicas, contrariando assim uma Secretária da Educação que ainda não percebeu que o actual modelo de avaliação docente dos Açores já não representa uma bóia, mas o talhão que resta do cemitério político onde já repousa a Dra. Maria de Lurdes Rodrigues.

É disto que eu falava quando me referia a fogo amigo.

Recordo, também, a intervenção do Sr. Secretário da Presidência sobre a política externa açoriana. Podia não ter falado, mas falou. Descreveu a agenda de deslocações ao exterior e chegámos todos à conclusão que não faz a menor ideia do que é que tem de fazer. Com este género de abordagem geopolítica, chego à conclusão que nada diferencia as aspirações do Governador das ilhas Sandwich no Atlântico Sul, das do nosso Secretário da Presidência.

Mais um momento de fogo amigo.

Finalmente, o deputado Berto Messias – em mais um momento Fernão de Magalhães – falou da luta contra aqueles que querem lutar contra a toxicod dependência. Aproveito este assunto para despachar já as 3.<sup>a</sup> 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> estações do Calvário, uma vez que o deputado Aníbal Pires escorregou, caiu e decidiu assumir, em simultâneo, o papel de Mãe e Simão de Cirene, ajudando no carregamento da cruz.

*(Risos da Câmara)*

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado!

**O Orador:** Na embalagem que lhe deu o assunto, afirmou-se de esquerda e chutou, violentamente, a direita juntamente com o deputado socialista, ainda atordoado com este inesperado apoio espontâneo.

Nesse momento, apercebi-me que, enquanto discutíamos este assunto, todo o hemiciclo se virou para o BE, sendo que a deputada Zuraída Soares nem precisou de falar.

A moral desta história é que o PCP até pode ajudar a carregar esta cruz, mas o dono desse altar é, definitivamente, o BE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Para mim, a 6.<sup>a</sup> estação deste calvário – “A Verónica limpa o Rosto de Cristo” – produziu-se quando se tornou claro que a verba para combater os maus-tratos animais se deveu à influência pessoal do Sr. Deputado José San-Bento, novo presidente da Associação para a Protecção dos Animais que, aproveitando a sua formação de velho aficionado, aplicou nesta rubrica uma bela verónica taurina.

A partir daqui, e gostaria de abordar esta fase do Calvário por atacado: continuam “as quedas” (7.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> estações) e o “pranto das mulheres”.

Na verdade, todo este orçamento é uma queda:

Uma queda brutal da actividade económica e a conseqüente queda acentuada do IRC;

Uma queda na expectativa de controlar o crescente buraco orçamental que é causado por um sistema de saúde em roda-viva, no que diz respeito ao aumento da despesa;

Uma queda mais que previsível do IRS, ainda não assumida por este Governo em queda abrupta de credibilidade;

Uma queda na esperança de diminuir, de forma drástica, os preços das ligações aéreas;

Uma queda na percepção sobre o que fará o Governo no âmbito do funcionamento concreto dos transportes marítimos, sendo certo que não é possível cair mais baixo;

Uma queda nas expectativas dos desempregados, sem esperanças possíveis numa economia que não cresce e que, por isso, não pode criar emprego;

Uma queda na expectativa de diminuir as despesas de funcionamento deste orçamento, algo que não permite deslocar recursos mais substanciais para as famílias açorianas;

Uma queda na credibilidade nas políticas de coesão territorial, assistencialistas por ideologia, pouco menos que inúteis por definição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

A oitava Estação do Calvário – “as mulheres de Jerusalém choram” – baseia-se na seguinte passagem bíblica, devidamente adaptada às presentes circunstâncias: “Não choreis pelo Governo; chorai antes por vós mesmas e pelos vossos filhos; pois virão dias em que se dirá: felizes as estéréis e os ventres que não geram. Porque se tratam assim a árvore verde, o que não acontecerá à árvore seca?”

Considero que este texto tem uma espantosa actualidade no âmbito da questão orçamental açoriana, não se podendo, contudo, dispensar – pelo menos para já – uma leitura um pouco menos dramática.

A verdade é que desde que o Eng.º Guterres começou a afundar o país no pântano, o Governo Regional teve, apesar de tudo, a capacidade política de captar receitas substanciais do exterior. O Governo socialista viveu, assim, numa conjuntura de árvores verdes, mas não conseguiu dotar a Região de um crescimento económico significativo. Teve as melhores condições de sempre para o fazer, mas falhou esse encontro com a história.

Entretanto começaram a chegar os tempos da árvore seca, sem que o Governo mostre a menor intenção de mudar de vida. Chegou a crise internacional, o futuro da lei das finanças regionais é uma incógnita e as verbas da União Europeia poder-se-ão reduzir, significativamente, após o actual quadro comunitário. Tudo isto enquanto as receitas próprias ameaçam descer de forma drástica.

No entanto, o Presidente do Governo não consegue reagir às novas circunstâncias. Por isso continuam a fazer-se orçamentos iguais, para tempos diferentes. Orçamentos sem presente e sem futuro.

É por isso que não duvido, nem por um instante, que o Presidente do Governo sairá em 2012. A partir daí, o resto do Calvário fica para os que por cá continuarem. Já se viu, neste debate, do que não são capazes os putativos sucessores.

Nestas circunstâncias, decidi, obviamente, demitir-me ... de votar a favor este Plano e Orçamento.

Muito obrigado

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de começar a minha intervenção tenho, e sou obrigado a fazer aqui, um breve aparte dizendo que a inspiração nos temas bíblicos apenas servem, mesmo com recurso aos Evangelhos Sinópticos, para disfarçar a inconsequência da Representação Parlamentar do PPM e a indigência das suas propostas.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Exmo. Senhor Presidente, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo e Açorianas e Açorianos:

Neste debate tivemos oportunidade, para além das preocupações, problemas e conteúdos trazidos pelas diversas bancadas da oposição, de ouvir o conjunto dos Secretários Regionais, sempre seguidos de perto pelos seus deputados sombra.

E, deste alargado conjunto de intervenções, apenas transparece uma ideia, incessantemente repetida, de múltiplas formas, por múltiplas vozes: um insensato triunfalismo sobre o progresso dos Açores. Ouvindo os membros do Governo Regional e respectivas sombras ficamos a pensar que tudo vai bem nas nossas ilhas.

Na forma como o entendemos, o exercício da política é uma aplicação de princípios e valores solidamente ancorada na realidade concreta. E foi a grande ausência, essa é a palavra que faltou neste debate: realidade.

A realidade da paralisação da nossa economia, a realidade do desmantelamento do nosso sector produtivo, a realidade do avanço do desemprego, a realidade do aprofundamento das desigualdades, a realidade cruel das duras dificuldades que enfrentam as açorianas e os açorianos.

E é destas realidades, embora difíceis, embora incómodas, que falamos. Pois é essa a realidade dos que nos compete representar e servir ao melhor das nossas capacidades.

Por isso é que falamos do emprego que se vai fragilizando, rarefazendo e precarizando e das medidas concretas de investimento que não encontramos neste Plano e Orçamento, nos quais, inclusivamente, se reduzem as verbas para os seus programas específicos.

Por isso é que falamos dos direitos de quem trabalha e se vê cada mais ameaçado no seu posto de trabalho, chantageado pela crise internacional e por uma leis laborais que permitem, a pretexto, tratar trabalhadores como acessório, um mero factor de produção que se quer de baixo custo, facilmente descartável, rápido e de fácil substituição. E falamos e falaremos da generalização do trabalho precário, das actuações ilegítimas ou mesmo ilegais de muitas entidades patronais, sem que a Região tenha os meios, a eficácia ou, por vezes, mesmo, a vontade de pôr cobro a essas situações.

Por isso é que falamos dos rendimentos, da sustentação das famílias açorianas, que é, afinal, uma das chave para aumentar o consumo, fazer crescer os resultados das empresas e melhorar a vida das açorianas e dos açorianos. Mas esta é uma chave que o Governo menospreza e que este Plano, nitidamente, não reconhece como estratégica, nem aponta como central no seu esforço de investimento.

Por isso é que falamos das nossas produção e comércio de bens e serviços nas quais em vez de se investir para aumentar e melhorar a capacidade produtiva, investe-se antes no seu desmantelamento, ao mesmo tempo que se deixam ainda sem resposta os custos que os esmagam e estrangulam, como são os do transporte aéreo e marítimo de mercadorias e de passageiros.

Falamos da oportunidade de mudar, de construir um paradigma diferente: um desenvolvimento baseado na justiça social e económica, um desenvolvimento sustentável, pela justa razão do seu equilíbrio que nos permita trilhar com maior esperança os caminhos do futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como disse no início desta intervenção, é da realidade que estamos a falar. E é nesse quadro de realismo que o PCP-Açores pretende, não substituir-se ao Governo ou à maioria e assumir o que são deveres alheios, mas sim contribuir para minorar erros e lacunas existentes na actuação consignada neste Plano e Orçamento.

E é isso o que fazemos. Apresentamos propostas que, recebendo o devido acolhimento, permitirão não só ajudar ao reequilíbrio da nossa situação, bem como fornecer respostas reais às açorianas e açorianos que aqui representamos.

E assim poderá ser com o aumento do complemento regional de reforma, que reforçará o poder de compra dos nossos reformados e, mesmo, contribuir para tirá-los das verdadeiras situações de pobreza e exclusão social para as quais o baixo valor das reformas os empurram.

E assim poderá ser com o reforço de verbas e meios para a Inspeção Regional do Trabalho e para o Plano Regional de Combate à Precariedade, Subemprego e Trabalho Ilegal, instrumentos que permitirão garantir melhor a defesa dos rendimentos e direitos dos trabalhadores.

E assim poderá ser com a criação de verdadeiros passes sociais, subsidiando o seu preço, permitindo diminuir os elevados custos de quem necessita de se deslocar diariamente e, assim, contribuir para o aumento do rendimento disponível dos trabalhadores e das famílias.

E assim poderá ser com o aumento das verbas destinadas ao apoio ao Micro Crédito e às empresas artesanais, dando o devido valor e relevância aos pequenos empreendedores, geradores de riqueza e emprego, e aos nossos saberes e riquezas tradicionais, afinal uma das únicas que nos podem distinguir num agressivo mercado global.

E assim poderá ser com a atribuição de um pequeno direito social básico aos estagiários dos Programas Estagiar, nas múltiplas dificuldades que enfrentam no início de uma carreira.

E assim poderá ser com o plano para melhorar a acessibilidade dos edifícios públicos pelos cidadãos portadores de deficiência ou com o reforço de verbas para a Rede Regional de Cuidados Continuados, que permitirá devolver dignidade e o

conforto possível aos açorianos que enfrentam dificuldades agudas na sua vida diária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas são algumas das propostas que apresentámos e que teremos ocasião de discutir em detalhe. Mas que, cremos, permitirão dar resposta a problemas concretos dos que nos elegeram e justamente esperam da nossa parte não palavras, mas soluções.

Estas poderão ser parte da solução, se soubermos aproveitar esta discussão e estes instrumentos sobre os quais iremos deliberar, como uma oportunidade. Uma oportunidade de começar, passo a passo, a introduzir mudanças e a construir uma Região mais justa, coesa e solidária. Para isso o PCP está disposto a contribuir.

Disse.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eis-nos chegados ao fim do debate sobre o Plano e Orçamento para 2010.

De acordo com o seu discurso habitual, para o Governo Regional, quase tudo vai bem.

O pouco que não está bem, resolve-se com alguma maior provisão para uma ou outra Secretaria.

A crise internacional é a razão dos actuais problemas. Finados os seus efeitos tudo voltará à normalidade.

Esta é a ideia que, tanto o Governo Regional, como a maioria que o apoia, insistiram em fazer passar, ao longo deste debate.

Para nós, Bloco de Esquerda, a realidade não é esta, por muito que custe admiti-lo.

Desde logo e em primeiro lugar, porque as causas que estiveram no embrião da crise financeira que se estendeu à economia, não estão a ser combatidas.

Lembramos aqui o que dizia o Partido Socialista – e muito bem!, no início do embate desta crise: para evitar novas crises é preciso fechar os OFF-SHORES,



costrar fiscalmente as mais-valias adquiridas em bolsa e regulamentar o mercado financeiro, entre outras.

Nada disto foi feito a nível mundial e será lógico pensar que se as causas não são atacadas, novas crises com estas características irão surgir no futuro.

Portanto, pura retórica para ilusão dos povos.

Mas não foram só os líderes mundiais a silenciarem toda a indignação inicial, dando bem conta da fragilidade das suas convicções. O Partido Socialista já não fala neste assunto e mesmo naquilo que estava ao seu alcance – como o fecho da zona franca financeira da Madeira – recusa-se a fazê-lo.

Em parceria com o PSD e CDS recusa-se a dar o exemplo, penalizando directamente o povo da Madeira e colocando-se ao lado daqueles que fogem ao fisco, lavam dinheiro ou escondem proveitos ilícitos.

As convicções socialistas têm dias...

Se a crise tem, de facto, a sua dose de responsabilidade, é bom não esquecermos que, nos Açores, mesmo antes dela, ter um trabalho não é sinónimo de saída da pobreza, como o demonstram os números – 50% da população activa auferem, em termos brutos, no máximo, 600 euros mensais. E cerca de 40.000 pensionistas recebe menos – muito menos! – do que o salário mínimo regional.

Ao mesmo tempo, o desemprego não pára de aumentar (na realidade, acima dos 7%) e em crescimento constante desde 2002.

Este paradigma que empobrece as populações gera, ao mesmo tempo, problemas sociais em cadeia e tem sobre o mercado interno factores de depressão, penalizando o desenvolvimento da Região.

Mas o Governo Regional recusa atacar esta questão de frente. Permanece agarrado a uma política de continuidade que herdou e tem vindo a desenvolver, dentro dos parâmetros do passado.

A par desta continuidade desastrosa, o Governo Regional persegue, por força das ideias neoliberais que o norteiam, a criação, nos Açores, de uma classe subsidiária dos dinheiros públicos, entregando-lhe serviços e sectores essenciais.

Neste particular, a falta de resposta do Sr. Secretário da Economia, às questões dos transportes, colocada pelo BE, é elucidativa.

O Bloco de Esquerda não se confunde com aquilo que é a estratégia do Partido Socialista, na Região, assumida em Congresso e plasmada no plano estratégico do Governo Regional. Bem entendemos que as actuais dificuldades conjunturais, do ponto de vista da economia, inviabilizam (por agora) a consumação deste plano e permitem manobristos no campo político.

E sendo este o grande objectivo estratégico do Partido Socialista e do seu governo, é-lhe impossível outra política redistributiva, nomeadamente, salarial.

E também a alienação das potencialidades económicas decorrentes da nossa posição geoestratégica só pode ser entendida, à luz de razões ideológicas.

Reconheçamos que nenhuma destas situações resulta da crise internacional.

Esta bancada está consciente de que alterações de paradigma não se fazem com uma varinha de condão, nem de um dia para o outro mas a verdade é que, nem no plano estratégico, nem nos sucessivos planos e orçamentos, se vislumbra um sinal que aponte para uma mudança de rumo.

Apenas um exemplo: O Governo Regional apresenta o Orçamento. Majesticamente, deixa claro que não há mais dinheiro. Portanto, as oposições só podem fazer propostas de alteração ao Plano, através de um trabalho alternado de corte e costura, por um lado e de adivinhação, pelo outro.

Ora, quando, em Abril deste ano, propusemos um aumento extraordinário das pensões, na prática, desafiámos o Governo a ir buscar o dinheiro necessário àquilo a que, candidamente, se chama economia paralela mas que, em termos objectivos, se chama fuga e fraude fiscal. O número apresentado por algumas associações empresariais da Região são assustadores mas, ainda que sejam mais baixos, permitem angariar muito dinheiro para aumentar, significativamente, as pensões e para muito mais.

Em relação a este escândalo, o Governo deveria ser o principal interessado em lhe pôr cobro mas, sobre isto, nem uma palavra disse.

Será porque este combate, iminentemente democrático e pela justiça, afecta os interesses instalados, que o Governo não quer embaraçar?

No encerramento deste debate, deixamos aqui, mais uma vez, este desafio!

Arregaçar as mangas para esta empreitada significa um início sério para inverter paradigmas, desenvolver a economia e trazer mais modernidade aos Açores, ombreando assim e nesta matéria com as democracias desenvolvidas.

Outro verdadeiro sorvedouro dos dinheiros públicos são as derrapagens, nas empreitadas públicas.

Segundo Oliveira Martins, socialista e presidente do Tribunal de Contas, estas derrapagens não são só um sinal evidente de má gestão e falta de rigor; são também propiciadoras de falta de transparência, na gestão dos dinheiros públicos e um terreno propício à corrupção.

Mas as derrapagens são tratadas com brandura, pelo actual poder na Região, tendo mesmo legislado, no sentido de as tornar legais, para níveis inaceitáveis.

Sendo assim, como pode haver dinheiro para outras coisas?

Sobre a dívida pública, partilhamos com o Vice-Presidente do Governo a tese de que só devemos endividarmo-nos, em caso de absoluta necessidade.

Mas será que o Governo Regional não considera esta crise social que se vive nos Açores, como um caso de absoluta necessidade?

E como compreender a mudança de atitude, logo que se alteram os intervenientes em jogo?

É o caso da parceria pública-privada para a construção do hospital de Angra do Heroísmo.

Segundo as partes do contrato tornadas públicas, este tem a duração de 30 anos e o Governo Regional irá pagar a amortização da obra e a sua manutenção.

É claro para todos que se trata de um empréstimo, que se trata de desorçamentação e que se trata de pagar juros bem mais altos do que se contraísse dívida pública.

Alertas deste tipo constam de um parecer emanado do Tribunal de Contas, com respeito a este tipo de expedientes, herdados do governo PSD e que a governação PS (como em muitas outras questões), tratou de chamar prática sua.

Afinal, em que ficamos? Quando se trata de meter dinheiro, nos grandes – neste caso, na Mota-Engil – as mesmas “cautelas e caldos de galinha”, no que respeita à gestão da dívida pública, não se aplicam.

Ficaremos atentos à diferença de custos final e interpelaremos o Governo sempre sobre quanto é que esta operação vai custar a mais aos cofres públicos e às gerações vindouras.

Também por todas estas razões e porque pugnamos por outra política, que abra caminhos de futuro para os Açorianos e Açorianas, votaremos contra este Plano e Orçamento.

Não por “arrogância salvífica”, mas por coerência política e respeito por quem nos elegeu!

Disse.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a terminar a discussão, na generalidade, de dois documentos que são fundamentais para a execução do Programa do Governo Regional, mas e acima de tudo, para o futuro das famílias e empresas Açorianas – o Plano Anual e o Orçamento da Região para 2010.

Todos tivemos oportunidade de, atempadamente, analisar as propostas em discussão. Todos tivemos oportunidade de chamar a atenção para o que julgamos estar menos bem, ou mal, da mesma forma que constatamos quais as grandes prioridades do executivo. Sim! Porque, com certeza, nem tudo o que neles está vertido é mau.

Não podemos ter a arrogância de tudo saber e a sobrançeria de entender que só a oposição é que tem razão.

O Plano Anual e o Orçamento Regional são documentos que reflectem uma evolução na continuidade das políticas socialistas, com as devidas correcções introduzidas pelo autor, dadas as circunstâncias económicas que conferem à conjuntura actual um cenário de crise que afecta a vida dos Açorianos e o seu tecido económico.

Ouvimos os agricultores lamentarem-se, dia após dia, sobre a crise no sector, provocada pelo aumento dos factores de produção e pela diminuição das receitas do seu trabalho.

Importa delinear claramente as políticas a seguir nos próximos anos, dadas as consequências nefastas que podem surgir com o fim do regime de quotas leiteiras.

Todavia, regista-se com agrado que o Governo Regional reforça substancialmente as verbas previstas para o investimento na Agricultura.

Os pescadores estão hoje a vender o produto do seu árduo trabalho a preços iguais aos do início do milénio, sendo a situação agravada pela quebra nas capturas.

Estamos atentos às queixas dos principais intervenientes dos sectores produtivos, quando vêm ficar retidos, por alegada falta de capacidade de carga da transportadora aérea regional, o produto do seu trabalho.

Por tudo isto voltamos a apresentar uma proposta no sentido de se estudar a viabilidade de aquisição de um avião cargueiro.

No entanto, consideramos como positivo o reforço nas verbas previstas para investimento nos Transportes Marítimos e Aéreos.

Registamos com preocupação as reduções na previsão de investimento para as áreas das pescas, habitação, competitividade da economia e ciência e tecnologia.

Também não nos deixa de preocupar o sufoco por que passam a esmagadora maioria das nossas pequenas e médias empresas e das empresas familiares, assim como o nosso comércio tradicional.

Não podemos ficar indiferentes ao facto de o turismo ter sofrido acentuada queda, relativamente a anos anteriores, com especial destaque para as unidades de turismo em espaço rural. E tal quebra fica a dever-se a dois factores: à crise que afecta grande parte dos nossos mercados emissores e ao elevado preço das passagens aéreas para as nossas ilhas.

De igual modo, não somos imunes às reclamações dos utentes do Serviço Regional de Saúde que não têm médico de família ou que esperam meses por uma consulta, por um exame complementar de diagnóstico e, especialmente, por uma cirurgia.

Também neste capítulo, aproveito para anunciar, o CDS-PP apresenta uma proposta para reforçar o combate às listas de espera cirúrgicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos em crise. Ora, para combater a crise é preciso estimular a economia; estimula-se a economia criando emprego e não cultivando a política da subsídio-dependência social.

É certo que temos hoje uma preocupação maior por parte das famílias para a poupança, mas também temos mais desemprego, provocando assim um aumento de casos de novos pobres e de novos beneficiários de prestações sociais.

Aqui uma chamada de atenção. Não nos opomos a que quem precise, momentaneamente de apoio social, dele usufrua, no entanto, não aceitaremos que estes novos beneficiários dele fiquem dependentes, por falta de políticas de verdadeira inserção e empregabilidade.

A somar a tudo isto há que salientar o facto de os trabalhadores açorianos serem os que mais baixos salários auferem à escala nacional, com as claras consequências económicas que daí advém: menos poder de compra, retracção do consumo, criação de menos riqueza, mais dificuldades das empresas e mais desemprego.

Por isso, responsabilmente, registamos o aumento de verbas, de 2009 para 2010, nos programas do Emprego, Qualificação e Formação Profissional.

Neste ponto, também, fazemos uma proposta para reforçar as competências dos nossos jovens.

Só quem tem emprego consegue fazer face, com mais ou menos dificuldade, à crise. Mas quem não tem emprego tem que ter ao seu dispor programas e respostas públicas que minimizem os impactos negativos deste infortúnio.

Da mesma forma, o Governo Regional tem que aprofundar a fiscalização aos apoios concedidos, bem como proporcionar aos empresários que se candidatam aos sistemas de incentivo que a banca não lhes coloque entraves no acesso ao crédito protocolado com o Governo.

Exige-se também aos entes públicos que coloquem ao serviço das famílias os meios financeiros necessários para que a retracção no consumo não se agudize e apliquem políticas concretas que possibilitem a convergência do nível de rendimentos dos trabalhadores açorianos à média nacional.

Em síntese, por tudo isto, é fundamental reforçar as taxas de execução do Plano de Investimentos, visto que o sector secundário, relativo à indústria de construção civil, foi aquele onde mais se notaram os efeitos da crise.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo Regional foi sensato na apresentação das propostas, elencou as principais áreas de intervenção, abriu-se a analisar propostas de alteração oriundas de outros quadrantes políticos e reconheceu, de certa forma, se bem que timidamente, que afinal a crise também afecta os Açores.

Nos últimos anos, têm-se anunciado mais investimento público e maior rigor nas contas públicas. O investimento, bem ou menos bem, concluído antes do prazo previsto, ou com anos de atraso, tem-se executado.

Quanto ao rigor das contas públicas a discussão revela outras divergências, não no rigor das contas propriamente, mas com o alargamento do Sector Público Empresarial Regional, tem-se desviado verba dos Orçamentos aqui analisados, que, por isso, acabam por passar ao lado da actividade fiscalizadora deste Parlamento.

Existem políticas definidas que nos merecem elogio. Mas também temos muitas reservas quanto ao endividamento, nomeadamente do Sector Público Empresarial Regional, e ao aumento da concessão de avales.

Todavia, em tempo de crise, não queremos dar uma única desculpa, um único motivo para que o Governo não combata a crise que se sente e afecta as famílias e empresas Açorianas.

Não partimos para este debate à procura de culpados, nem com dogmas que nos impeçam de ter uma postura crítica, por vezes dura, mas construtiva, séria e responsável. Porque somos a Favor dos Açorianos.

Queremos uma política com efeitos práticos para as pessoas, pelo que exercemos aqui um grande poder: o poder da oposição; o poder de influência; o poder de alterar e melhorar as propostas do Governo.

É saudável a existência de uma colaboração institucional entre os dois principais órgãos de governo próprio desta Região. É profícuo; é o exercício democrático entre o poder executivo e o poder legislativo.

Não procuramos mediatismo, nem adoptamos posturas bélicas de bota-abaixo. Move-nos a humildade democrática, não a arrogância de tudo saber.

Do mesmo modo, devem a maioria e o Governo ter a humildade democrática de avaliar as boas propostas da oposição e de as aprovar, como já aconteceu no passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este debate trouxe-nos, porém, uma grande novidade. O ainda maior partido da oposição e o mais numeroso, auto proclamou-se “diferente”.

E a diferença do PSD é uma lisonja para o segundo maior partido da oposição.

O PSD está agora, curiosamente, “a favor dos Açorianos”;

O PSD não quer, nos Açores, gente a viver uma vida inteira dependente do Orçamento Regional, dando razão ao CDS-PP, mas indo contra a Dr.<sup>a</sup> Ferreira Leite;

O PSD quer implementar na Região um apoio alargado na aquisição de medicamentos, esquecendo-se, porém, que o COMPAMID é algo já existente, por proposta do CDS-PP, e aprovado nesta casa há dois anos;

O PSD quer apoio domiciliário eficaz e uma efectiva política de saúde de proximidade, mas era contra o Enfermeiro de Família, aqui discutido há apenas três semanas;

O PSD quer reduzir as listas de espera cirúrgicas, mas esquece-se que aprovou aqui, há precisamente três semanas, o Vale Saúde proposto pelo CDS-PP.

Se, por um lado, é lisonjeiro ver o nosso trabalho fazer escola, por outro, é demasiado preocupante que um partido com potencial eleitoral superior tenha a necessidade de se inspirar na nossa orientação política.

Ficamos com a certeza de que estamos no bom caminho e com a impressão de que por este andar estamos fadados a liderar a oposição nos Açores. Porque há cada vez mais pessoas a pensar como nós!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS-PP preconiza uma visão de conjunto do arquipélago. Consideramos que o progresso dos Açores só se alcança através da soma dos progressos de cada município, em particular, e de cada ilha, em geral.



Também não podemos continuar a pensar os Açores como apenas uma região de Portugal. Pertencemos à Europa das Regiões e é nesse contexto que o nosso desenvolvimento tem que ser equacionado.

No diálogo com os nossos parceiros europeus temos que nos apresentar como uma região forte e coesa, apesar das fragilidades induzidas pela dispersão territorial e pela localização geográfica.

Se, por um lado, essa localização é periférica aos centros decisórios europeus, por outro, é a centralidade atlântica que nos confere importância geoestratégica.

O desenvolvimento dos Açores não pode ser visto ou efectivado à custa de apenas uma das suas ilhas.

Defendemos uma Região multipolar onde as potencialidades, de cada uma das nove ilhas, bem exploradas contribuam para o progresso e bem-estar dos seus habitantes.

Por isso, muito nos orgulha, analisar tão importantes documentos, sabendo que neles vamos encontrar verbas de 1,5 milhões de euros para a execução do COMPAMID – importante medida de apoio social aos idosos para a compra dos seus medicamentos.

Para aumentar as diárias dos doentes deslocados, outra iniciativa aprovada por proposta do CDS-PP, estão inscritas verbas no valor de 2,4 milhões de euros.

Igualmente, encontram-se inscritas verbas para a aplicação do Vale Saúde – necessária iniciativa para combater as listas de espera cirúrgicas do Serviço Regional de Saúde.

É para nós também motivo de satisfação acrescida saber que hoje os Açorianos têm ao seu dispor tarifas aéreas promocionais para as ligações inter-ilhas – que configuram descontos de 30%, sobre a tarifa normal de residente, propostas no passado.

Hoje, temos um Plano de Investimentos que reserva mais de 600 mil euros para ajudar as famílias açorianas a combater a infestação pela praga das térmitas nas suas propriedades.

A história honra-nos, pois no passado, promovemos iniciativas que conduziram ao aumento do Complemento Regional de Pensão, às obras de ampliação e

beneficiação do Centro de Oncologia dos Açores e ao abaixamento da carga fiscal, IRS e IRC, de que ainda hoje beneficiam as nossas famílias e empresas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Propusemos no passado e inovamos no presente, com visão de futuro.

Assim, com o objectivo de melhorar, do nosso ponto de vista, estes documentos de programação financeira da Região para o ano de 2010, o CDS-PP apresenta, para a especialidade, várias propostas de alteração.

Desde logo recuperamos a proposta do avião cargueiro que foi rejeitada no ano passado.

Consideramos que o tempo nos deu razão e que os aviões DASH Q200 – o argumento usado para justificar a rejeição da proposta – não conseguiram dar conta do recado, continuando a haver queixas, nomeadamente dos pescadores que vêem o seu pescado perder valor comercial. Por isso, insistimos na proposta de elaborar um estudo para aferir a viabilidade da iniciativa.

Outra proposta, de grande impacto no orçamento das famílias, é a instituição de tarifas aéreas promocionais para estudantes, nas ligações entre a Região e o Continente e entre os Açores e a Madeira.

Se para muitas famílias portuguesas os encargos financeiros com filhos a estudar no ensino superior oneram o orçamento familiar, para as famílias açorianas esses encargos são agravados pelos custos com as deslocações aéreas.

Em tempo de dificuldades económicas que afectam transversalmente toda a sociedade, o CDS-PP entende que qualquer apoio, mesmo que modesto, tem um impacto muito positivo nos orçamentos familiares.

Por outro lado, porque o desenvolvimento e o progresso de uma sociedade conquistam-se com esforço, é importante combater a exclusão e conferir competências aos cidadãos para que participem no desiderato colectivo do progresso.

Por isso, é nossa pretensão melhorar a aplicação do Programa Reactivar incluindo no universo de beneficiários os jovens a partir dos 16 anos inclusive.

No campo das artes e da cultura, propomos o reforço da verba, no montante de 200 mil euros, para assegurar o estabelecimento de uma parceria com o Centro Cultural

e de Congressos de Angra do Heroísmo, tendo em vista a promoção das suas actividades culturais. Queremos por isso criar sinergias culturais nos Açores!

Por fim, mas não por último, propomos um reforço de 150 mil euros da verba relativa à aplicação do Vale Saúde, para que mais Açorianos consigam realizar as cirurgias que há muito esperam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ser oposição é saber usar o poder que nos foi atribuído para influenciar as decisões da maioria a favor dos Açorianos, e sempre a favor deles!

Queremos continuar a dizer “consequimos”, mas que conseguimos para os Açorianos, para as suas famílias e para os nossos sectores de produção.

Queremos ser parte activa no desenvolvimento dos Açores, porque queremos continuar ouvir os Açorianos dizer: Precisamos de ter uma oposição assim!

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ano treze da governação socialista.

Um ano que alguns Açorianos gostariam de classificar como episódico. Um ano cujo número talvez incomode os mais supersticiosos, mais susceptíveis de serem condicionados por factores de menor racionalidade. Um ano de “sina”, digamos assim, que podia terminar agora que 2010 se aproxima.

Contudo, uma “sina” explicada, e explicável, se é que o conceito ou o sentimento se pode aplicar neste caso. Uma “sina” que sentem mesmo aqueles que, por norma, não se afligem, que não vão em superstições, mas que se apercebem que um enorme enguiço tem penalizado fortemente as suas vidas. Uma “sina”, voltemos a tratar o fenómeno dessa forma, utilizando as necessárias aspas, que se consubstancia nos efeitos negativos que atingiram ferozmente a actividade económica açoriana. Uma “sina” que alterou os equilíbrios da sociedade que todos

gostariam que estivesse a atravessar uma fase bem menos penalizadora para as suas vidas pessoais e para a vida colectiva dos Açorianos. Uma “sina” que, neste momento, reconhecidamente, já assumiu uma repercussão social de contornos acentuadamente preocupantes.

Incomodados, na verdade, não estão só os supersticiosos. Incomodados, com efeito, estamos todos. Ainda que alguns tentem disfarçar o incómodo que igualmente os invade, tentando mostrar cara alegre e fingindo não sentir a “dor” que, no fundo, deveras sentem.

É este o ponto de partida deste Orçamento e deste Plano para 2010. Os documentos deste debate prestes a terminar. Justamente quando está quase a acabar o ano treze da governação socialista.

Neste momento, quando estão totalmente a descoberto todas as consequências de uma estratégia que se tem mostrado adversa para o desenvolvimento dos Açores. Uma estratégia que, no essencial, tem procurado acima de tudo servir interesses partidários. Uma estratégia que, afinal, se afirma pelo constante bailarico eleitoral em que os socialistas transformaram a nobre tarefa de governar.

Uma estratégia que conduziu a uma regressão de quase dois dígitos no sector do turismo, em que os agentes privados, que promoveram fortes investimentos, enfrentam agora uma situação de grave risco quanto à respectiva recuperação. Uma estratégia que conduziu o consumo dos Açorianos a níveis mínimos, levando a que o sector do comércio esteja a braços com uma grave descida de actividade. Uma estratégia que originou quebras elevadas a agricultores e pescadores, que colocam os respectivos rendimentos em níveis muito incipientes para si e respectivas famílias. Uma estratégia que invadiu os lares açorianos com o fenómeno do desemprego, que conheceu nos anos mais recentes um agravamento muito superior à média nacional, criando um problema de graves repercussões sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas apresentadas pelo Governo Regional socialista não vão, em nosso entender, ao encontro da situação sócio-económica da Região. Como não o foram

neste ano de 2009, em que, temos hoje a certeza, o Governo Regional falhou nas suas anunciadas intenções.

O epíteto de “o maior Plano e Orçamento de sempre” foi a véspera de problemas para os Açorianos. O anúncio de milhões, que sempre persegue a mensagem socialista, antecedeu a distribuição de tostões.

Os documentos do governo para 2010 adquirem, mais uma vez, a forma, a essência de um panfleto eleitoral.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os resultados que se conhecem, a estratégia semelhante, ou mesmo igual, provam que opções que até aqui se mostraram erradas não podem agora ser aplicadas e conduzir ao cumprimento do grande objectivo, o de melhorar o bem-estar dos Açorianos. O que sentem as famílias e as empresas açorianas é a prova de que, tal como no passado mais ou menos recente, não se está perante uma boa estratégia de desenvolvimento para os Açores.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os Açorianos sentem as dificuldades e de nada vale tentar iludi-los. Não é com o anúncio de milhões que as dificuldades se resolvem. A sua aplicação, sim, é o essencial. Manter um modelo, uma estratégia, as mesmas medidas, já provou não ser solução. Os Açorianos, as famílias e as empresas, precisam de inovação, não precisam de modelos que provaram não conduzir a bons resultados.

O governo bem pode clamar os seus sucessos. Os Açorianos é que não compreendem as razões de tal satisfação. Não compreendem, porque não as sentem no seu dia-a-dia. Não sentem, na sua vida, o êxito que o governo proclama. Sentem dificuldades e sentem-se penalizados.

A verdade é que estamos perante um governo à defesa. Em alguns casos, justifica muitas das promessas que não cumpriu. Noutros casos, arranja desculpas para as suas próprias culpas.

**Deputados Jorge Macedo e Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo Regional socialista, com efeito, tropeçou nos seus milhões. Já desistiu das suas ambições. Já sabe que não cumprirá todas as suas promessas.

Os governos são responsáveis pelas promessas que fazem. Este, o actual, prometeu melhor saúde e melhor educação, boa gestão dos recursos financeiros e equilíbrio nas finanças públicas, um novo mundo para os nossos agricultores e pescadores, jurou combater com eficácia a pobreza e as injustiças sociais, garantiu mais investimento e menos burocracia. E disse mais. Que trataria todos por igual, que não havia lugar a clientelismos, que todos os subsídios seriam dados com critério.

Com estas Propostas aqui apresentadas e defendidas pela maioria absoluta socialista, o Governo Regional, por mais um ano, não vai cumprir o que promete através das palavras.

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não apresenta soluções eficazes para os reais problemas que os açorianos enfrentam.

Para 2010, é notória a falta de criatividade, a falta de ambição, a falta de capacidade para encontrar soluções. É também perceptível aquilo que se pretende esconder atrás dos números constantes dos documentos em debate.

O Plano e Orçamento para 2010 são os mesmos documentos que nos habituámos a ver durante os trezes anos passados. Por isso, apenas poderão contribuir para os mesmos fracos resultados que têm sido atingidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O governo está cansado.

Não se propõe investir o quanto é necessário para que se crie mais riqueza na economia açoriana, para daí fortalecer as pequenas e médias empresas, a base de uma economia sólida e saudável. Não enfrenta decisivamente o desemprego.

As propostas socialistas, plasmadas neste Orçamento e Plano, não enfrentam a crise por que passa a economia açoriana. Ajudam provavelmente a agudizá-la.

Há reformas que não podem ser mais uma vez adiadas. Que o digam os Açorianos relativamente ao sistema de saúde, sector vital para o seu bem-estar. Que o digam os agricultores e os pescadores, a viverem uma continuada indefinição há muitos anos. Já não há possibilidade de baixar mais uma vez os braços perante a toxicodependência ou a crescente insegurança dos maiores centros populacionais.

**Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É urgente recuperar o atraso na educação, como é fundamental que, definitivamente, se enquadre estrategicamente o desenvolvimento turístico. É obrigatório privilegiar o investimento privado como base do desenvolvimento. É fundamental garantir a qualidade ambiental.

Para tudo isso, é urgente que seja libertada a sociedade civil.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É esse o principal desafio da democracia participativa.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Embora nos últimos e nos próximos anos existam apoios financeiros consideráveis da União Europeia, embora exista um enquadramento financeiro favorável com a República, o ritmo de crescimento económico é escasso. Os Açores estão a levar cada vez mais tempo para atingir a convergência real.

Há oportunidades que estão a ser perdidas.

Entre o que se prometeu e o que se programa e entre o que se programa e o que se realiza vai uma grande distância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pacote de medidas de combate à crise, que o Governo Regional colocou em prática não surtiu efeito. Falhou.

Falhou nos seus objectivos. E a prova está no aumento do desemprego. A prova está nas dificuldades, ou mesmo nas falências, de empresas regionais.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo Regional socialista não aceitou, na altura, nenhuma das propostas avançadas pelo PSD para combater a crise.

Propostas que hoje, com o passar do tempo, fazem cada vez mais sentido, provando-se que tinham toda a razão para ser aprovadas.

**Deputado João Costa e Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Se assim acontecesse, as empresas regionais estariam em melhor situação, mais robustas, não estariam a contribuir para o aumento da taxa de desemprego

O Partido Socialista não ouviu a Oposição, não ouviu os empresários, não ouviu a sociedade açoriana. Satisfaz-se na sua auto-suficiência.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O PS, na verdade, governa em ciclo fechado.

Arroga-se em exclusivo dono da verdade, e, pior ainda, em dono dos bens públicos que existem para dar uma melhor qualidade de vida, mais empregos e criar mais riqueza para os cidadãos desta Região.

O governo está cada vez menos dialogante. Julga-se auto-suficiente.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Contudo, está cada vez mais distante do povo e o partido que o suporta é uma extensão do poder, guiado pelo eleitoralismo e comandado por uma rede clientelar.

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O governo está fechado sobre si, encantado com o poder, é incapaz de resistir à tentação da propaganda, é propenso ao terrorismo verbal, está vocacionado para comandar a sociedade que não liberta.

E que não se diga que as críticas dos parceiros sociais são apenas suportáveis e naturais. Os parceiros sociais querem o que lhes prometeram, querem que se concretize o que está anunciado no discurso e, em muitos casos, querem outra política, outra estratégia, outro rumo para os Açores.

O PSD não está sozinho nas críticas que faz.

A verdade é que o Governo Regional do PS esvaziou a concertação social, dialoga cada vez menos e não aceita as opiniões dos parceiros sociais.

O Governo Regional prefere o subsídio sem regra, à legislação sem destinatário prévio.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo Regional vira as costas a quem o critica e ajuda a criar uma sociedade de medo.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!



**O Orador:** Por isso, estas Propostas são o espelho de uma governação cansada de treze anos de poder absoluto. De um poder que governa, hoje, de costas voltadas para as instituições da sociedade civil.

A estas propostas nem sequer já se aplica o recorrente jargão socialista, anualmente anunciado, por estas alturas do ano político, de que estava em debate o maior Plano de sempre.

As finanças regionais estão cada vez mais dependentes do exterior, do endividamento e dos instrumentos de desorçamentação criados abundantemente.

As transferências do Orçamento do Estado e da União Europeia representam metade da receita efectiva do Orçamento Regional.

As receitas próprias da Região para 2010 assistem a um decréscimo significativo.

O valor da previsão para 2010 do IRC representa uma quebra da ordem de 50%. A previsão da receita do IVA sofre também uma descida.

Eis o retrato, plasmado na quebra da receita dos impostos, da crise económica que a Região atravessa, primeiro negada e depois timidamente admitida pelo poder socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aos políticos cabe tomar medidas que restituam a confiança no futuro.

O PSD confia nos Açorianos, no seu trabalho, na sua inteligência, na sua ambição mobilizadora das melhores energias de um povo que já deu provas de saber ultrapassar os obstáculos.

O Partido Social Democrata não está satisfeito com o estado das finanças regionais e discorda das opções apresentadas pelo Governo Regional socialista no que concerne ao investimento público para 2010.

O estilo socialista é incompatível com a contenção das despesas correntes.

Um governo do PSD apresentaria uma Proposta de Orçamento Regional que diminuísse o peso das despesas de funcionamento no total do bolo orçamental, ao contrário do que faz este governo regional socialista, que, em tempos de crise, faz aumentar o peso das mesmas.

Um governo do PSD aumentaria o peso das despesas de investimento do Plano, ao contrário do que faz este governo regional socialista, numa altura em que a economia regional exige mais e melhor investimento, mais e melhores empregos.

Um governo do PSD apresentaria uma proposta de aumento de investimento no fomento do emprego, especialmente quando o número de desempregados aumenta a olhos vistos, ao contrário do que faz este governo regional socialista que apresenta uma redução nesse domínio.

Um governo do PSD continuaria a apostar, agora mais do que nunca, no Desenvolvimento do Turismo, ao contrário do que faz este governo regional socialista que apresenta, para 2010, uma redução a esse nível.

Um governo do PSD, neste momento de crise, redobraría os seus esforços no apoio ao sector empresarial da Região, para reforçar a confiança dos investidores e levar por diante os seus investimentos, ao contrário do que faz este governo regional socialista que apresenta uma quebra nos apoios financeiros ao investimento.

Por fim, o PSD não foge às suas responsabilidades, enquanto Partido de alternativa de poder, que tem um projecto de desenvolvimento e progresso para a sociedade açoriana.

O PSD não fugiu ao debate, como partido responsável que é. Somos diferentes, não desvalorizamos o papel desta Assembleia, como fizeram os socialistas nestes três dias que agora terminam.

**Vozes dos Deputado da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como sempre tem feito, o PSD apresentou propostas de alteração aos documentos em análise.

Esperamos que, desta vez, não seja utilizado o constante recurso por parte da maioria absoluta do PS, de “chumbo” de toda e qualquer proposta da autoria do PSD. Da nossa parte, aconteça o que acontecer, tal não fará com que deixemos de apresentar as propostas que entendemos serem as mais adequadas para combater a crise por que passa a economia açoriana, da qual o número de Açorianos que perderam os seus empregos nos últimos tempos é o retrato mais fiel.

É certo que o governo opta normalmente por fazer oposição à oposição.

A diferença do PSD, que apresenta e apresentará propostas alternativas, é que também sabe e saberá reconhecer o que está bem. Não se importa de aprovar o que quer que seja desde que tal contribua para dar mais condições de actividade às empresas e melhorar o bem-estar das famílias açorianas.

Para o PSD, a criação de postos de trabalho, a geração de mais riqueza, enfim, o progresso dos Açores, justifica sempre o nosso empenho, trabalho e perseverança, mesmo quando confrontados com um poder absoluto socialista que se fecha sobre si próprio, voltando as costas à sociedade.

As nossas propostas de alteração ao Plano e Orçamento para 2010 são um contributo para melhorar aqueles documentos estratégicos.

As propostas que apresentamos estão agrupadas em quatro áreas chave. Na Saúde, em que pretende garantir um melhor acesso dos Açorianos a esse bem essencial para as suas vidas. No Emprego, já que o desemprego se assume neste momento como problema social mais grave que a Região atravessa. Para as Famílias, aquelas que, em última instância, mais sentem os efeitos graves da crise que a economia açoriana atravessa e que já assume contornos sociais gravíssimos. Para as Empresas, a quem cabe o papel principal na dinamização da economia açoriana e por onde tem inevitavelmente de passar a recuperação do mau momento que se vive actualmente na Região.

As nossas propostas não fazem com que uma má estratégia passe a ser boa. Mas melhoram, estamos certos.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É preciso estimular os nossos empresários, acabar com as incertezas dos nossos agricultores e pescadores, dar novas oportunidades aos nossos jovens, responder com urgência aos nossos idosos, dar segurança e futuro aos trabalhadores, fazer das escolas um espaço desejado, valorizar os professores, não fazer esperar quem está doente, proteger o ambiente, divulgar os Açores. Numa palavra, é preciso dar um novo impulso ao projecto autonómico e ao desenvolvimento qualitativo dos Açores.

**Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A estratégia deste governo, tendo em conta esse desiderato, continua errada. As promessas ultrapassam a capacidade para as cumprir. Falta em bom senso o que há de mais em propaganda.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Não dizemos que este, como todos os governos, não faz coisas boas. Não seríamos sérios se o disséssemos. Os resultados, no entanto, são escassos. A justificação para o insucesso está, naturalmente, naquilo que o governo faz mal. E com os indicadores fundamentais em queda, só podemos concluir que é muito maior o erro do que o acerto.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Por isso, é irracional que se insista nas mesmas medidas, na mesma estratégia, no mesmo modelo.

Nós não acreditamos na força reformadora deste Governo. Mas acreditamos na capacidade criadora e inovadora dos açorianos.

Nós não acreditamos na propaganda deste Governo. Mas acreditamos na voz do povo.

Nós não acreditamos na capacidade do Governo para cumprir as suas promessas. Mas acreditamos no trabalho dos Açorianos e na sua obra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o PSD veio para este debate tranquilo, com ideias firmes, críticas justas e um único compromisso na agenda – a defesa dos interesses dos Açores.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mais uma vez, e cada vez mais, o PS aparece com desculpas e demagogia.

O PSD acaba este debate de consciência tranquila. Identificámos os problemas e demos voz a muitos Açorianos que não subscrevem a estratégia do governo.

Em suma, nós não acreditamos no Governo, mas acreditamos nos Açorianos.

Com eles, e por eles, estamos a trabalhar.

É por isso que pensamos que a “sina” que ditou o comportamento da economia e da sociedade açorianas no ano treze da governação socialista pode mudar.

Nós, estamos presentes e disponíveis. Com responsabilidade.

Disse.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

**Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputadas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a concluir três dias de debate sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2010, documentos que vão reger a governação regional no próximo ano, no âmbito da estratégia de médio prazo votada nesta casa no início deste ano.

Tratam-se, por isso, de documentos que reflectem um rumo de desenvolvimento para a Região sufragado há pouco mais de um ano pelos açorianos.

Oito meses volvidos sobre a aprovação das Orientações de Médio Prazo para o período 2009-2012, cá estamos nós, novamente, a discutir mais um Plano e Orçamento, desta feita para garantir o investimento e despesas de funcionamento da Região ao longo de 2010.

Manda a coerência e obriga o respeito pelos eleitores que o Partido Socialista se mantenha fiel ao rumo que propôs nas eleições de Outubro de 2008, não porque tenha uma postura fechada e inflexível, mas porque tem em conta o que disseram os açorianos na noite eleitoral.

Os açorianos não compreenderiam que o projecto que escolheram para a sua terra fosse adulterado por políticas rejeitadas nas urnas, as quais deturpariam as Orientações de Médio Prazo 2009-2012 entretanto aprovadas.

Esta coerência que o Governo dos Açores mantém nos documentos que esta semana apreciamos não sai, contudo, em nada beliscada face à necessidade de novas soluções para responder à evolução natural da conjuntura que se vive nas nossas ilhas.

As estratégias que então definimos, debaixo de um cenário externo macroeconómico fortemente negativo, não se alteraram significativamente.

Afirmámos, na altura, que a crise moldou os documentos que então fizemos aprovar, uma vez que os mesmos se ajustaram aos efeitos dessa realidade insofismável, sem, no entanto, perderem de vista aqueles que são os nossos compromissos eleitorais que, embora marcados temporalmente por uma legislatura a 4 anos, não deixaram de reflectir o seu cumprimento.

Então pedimos o esforço de aumentar o investimento no presente quadriénio para um nível de cerca de 3.200 milhões de euros. O que, se tivermos como referência o anterior Plano de Médio-Prazo (com cerca de 2.400 milhões de Euros), significou um crescimento do investimento da ordem dos 35% em apenas 4 anos e apenas no âmbito do Plano a Médio Prazo.

Para tal desiderato, propõe-se, em 2010, o Governo Regional investir cerca de 25% do esforço previsto nas Orientações de Médio-Prazo que aprovámos em Março nesta casa.

Devemos, assim, concluir que o Governo Regional se propõe manter o nível de esforço então considerado necessário para cumprir, por um lado, os nossos compromissos e responder, por outro, às especiais situações que se põem em resultado da crise internacional que temos vivido.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputadas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano que o Governo dos Açores submeteu a esta casa pretende superar, rapidamente, a situação excepcional provocada por uma crise internacional sem precedentes nas últimas décadas, através de uma estratégia de reforço em sectores como o Turismo, Agricultura e economia relacionada com o Mar, com especial destaque para as Pescas.

Não se trata de experimentalismos. Trata-se, sim, de apostar em sectores dos Açores produtivos, os quais recebem, agora, um maior incentivo para que possam aumentar o seu contributo para a economia regional.

Não se trata, também, de medidas desgarradas, mas antes da continuidade de uma política do Governo dos Açores que mostrou estar atento aos efeitos da crise na nossa Região, como ficou provado pelas várias iniciativas tomadas em 2009.

A verdade é que hoje nos debatemos com outros desafios, igualmente importantes, mas totalmente diferentes dos verificados há cerca de um ano por todos os açorianos.

Na altura, a falta de liquidez das instituições bancárias, que levou a dificuldades de acesso ao crédito, era o maior empecilho a uma actividade económica saudável e activa.

O Governo dos Açores, atento, agiu de imediato, através de linhas de apoio ao reforço do fundo de maneio e à reestruturação dos endividamentos bancários.

Hoje, os números provam que se estava a actuar correctamente. Mais de mil empresas beneficiaram destes apoios, reforçando a sua situação financeira, regressando a uma relação sã com a banca e cumprindo os seus compromissos perante terceiros.

Resultado: foram disponibilizados financiamentos ou aprovados refinanciamentos superiores a 200 milhões de euros.

Este foi parte do trabalho do Governo dos Açores, pouco visível, é certo, mas com resultados práticos, que permitiu salvar muitas empresas nas nossas ilhas e, conseqüentemente, milhares de empregos.

Mas estes bons resultados, que amorteceram fortemente os impactos da crise na Região, não podem ofuscar os problemas que se continuam a colocar a uma economia bastante dependente do exterior e de dimensão reduzida como a nossa.

Certos disso, é com satisfação que verificamos que o investimento para o próximo ano foi arquitectado com base na criação de emprego, uma área que verá reforçados os seus programas em 2010, com especial incidência no sector da construção civil.

Estes programas, ao mesmo tempo que aliviam as empresas nas alturas mais necessárias, garantem qualificação e valorização dos seus trabalhadores, provando que é possível transformar constrangimentos em novas oportunidades.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputadas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho de salientar que, por regiões, no terceiro trimestre, a taxa de desemprego mais baixa do país foi registada nos Açores (6,2 por cento), quase metade da verificada em outras regiões como o Norte (11,6%) e mesmo muito abaixo da Madeira, que está com 7,9 por cento de desemprego.

Afirmei, antes, desta tribuna, que não tínhamos a ambição de passar por esta crise sem que assistíssemos, também na Região, a um crescimento das taxas de desemprego, acompanhando as tendências nacional e internacional.

Mas afirmei, também, que tínhamos como meta suster estas taxas a níveis mais baixos, assegurando assim o quadro que, em termos relativos, nos é favorável. Não temos travado a inevitável tendência, mas temos asseverado esse diferencial positivo.

Todo este trabalho, que nos garante o regresso ao estatuto merecido de região do país com a mais baixa taxa de desemprego, não resulta de um golpe de sorte ou de qualquer intervenção divina.

Resulta, sim, da capacidade que a região teve para reagir aos momentos mais conturbados. Isso só foi possível – mesmo para desgosto de alguns – com umas finanças públicas equilibradas, fruto de um trabalho de mais de uma década.

Um trabalho muitas vezes menosprezado por algumas oposições, mas que, agora, não pode negar que os Açores possuem uma dívida pública directa abaixo dos 10 por cento do PIB. Um caso raro em toda a Europa.

Para memória futura, permitam-me que faça uma pequena citação: *“o cenário de desajustamento da receita às necessidades da despesa tem vindo a impor, desde 1988, o recurso ao endividamento público, levando a que a dívida crescesse a taxas muito elevadas, evoluindo de uma percentagem de 6,4 por cento do PIB em 1987 para cerca de 50 por cento em 1995”*.

Acabei de citar, com a devida vénia, uma declaração da então secretária regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, em 1995, nesta mesma casa, doutora Berta Cabral.



Esta é uma diferença substancial que importa relevar. Em termos de gestão, nada melhor do que os números para separar entre a boa e a má moeda.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputadas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O trabalho que está a ser desenvolvido de aquecimento da nossa economia não descarta, também, uma estratégia de fundo, que pretende minimizar uma situação estrutural dos Açores, assente na reduzida qualificação dos nossos recursos humanos.

A Rede Valorizar apresenta objectivos ambiciosos. Certificar, nos próximos cinco anos, cerca de 33 mil trabalhadores, 10 mil dos quais já no próximo ano. São, com certeza, números importantes para o tecido empresarial açoriano, que, desta forma, fica mais reforçado e melhor preparado.

Mas também ao nível da Educação a aposta é clara. Não temos preconceitos com o betão. Aliás, nós gostamos de fazer obra. Por uma razão muito simples: Esta obra serve os açorianos.

Por isso, ficamos satisfeitos quando se prevê investir 42 milhões de euros em construções escolares em vários concelhos dos Açores. Mas não só por isso. A nossa satisfação aumenta ao se constatar que estão inscritos no Plano 59 milhões de euros para o desenvolvimento do sistema educativo regional. São mais 10 por cento do que no ano anterior, isto é, no ano de 2009.

Ao nível da Saúde, enquanto que a oposição vê números e defeitos, o Governo do PS faz opções ao serviço dos açorianos e encontra soluções para humanizar e aproximar o Serviço Regional de Saúde das pessoas.

E consegue os seus objectivos ao garantir, por exemplo, que ambos os pais possam acompanhar os filhos na deslocação por doença grave ou para cirurgia ou quando as mulheres grávidas possam escolher o hospital onde querem ter o seu filho.

O Governo e o PS preocupam-se com as pessoas. As políticas sociais fazem parte do nosso código genético. Temos muito orgulho neste património!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputadas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registe-se, também, o esforço do Governo dos Açores em diversificar a economia, dotando-a de melhores condições de resistência para enfrentar as adversidades impostas pela conjuntura externa.

Paralelamente ao desenvolvimento do Turismo, um sector dependente da “saúde” económica dos mercados emissores, foi sempre reforçada a aposta na Agricultura, o que permitiu que os Açores tivessem, nesta altura mais complicada, um sector produtivo mais forte, estruturado e, como assinala o seu dirigente federativo, sem desemprego.

Assiste-se nos Açores, também, a uma verdadeira relação de confiança entre o Governo e os açorianos, que reconhecem o bom desempenho e a pertinência das medidas e políticas públicas executadas nos últimos anos.

Ao contrário de outras latitudes, onde se verificaram greves constantes e uma contestação crescente nas ruas, os Açores vivem e têm vivido num clima de grande paz social, que resulta em benefícios directos para a economia, para as empresas e para os trabalhadores.

Verifica-se nos Açores que, apesar de alguns desacordos pontuais e perfeitamente normais, Governo, empresários e trabalhadores estão determinados em ultrapassar esta fase mais complicada da vida económica da nossa região.

Não será tarefa fácil, mas os sinais de confiança começam a surgir. A economia portuguesa deverá contrair menos de três por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e regressar ao crescimento já em 2010, segundo as últimas projecções das várias entidades conhecidas recentemente.

O Banco de Portugal, a Comissão Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) convergem na previsão de uma contracção abaixo dos três por cento em 2009, na última revisão de cada uma das organizações.

O OCDE divulgou, recentemente, o seu 'Economic Outlook', revendo o crescimento da economia portuguesa em 2009, apontando agora para uma contracção de 2,8 por cento. A anterior era de 4 por cento, sublinho.

A economia portuguesa crescerá em Portugal 0,8 por cento já em 2010, e atingirá os 1,5 por cento em 2011, diz a OCDE.

O Banco de Portugal reviu, na última semana, as suas projecções para o desempenho da economia em 2009, estimando que a quebra na produção de riqueza seja menos acentuada que nas anteriores projecções.

Também a Comissão Europeia (CE) reviu em alta as projecções para o crescimento da economia portuguesa. A previsão para 2010 aponta num ligeiro crescimento de 0,3 por cento.

São pequenos sinais que podem indiciar uma retoma económica em Portugal, como de resto nos principais países europeus, mas não devem ser lidos para além disso mesmo: Sinais. Sinais que nos devem trazer ânimo.

Como em qualquer parte do mundo, o sucesso de uma estratégia de combate à crise assenta numa palavra: confiança. Confiança do Governo nas medidas que incute na sociedade, confiança dos empresários para investirem em novas oportunidades e confiança das famílias para consumirem de forma consciente.

Aqui não cabe o negativismo que alguns partidos teimam em praticar, quase como se o mal de alguns lhes servisse de consolo.

Não! Um partido da oposição tem de merecer, também, a confiança pelas propostas que apresenta, pelas soluções que aponta, pela estratégia que defende.

É sintomático que, em quase um ano de liderança, não se conheça da estrutura dirigente regional do PSD um projecto para os Açores, qual o rumo que pretendem para as nossas ilhas e como querem lá chegar.

É sintomático que, em quase um ano de liderança, só agora anunciem que vão começar a definir o seu projecto para a nossa região.

Como sempre, entre o anúncio e a apresentação destas propostas, vai decorrer muito tempo. Pelo meio, vão ficar as habituais críticas ao Governo, as lamúrias isoladas e o desdenhar de tudo o que se faz.

Este é o PSD actual!

Fala mal dos transportes marítimos, mas nunca avança com uma solução alternativa.

Critica as medidas de combate à crise, desconfiando sempre da sua eficácia para as empresas e para a economia.

Prende-se em pormenores, mas é incapaz de admitir a valia de uma obra pública.

Repudia o trabalho na Educação e fecha os olhos à evolução do parque escolar e à estabilidade nas escolas.

Repudia a política de transportes aéreos, mas esquece-se que no seu tempo era muito mais caro sair dos Açores.

Não gosta da Lei de Finanças Regionais, talvez porque preferia estender a mão a Lisboa todos os anos, como acontecia.

Critica a gestão das finanças públicas, mas esconde a dívida pública que deixou em 1996.

Deita abaixo os hospitais EPE, esquecendo que aprovou esta legislação nesta casa.

Em suma, é um PSD azedo e amargurado consigo próprio, porque está refém da sua falta de renovação e de imaginação.

É um PSD em constante lista de espera. À espera de uma liderança, à espera que o poder lhe caia no colo, sem que mostre o mais pequeno esforço para merecer o estatuto e a responsabilidade de ser o maior partido da oposição.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputadas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta reunião plenária materializamos a democracia representativa no seu sentido mais pleno, apresentando, discutindo e aprovando o Plano de Investimentos e o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

É neste exacto momento que todos nós, enquanto legisladores e representantes dos açorianos, definimos a afectação dos dinheiros públicos e respectiva distribuição ao nível sectorial.

Ao longo de três dias analisamos e discutimos estes documentos da autoria do Governo, da responsabilidade do Partido Socialista, a quem o povo, legítima e democraticamente, atribuiu a capacidade de gerir a sua afectação.

Aos deputados do PS cabe a responsabilidade de analisar e, sem prejuízo da autoria – nossa, do PS – não nos escusamos de, de forma responsável, introduzir os melhoramentos que consideramos mais pertinentes, sem cair na tentação, irresponsável, de tudo inflacionarmos, o que significaria o aumento da despesa e do défice da Região, como aliás alguns defendem.

Tal facto não diminui a responsabilidade da oposição, devendo aqui realçar a atitude construtiva de alguns partidos que souberam entender a oportunidade para, sem prejuízo das diferenças que nos separam, oferecerem os seus contributos para o aperfeiçoamento destes documentos. Sendo certo que tal comportamento só se concretiza graças à abertura neste sentido manifestada pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista.

Fica, assim, claro que, ao contrário da arrogância que alguns demonstram, a atitude do Governo e do PS é de humildade política. O que nos move é o interesse dos Açores e dos Açorianos.

Arrogante é a postura de alguma oposição, liderada pelo PSD, que teima em considerar-se dona de toda e única verdade, desdenhando sempre das iniciativas do Governo e duvidando das nossas prioridades.

É a política do “zoom”, ora ampliando, ora reduzindo, o investimento para números que quase mais ninguém vê.

Este plenário deixou reforçada a necessidade de separar o trigo do joio, quando se trata de olhar as propostas de alteração que nos são apresentadas pelos partidos da oposição.

As boas, como sempre, são aceites. Aquelas que pretendem apenas aumentar a despesa, se afastam do nosso rumo político e/ou são desajustadas face às exigências da actual conjuntura são, necessariamente, rejeitadas.

Mas, nesta matéria, não olhamos a partidos. Como é nosso timbre, apenas nos focamos nas propostas e nas boas soluções para os problemas dos açorianos.

Como sempre, o Grupo Parlamentar do PS partiu para este debate com uma atitude pró-activa, apresentando propostas para aperfeiçoar os documentos que estivemos aqui a debater.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou cinco propostas de alteração em áreas fundamentais para a economia e para os açorianos, como o regime de compensação ao escoamento dos produtos da pesca das ilhas de menor dimensão, o desenvolvimento do turismo, medidas de apoio à família, apoio ao arrendamento a famílias carenciadas e jovens e recuperação do parque habitacional.

São medidas com implicações directas na vida das pessoas e do desenvolvimento da actividade económica de várias ilhas. Esta é a nossa obrigação. Mais uma vez, cumprimos!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputadas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No final deste debate, a conclusão é evidente.

O PS não se verga! Não baixa os braços às adversidades. Os desafios que se colocam a cada dia que passa dão-nos Energia, Confiança e Ambição.

A cada nova dificuldade, a cada problema, o Partido Socialista e o Governo liderado por Carlos César respondem com soluções, procurando novas oportunidades para os Açores.

Os momentos mais difíceis fortalecem as relações e acentuam as cumplicidades.

Esta é a relação de afinidade que o Partido Socialista tem com os açorianos, porque sabem que não nos vergamos. A bem dos Açores!

Disse.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Sras. e Srs. Deputadas:

Cerca de um ano após a vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas açorianas e da tomada de posse do X Governo Regional, aqui estamos a concluir mais um debate parlamentar em que o Governo renova o seu comprometimento, actualiza as suas políticas e introduz novas metas que se inserem nos grandes objectivos que decorrem do seu compromisso eleitoral com os açorianos.

Move-nos a mesma ambição: a de ajudar todos a recuperar das dificuldades que nos cheguem, ou que ainda perdurem; a de contribuir mais eficazmente para a coesão social e territorial regional; a de fomentar os sectores produtivos regionais, incluindo o da economia do mar com a ênfase já plasmada no nosso programa de

governo; a de exercer a boa administração dos fundos e recursos públicos; a de assegurar uma convergência progressiva com os indicadores do espaço social e económico nacional e europeu; a de sermos governantes empenhados, honestos e justos; a de promover os Açores e a sua cultura; e, a de estimular o entusiasmo dos açorianos na construção de uma Região e de uma Autonomia Política sustentáveis. São essas referências que nos orientam na nossa acção de serviço público, que convocam o nosso discernimento e que nos dão o melhor sentido de identificação com as aspirações do Povo Açoriano. Não há limites que nos travem nesse espírito de missão, por menor que seja, às vezes, a paciência para com certos partidos da oposição.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Nestes debates parlamentares que agora se encerram, tal como o fazemos no nosso dia-a-dia, demos conta dos nossos êxitos e dos nossos insucessos, bem como do que pretendemos fazer. Interessa-nos, sobretudo, a mobilização de energias e de competências dos cidadãos e das empresas, a criação de condições e de ajudas para obviar aos efeitos mais gravosos da diminuição da actividade económica inculcada do exterior, e, nessas tarefas, não só releva a qualidade do desempenho governativo como é muito importante o contributo da boa oposição.

Todos estão convocados para as tarefas necessárias à satisfação dessas finalidades: e, uma vez mais, e não obstante existir uma maioria de apoio no parlamento que garante a estabilidade governativa, quer o Governo quer o Partido Socialista afirmam e substanciam a sua disponibilidade para, no âmbito da votação na especialidade deste Orçamento e de mais este Plano Anual, incorporarem propostas dos partidos de oposição que respeitem as orientações do Programa do Governo aprovado por esta Assembleia, o equilíbrio orçamental e a avaliação responsável das despesas. Essa concertação, que não impõe unanimidades nem afecta a pluralidade político-partidária, é sempre um sinal da nossa maioridade democrática

e dá boa nota do esforço dos seus protagonistas no sentido de melhorar e consensualizar medidas e estratégias em benefício da Região.

Vivemos um período especialmente complexo e por vezes até penoso para muitas famílias e muitas empresas, em que subsistem prejuízos e riscos, mas igualmente prometedora pelo que pode representar, no processo de recuperação, em novas oportunidades e novas alternativas.

Estamos determinados em superar o mais rapidamente possível os bloqueios e as contrariedades actuais, para que os Açores retomem o seu caminho que, praticamente sem interrupção e desde os finais dos anos noventa, gerou taxas de crescimento económico superiores às do País e da União Europeia. É com confiança nessa retoma que estamos a trabalhar.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Uma retoma que apresenta já bons indícios, de acordo com a avaliação a que temos procedido, a partir de um indicador sintético para a evolução conjuntural com base em indicadores simples disponíveis no Serviço Regional de Estatística. Na verdade, se, a partir dos primeiros meses de 2008, se registaram quebras persistentes da actividade económica regional, constatamos agora, com muita satisfação, que essas quebras já foram contrariadas pelos resultados dos mesmos indicadores no segundo trimestre deste ano e reconfirmadas essas melhorias no terceiro trimestre. Todos esperamos que essa inversão tenha consistência e que represente a recuperação desejada para a qual estamos, de forma muito empenhada, a trabalhar.

Desde há cerca de ano e meio, a evolução do nível da produção, do rendimento e do emprego de todas as economias relevantes – desde os Estados Unidos à União Europeia e às economias emergentes da Ásia – tem decorrido em baixa, com uma tendência negativa em todos os seus indicadores estatísticos. Há meses e meses consecutivos que os órgãos de comunicação social dão conta, quase todos os dias, por esse mundo fora, de uma degradação constante, de falências em cadeia de



empresas e da extinção abrupta de empregos, de economias destroçadas e de famílias sem apoios ou esperanças. Nós temos dificuldades, todos o sabemos, mas em nada, felizmente, comparáveis com esses casos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Todavia, mas tal como prevíamos, e como aqui eu próprio afirmei, perderam-se empresas e empregos por via dos efeitos adversos da crise internacional. Mas já vão surgindo outras empresas e apesar da taxa de desemprego se situar nos 6,2% – a menor entre as regiões do país e bem mais baixa do que, por exemplo, na Madeira – a população empregada cresceu muito mais. Mesmo considerando o ano de 2002, em que se verificou a mais baixa taxa de desemprego de sempre nos Açores, o número de desempregados de então para cá aumentou apenas em 1571 enquanto o de empregados cresceu em 11.602 trabalhadores. Comparando com a média da União Europeia, nesta altura do ano passado a taxa de desemprego nos Açores era inferior em 2,4 pontos percentuais, enquanto agora passou a ser menor em 3,4 pontos percentuais face à verificada nos 27 países da União e 3,6 pontos percentuais inferior à verificada no País. Evidencia-se, desse modo, ao contrário do que algumas vozes propalam, o potencial comprovado de resposta dinâmica da economia açoriana e a sua capacidade, comparativamente superior à nacional, de criação de empregos.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sendo a crise financeira, económica e social uma crise internacional, não são de estranhar, evidentemente, as suas incidências nos Açores. Por isso mesmo, estas incidências não podem ser consideradas com seriedade, com o mínimo de seriedade, de forma isolada. É claro que havendo crise houve uma degradação dos correspondentes indicadores económicos e sociais, mas essa ocorrência e a sua intensidade devem ser avaliadas no confronto com o que está a acontecer em outros espaços e regiões inseridos na crise global para, assim sim, sabermos se estamos a reagir melhor nos Açores do que nesses lugares, se as

medidas já adoptadas têm dado comparativamente mais resultados, ou se, pelo contrário, devemos alterar o nosso rumo.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Evidentemente que não são fáceis os desafios que temos defrontado e que temos pela frente. Até pandemias, como a da Gripe A, alteraram profundamente pressupostos do funcionamento económico e social, que só têm sido contornados por uma acção pró-activa e articulada da administração regional e de saúde. Com as crises que assolam os países emissores de turistas, e apesar dos pacotes e acções promocionais, as dormidas e as receitas baixam espontaneamente, não só nos Açores como na maioria dos destinos incluindo regiões tradicionais de turismo como o Algarve, ou a Madeira onde os proveitos diminuíram perto de 15% nos primeiros oito meses do ano; com desregulações que afectam o mercado internacional, produções locais influentes na determinação do rendimento dos açorianos, como a do leite, defrontam também um ambiente de preços concorrente e penalizador, que só não nos traz maiores prejuízos aos nossos agricultores por termos investido atempada e fortemente na diminuição dos custos e na qualidade da nossa produção;...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... com o aumento da força de trabalho e a escassez de recursos piscícolas há quebras de rendimento nas pescarias, só atenuadas com a modernização das embarcações a que procedemos e a forte incorporação tecnológica operada no sector, bem como as intervenções na comercialização; com dificuldades em zonas de países de acolhimento de comunidades açorianas alteram-se relações que eram tradicional e tendencialmente favoráveis à Região; e com a alteração de regras pela Banca há uma nova relação de reserva para com os potenciais clientes, que o governo alterou em benefício destes, por exemplo, com o lançamento de linhas de crédito. Mas tudo isso – repito, tudo isso – aconteceu e acontece nos Açores de forma muito menos negativa do que na generalidade das sociedades que nos são comparáveis.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

O Governo é solicitado, ainda assim e por isso, para emergentes e crescentes encargos orçamentais, seja no apoio a linhas de crédito bancário, ao mercado habitacional e à habitação apoiada, seja no reforço do investimento público directo e do apoio a alguns sectores empresariais, na intervenção em processos de comercialização, em novas capacitações e acessibilidades nos serviços públicos de saúde, ou nos programas sociais para idosos e ocupacionais, de manutenção, requalificação ou reconversão de postos de trabalho. É também na linha de resposta a essas novas solicitações – e sem prejuízo da estabilidade e rigor das políticas públicas – que se desenvolve a programação financeira proposta pelo Governo para 2010, a qual representa, por exemplo, um crescimento de 70% em relação ao investimento público executado há quatro anos.

Conseguimos, assim, uma disponibilidade razoável de mobilização de recursos financeiros e uma capacidade alargada para recorrer ao endividamento, que devemos utilizar criteriosamente para apoiar as famílias com necessidade e para robustecer os meios de reactivação da actividade económica e da nossa competitividade.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**O Orador:** Isso só é possível agora graças a uma gestão responsável e cuidada das nossas finanças públicas desenvolvida até aqui. Isso, também, é, indiscutivelmente, mérito do Governo Regional.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Nos Açores, conseguimos, de facto, enfrentar as consequências mais danosas da quebra à escala global e apresentar resultados que, de forma inequívoca, demonstram que os efeitos dessa conjuntura, ainda que presentes, são muito mais pequenos na Região do que na maioria das outras economias e sociedades.

É assim, como vimos, na análise da evolução do emprego, da população empregada e da taxa de desemprego, mas também na actividade dos nossos sectores estruturantes produtivos e de exportação, que conjuntamente com a

actividade comercial, medida, entre outros factores, pela venda de veículos comerciais, registou, no último ano, uma evolução muito mais positiva do que a generalidade dos países europeus e da economia continental portuguesa de referência. Também tem sido mais positiva a variação do rendimento disponível das famílias açorianas face ao nacional. O mesmo se pode dizer, quanto à evolução de outros indicadores da base produtiva regional com potencial de exportação, como, por exemplo, o leite entregue nas fábricas que cresceu mais sete pontos percentuais que o verificado no País em 2009, e o gado bovino abatido cuja variação foi em dezasseis pontos percentuais superior à média nacional. Constituindo o consumo de energia eléctrica, em termos estatísticos, um indicador sólido da evolução da actividade industrial, a variação deste parâmetro demonstra que o nível de actividade deste sector produtivo teve nos últimos quinze meses uma variação igualmente mais positiva que a observada no país.

Pode-se dizer que os males maiores dos outros não são o nosso bem, mas é bem verdade que não estamos sozinhos no mundo e que, se estamos menos penalizados em tantos aspectos face a tantas outras economias e regiões, é porque agimos e acutelámos melhor a nossa situação nos Açores. E isso é, sem dúvida, uma vez mais, mérito do Governo Regional.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

A situação excepcional que atravessámos exigiu e exige respostas conjunturais e medidas excepcionais que já adoptámos, e outras que deverão ser introduzidas.

Criámos, conforme anunciei neste parlamento em Abril passado, linhas de apoio ao reforço do fundo de maneio e à reestruturação do endividamento bancário, a que acederam mais de um milhar de empresas, como ainda há pouco foi destacado; acelerámos os processos de concessão no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas; lançámos, recentemente, uma nova linha de apoio para as empresas com sede na Região com dificuldades em pagar aos seus fornecedores, abrangendo a facturação feita até 31 de Outubro passado; reforçámos o nosso acompanhamento

de apoio social junto das famílias com desempregados; acentuando o investimento no emprego, estruturámos o Programa de Valorização Profissional, dirigido ao sector do turismo e já alargado ao sector do comércio tradicional, assegurando pagamentos e planos de formação profissional para os trabalhadores de empresas em dificuldades; desenvolvemos, entre outros, o Programa de Apoio à Manutenção de Postos de Trabalho e inovámos com o Programa de Consultoria Estratégica Empresarial; interviemos no mercado de habitação adquirindo centenas de habitações, injectando cerca de trinta milhões de euros nos sectores da construção civil e do imobiliário. Todas essas iniciativas, com graus diferentes de sucesso, é certo, mas com bons resultados em geral, foram incrementadas em consonância e em concertação com os respectivos parceiros sociais.

Pretendemos, em 2010, reforçar os programas de apoio ao emprego, nomeadamente os dirigidos aos envolvidos na construção civil, promovendo a especialização e ou a reconversão de profissionais do sector. Neste contexto, será implementado um programa específico que irá financiar acções de qualificação dos trabalhadores, até quatro meses por ano, em períodos de baixa actividade, que proporcionará, simultaneamente, uma redução de encargos das empresas abrangidas; será desenvolvido um programa de formação e certificação de activos que irá dotar os trabalhadores do sector de um certificado de aptidão profissional e de uma carteira profissional reconhecida, que será, no futuro, uma exigência para integrar os quadros das empresas de construção civil que pretendam obter a certificação de qualidade; será também criado outro projecto de acções de qualificação com certificação profissional e académica, com a duração de 10 a 20 meses, que deverá proporcionar aos actuais desempregados da construção, nos casos em que não o possuam, o 9º ano de escolaridade, reforçando a sua empregabilidade futura. Estamos, por outro lado, empenhados na organização da Bolsa de Empresas destinada a assegurar o plano especial de pequenas obras de recuperação de habitações degradadas ou que carecem de ampliação no âmbito da habitação apoiada.

Em suma, o Governo continuará a monitorizar a evolução da actividade económica e do emprego, reajustando, em tempo real e sempre que se justifique, os

instrumentos de intervenção que estão ao seu alcance, estabelecendo uma parceria para essa avaliação com os organismos sociais e empresariais representativos. Todas estas medidas, e outras que as circunstâncias revelem ser indispensáveis ou adequadas, ilustram bem o nosso inconformismo batalhador e a nossa atenção permanente. Perante cada situação nova deverão surgir soluções novas, pelo que acredito que a superação das actuais dificuldades gerará, como tenho dito, um empreendedorismo inovador e um ambiente de novas oportunidades.

As Opções de Médio Prazo, tal como os Plano e Orçamento para 2010, evidenciam, como se compreende, a operacionalização de duas agendas, viradas para o futuro, que são simultâneas e necessárias: por um lado, toda a panóplia de medidas e de acções centradas no tratamento imediato dos aspectos mais essenciais ou sistémicos das consequências da crise internacional nos Açores e, por outro, todo o conjunto de intervenções e reformas que se integram no modelo de desenvolvimento que decorre do nosso programa eleitoral e de governo.

Importa carrear uma dinâmica e uma qualidade crescentes para a concretização dos objectivos estruturantes que já anunciámos na apresentação destes documentos – os de melhorar as qualificações e as competências dos açorianos, de promover o crescimento sustentado da economia, de reforçar a solidariedade e a coesão social, e de gerir com eficiência o território, promovendo a qualidade ambiental. Importa, pois, continuar, com sentido inovador e com ímpeto reformista, em todas as áreas em que se requer a impulsão das políticas públicas.

É assim que iremos avançar, decididamente, na concretização dos investimentos para o tratamento e valorização dos resíduos urbanos, tal como na generalização dos novos padrões sustentáveis de produção e da eficiência energética, todos eles inadiáveis e estruturantes; é assim que reforçaremos a aposta do Governo nos projectos científicos e tecnológicos, dando prioridade às ciências do Mar e aos contextos empresariais incluindo o da agro-pecuária; é assim que lançaremos, já nos próximos meses e durante três anos, uma grande operação de promoção turística dos Açores em vários países europeus e nos Estados Unidos e no Canadá num investimento superior a trinta milhões de euros; é assim que focaremos a nossa atenção nos aspectos relativos à qualificação e certificação de produções

açorianas, especialmente na agricultura e nas pescas – no primeiro caso, insere-se, por exemplo, a construção dos laboratórios regionais de Enologia e de Veterinária, e, no caso da valorização dos nossos produtos das pescas, o início de um projecto-piloto de embalamento de pescado refrigerado em atmosfera modificada e, ainda, a instalação de um centro logístico de distribuição de pescado em Lisboa.

Actuaremos quer no sentido do acréscimo do investimento nas ilhas de menor dimensão quer na preparação do Plano Estratégico para a Coesão nos Açores, o qual deverá criar os instrumentos e definir e agregar as medidas necessárias em cada ilha para o aproveitamento máximo dos seus recursos e potencialidades humanas e materiais; e iniciaremos, com as autarquias, a identificação e ou concretização de Projectos Locais de Interesse Comum, os quais constituirão um novo mecanismo de cooperação nas áreas da prestação de serviços aos cidadãos, da acção social e habitação, da reabilitação urbana, da educação, da rede viária, do tratamento de resíduos e do turismo.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É, com o mesmo inconformismo, que deveremos progredir atingindo este ano o maior investimento de sempre na educação, instituindo já no ano lectivo 2010/2011 a obrigatoriedade do ensino pré-escolar, arrancando com o Plano Regional de Leitura em cooperação com a comissão do plano nacional, e apresentando medidas destinadas à melhoria da disciplina em contextos educativos e em que relevarão necessariamente a protecção da autoridade do professor.

É assim que avançaremos, também no âmbito social, e no caso do sector da saúde, com o alargamento do Plano Regional de Vacinação, com a criação da Inspeção Regional de Saúde como serviço de auditoria e fiscalização do sector, e com a definição dos Tempos Máximos de Resposta para os serviços públicos de saúde, cuja determinação será muito importante na regulação dos direitos de acesso por parte dos cidadãos e no incentivo à produtividade por parte das unidades de saúde. Vamos iniciar, igualmente no próximo ano, importantes reformas, como a do Regime Jurídico da Solidariedade e Segurança Social nos Açores, da reestruturação orgânica e funcional do Instituto de Acção Social, do quadro legal para instalação e funcionamento de creches e lares, do novo quadro jurídico para o

modelo de financiamento e cooperação das IPSS e entidades equiparadas bem como de apoio aos utentes em valências de iniciativa e gestão privadas.

É assim que continuaremos na gestão orçamental a reduzir as despesas de funcionamento da Administração Regional, que apesar de se distribuírem por nove ilhas, são até inferiores em 330 milhões de euros à despesa prevista na Região Autónoma da Madeira, com apenas duas ilhas.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

O que pouparamos em funcionamento com a nossa boa gestão, ganhamos em investimento e em apoio aos que precisam. É o que tem acontecido.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

É com este espírito que o Governo encara a sua acção presente e futura. Continuaremos a governar com o sentido da mudança e a preparar o futuro. A trabalhar para que haja mais riqueza, mais emprego, mais segurança, mais oportunidades e melhores condições em todas as nossas ilhas. A trabalhar para valorizar as pessoas, particularmente as mais jovens, e para estimular e apoiar as empresas. A trabalhar com energia e inovação, como se fosse sempre o primeiro dia, e como se o tempo fosse sempre escasso para a satisfação das ambições açorianas.

Vamos continuar a governar e a trabalhar, para que se diga cada vez mais, com mais paixão e com mais razão: “Que bom é ser Açoriano!”.

*(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Agradecia aos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência que se acercassem da mesa.

*(Pausa)*



Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos e recomeçamos às 22 horas e 45 minutos.

Bom jantar. Até logo.

*Eram 20 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, muito boa noite.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 23 horas e 10 minutos.*

Agradecia que ocupassem os vossos lugares, porque vamos ter votações proximamente.

Vamos começar a votação do Plano Regional Anual para 2010. Vamos proceder à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Plano Anual foi aprovado na generalidade com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos passar para a votação na especialidade.

Foi acordado em Conferência de Líderes que, sem prejuízo, dentro dos tempos globalmente atribuídos a cada grupo ou representação parlamentar, que as Sras. e Srs. Deputados podem sempre intervir dentro desse limite, mas que seria feito, ou pelo menos alguns grupos ou representações queriam fazer, uma apreciação em conjunto do articulado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**\* Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta um conjunto de 15 propostas de alteração que, como tivemos oportunidade de salientar na declaração final que fizemos, se estendem por quatro áreas fundamentais.

Uma primeira área dedicada às questões da saúde, no fundo para garantir dessa forma com as propostas de alteração que apresentamos o melhor acesso dos açorianos a um bem que lhes é vital.

Um segundo grupo, relacionado com a área do emprego, tendente à resolução de um problema social grave que afecta as famílias açorianas e que está em franco crescimento e agravamento neste momento.

Um terceiro grupo relacionado com as questões da família que são justamente quem sente verdadeiramente na pele os efeitos graves da crise que atravessa a economia açoriana.

Um quarto grupo relacionado com as empresas, no fundo, aquelas a quem cabe um papel importante na dinamização da actividade económica e por onde passa a recuperação da crise que estamos a viver.

No quadro respeitante à área da saúde uma das propostas pretende concorrer para redução das listas de espera que, no fundo, é um eterno problema que se agrava e um eterno problema que tarda em ser resolvido a nível da região.

Temos outra, tendente à atribuição de medicamentos gratuitos a idosos e a cidadãos portadores de deficiência, grupos especialmente vulneráveis na sociedade açoriana.

A terceira medida corresponde ao reforço do Plano Regional de Vacinação e vai no sentido da Região poder vir a apoiar a vacinação de mulheres com mais de 14 anos contra o cancro do colo do útero.

Uma última corresponde ao aumento dos valores relativos à prevenção e combate das toxicodependências que afectam designadamente a juventude açoriana.

No conjunto destinado à área do emprego há uma primeira proposta de alteração que se refere às “medidas extraordinárias de defesa e de promoção do emprego” e

que corresponde a uma proposta que já havíamos proposto em Abril, que tende resolver um problema que hoje em dia é preocupante, que já o era em 2009 e mais ainda o vai ser, em nosso entender, em 2010. E uma outra que pretende dar origem a um estudo em que se faça a avaliação do impacto e dos resultados ao nível dos programas do emprego e formação profissional, designadamente no seu fim último, no fim último a que devem conduzir, que é o reforço da empregabilidade deixando de se constituir como programas que pretendem meramente tapar o problema do desemprego existente, não resolvendo efectivamente o problema na sua globalidade.

Há que saber, há que avaliar em que medida é que esses programas conduzem efectivamente a maiores níveis de empregabilidade para ver se os programas existentes estão a ir ou não no bom sentido.

No grupo de medidas destinadas às famílias, há uma referente aos apoios à infância, designadamente com equipamentos como creches e jardins-de-infância; uma segunda relacionada com o apoio domiciliário na perspectiva de proximidade que tem sido sempre uma questão que tem estado dentro da agenda do PSD ao longo dos tempos e que passa designadamente pelo reforço do projecto de implementação de uma rede de cuidados continuados e outra que pretende concorrer para uma maior justiça relativamente aos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social em que ainda existem alguns grupos profissionais que continuam numa situação de injustiça face aos seus congéneres da Administração Pública Regional.

Um último grupo essencialmente vocacionado para os apoios às empresas porque não compreendemos como é que, neste período de crise grave que atravessa a economia açoriana, se pode reduzir numa verba correspondente aos sistemas de incentivos ao desenvolvimento empresarial, vulgarmente conhecido como SIDER. Portanto, não concebemos como é se pode reduzir uma verba neste domínio e por isso apresenta uma proposta de alteração no sentido de repor valores e no sentido de dar mais sentido efectivamente a este sistema que se afigura como essencial para o sistema empresarial.

Da mesma forma não compreendemos como é que no âmbito do turismo, um sector considerado estratégico, considerado prioritário por parte do Governo Regional, se reduzem as verbas relativas ao sector do turismo, um sector que, relembramos, está em quebra, próximo dos 10%, nos meses até agora conhecidos relativos ao ano de 2010, depois de no ano anterior terem observado uma queda que atingiu quase 5% e depois de no ano imediatamente anterior se ter ficado por uma quase estagnação com um aumento do número de dormidas que se ficou apenas por 0,4%.

São três anos sucessivos e com a necessidade de remodelação deste sector, da recuperação dos investimentos feitos pelo sector privado e que carecem de óbvia recuperação, como é que se consegue reduzir as verbas nesta área?

Ainda no âmbito das empresas são apresentadas duas outras propostas de alteração, uma delas correspondente à valorização das produções locais e a outra relativamente ao desenvolvimento do sistema sustentável de energia, em que se pretende, com as verbas que consideramos para estas propostas de alteração, aproveitar potencialidades e especificidades, designadamente em ilhas com maiores dificuldades em termos de desenvolvimento, ilhas inclusivamente que pela sua dimensão populacional encontram entraves muito mais fortes no sentido de desenvolver o sistema empresarial e dessa forma conseguir evitar o processo de desertificação grave em que se encontram.

Ainda no âmbito das propostas de alteração que fizemos, mas neste caso numa proposta que não apresentámos isoladamente, mas em conjunto com o Partido Socialista, no que diz respeito ao IRS, para o artigo 4º, da 6ª alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, aquela que fizemos em finais de 2008, pretendemos repor uma situação pela qual têm sido penalizados os agentes económicos açorianos quando, relativamente às restantes taxas de retenção e taxas de tributação autónoma no âmbito do imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, acabaram por ficar penalizados pelo facto de ter havido um entendimento por parte da Administração Fiscal de ter retirado as reduções existentes de 20% até à aprovação desse diploma. Portanto, a partir deste momento

pretendemos que dessa forma fiquem novamente consideradas as reduções de 20% que já existiam até a essa altura.

É este o conjunto de propostas de alteração que apresentamos. Entendemos que vão no sentido de melhorar as perspectivas e a situação dos agentes económicos direccionados quer para famílias, quer para empresas, e julgamos constituir boas propostas de alteração que melhorarão (não temos qualquer dúvida) os documentos existentes e que, embora como dissemos na declaração final, não correspondam à transformação de uma má estratégia numa boa estratégia, no mínimo irão melhorá-la.

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP apresenta um conjunto de propostas na área do emprego, nomeadamente o reforço de meios para a Inspeção Regional do Trabalho e para o Plano Regional de Combate à Precariedade, Sub-Emprego e Trabalho Ilegal, mas também ao nível dos transportes e obras, nomeadamente para melhorar as acessibilidades dos edifícios públicos e um reforço de verbas para a construção de um efectivo passe social na Região.

Para além disso e em termos da economia julgamos importante reforçar as verbas destinadas ao micro-crédito, assim como um reforço dos apoios às empresas artesanais.

Propomos ainda um aumento do complemento regional de pensão, porque pensamos que é fundamental que esse segmento da população açoriana que usufrui de fracos recursos necessitaria de melhorar o seu rendimento, sendo que se houver melhoria no rendimento desse segmento da população, certamente que isso terá também influência em termos do consumo e da dinâmica económica.

Propomos ainda ao nível da Protecção Civil a aquisição de um barco para o transporte de doentes entre o Faial e o Pico.

Nesta primeira intervenção ficar-me-ia por aqui. Depois, havendo necessidade, poderei concretizar melhor algumas das propostas que entretanto estamos a apresentar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou alongar-me muito nesta primeira apreciação das propostas que vou apresentar. Seja como for, elas podem enquadrar-se em dois grandes grupos. O primeiro grupo é constituído por propostas que têm um âmbito regional, aquelas propostas que chamo de propostas de identidade regional, em que o Governo tem uma série de propostas no orçamento, mas especificamente na área da educação, por exemplo, o PPM tem uma perspectiva diferente. Por exemplo, defendemos o ensino da história dos Açores.

Evidentemente que esta dotação orçamental será acompanhada de um Projecto de Resolução que entrará ainda esta Segunda-feira e que será discutido a partir de Janeiro ou Fevereiro.

A mesma coisa em relação a outras questões de âmbito regional, também na área da educação. Falamos nas verbas em relação à formação do pessoal docente e não docente que sofreram uma redução bastante substancial. Defendemos que a valorização dos recursos tem que ser feita obviamente com formação, uma boa formação de professores e de não docentes.

Nesse sentido penso que vamos de encontro ao que o Governo já disse que iria fazer, que pretende reforçar essas verbas. Portanto, penso que aqui não existe nenhuma divergência de fundo.

Depois, em relação aos manuais escolares há um reforço por parte do Governo em relação à aquisição de manuais escolares do primeiro ciclo. Aqui, o que propomos é que este esforço se projecte ao conjunto do ensino básico.

Especificamente do ponto de vista local, em relação à Ilha do Corvo, apostamos em diversas alterações que pretendem resolver algumas das questões fundamentais na área do património e também na área da produção.

Temos consciência de que a Ilha do Corvo necessita de crescer do ponto de vista do que é o seu tecido produtivo.

Nesse sentido apresentamos várias propostas nas áreas da agricultura, do ambiente, do turismo e da cultura para promover esse crescimento económico que, com certeza, todos desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS volta mais uma vez a ser inovador nas suas propostas.

Contudo, repetimos uma do ano passado, que é justamente a do avião mini cargueiro que achamos que se mantém actual. Apenas pedimos que seja feito um estudo para apurar da sua viabilidade. Resolvemos repeti-la porque efectivamente com os DASH-Q 200 essa resposta que se esperava melhor por parte da SATA não foi efectivamente melhor, porque continua a ficar retido, em algumas ilhas, o pescado.

No âmbito do plano, é essa uma das propostas. A outra vem no seguimento de uma iniciativa que fizemos aprovar aqui em 2009, uma iniciativa inovadora, que serve de complemento para reforçar o combate às listas de espera e que é justamente o Vale de Saúde. Entendemos reforçar com mais 150 mil euros. Mais um contributo, esse sim muito positivo, no combate e redução às listas de espera cirúrgicas.

Outra acção no Plano, uma verba de 200 mil euros, para o Centro Cultural de Congressos de Angra de Heroísmo, para o desenvolvimento das suas actividades.

É assim que entendemos a cultura nos Açores, estabelecendo uma parceria com o Centro Cultural e de Congressos, de Ponta Delgada, para criar sinergias na cultura açoriana de modo a que peças que vêm ao Teatro Micaelense possam vir à Terceira, e vice-versa. Portanto, orgulha-nos muito esta acção inovadora, mais uma vez, e que muito contribuirá para a promoção cultural e turística do arquipélago dos Açores.

São estas as três propostas no âmbito do Plano.

No âmbito do orçamento e no seguimento daquelas que têm sido as nossas propostas e o nosso contributo para a diminuição das tarifas aéreas orgulhamo-nos de não apenas criticar, mas fazer propostas que sejam objectivas, positivas e com consequência.

Já tivemos em 2006 as tarifas promocionais para residente e agora achamos muito útil, numa altura em que as famílias se batem com algumas dificuldades, uma tarifa promocional para estudantes entre os Açores e o Continente e entre os Açores e a Madeira.

Aproveito para referir, Sr. Presidente, que achamos que é uma medida de grande impacto no orçamento familiar a redução e a introdução inovadora da tarifa promocional para estudantes.

Uma outra proposta é o Programa Reactivar, que passa a incluir os jovens dos 16 anos, inclusive. Havia aqui um hiato de tempo em que eles não teriam formação. Parece-nos uma medida muito positiva e que muito contribuirá para a qualificação dos nossos jovens.

Explico já uma proposta de substituição relativamente às tarifas aéreas. Por lapso integrámos as tarifas inter-ilhas, quando queríamos as tarifas entre o Continente e entre os Açores e as Regiões Autónomas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**\* Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de entrar propriamente nas propostas do Bloco de Esquerda gostaria de dizer que estas propostas têm uma história.

A história começou em Abril deste ano quando aqui, nesta câmara, discutimos o Plano e Orçamento para o ano de 2009, a bancada do Bloco de Esquerda apresentou 12 propostas de alteração e todas elas foram olímpicamente chumbadas pela maioria absoluta do Partido Socialista sobre adjectivos, e cito, “de irresponsáveis, megalómanas, demagógicas e utópicas”.



Na altura, e ainda hoje, considerámos estes objectivos como sinónimos de uma e única coisa: não havia dinheiro para implementar as nossas propostas. Não podemos acreditar que fosse de outra maneira.

Por um lado, porque não podemos aceitar que as propostas tenham sido chumbadas única e simplesmente por virem da bancada do Bloco de Esquerda, porque isso seria um sinal de sectarismo político que nós não reconhecemos na bancada do Partido Socialista, por muito difícil que às vezes seja não o fazer.

Por outro lado, também não acreditamos que o Partido Socialista quisesse, de livre e espontânea vontade, chumbar o reforço das pensões abaixo do salário mínimo regional, alteração e o montante dos critérios do Fundo de Pesca, o reforço do financiamento da atribuição de bolsas para investigação, etc., etc. etc.

Portanto, objectivamente não havia dinheiro.

Sete meses depois (ou seja, hoje!) optámos por dar um outro tipo de contributo, até porque não vislumbrámos nenhum sinal político de que neste momento as referidas propostas pudessem ser votadas favoravelmente.

Sendo assim, quer a proposta de alteração ao artigo 12º da Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento da Região para 2010, quer a proposta de aditamento ao artigo 17º, visam alcançar o maior rigor e uma maior transparência na economia da Região, permitindo um maior conhecimento da despesa pública efectuada e impedindo a alienação, pelo Governo Regional, de sectores considerados estratégicos para a Região e de primeira necessidade para as populações.

Para que todos aqueles e aquelas que eventualmente a esta hora ainda nos ouvem fora deste hemiciclo e para que percebam melhor o conteúdo destas propostas, diríamos em síntese o seguinte:

Uma, a primeira, recusa a privatização de serviços públicos essenciais (estamos a falar da saúde, da educação, dos transportes, da água), porque como tem ficado provado à sociedade no nosso país, estas privatizações sonégam direitos, aumentam os custos para os utentes, ...

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito bem!

**A Oradora:** ... anulam a redistribuição justa da riqueza e acumulam privilégios nas mãos de alguns.

Com estas privatizações ou parcerias público-privadas, o estado assume sempre os prejuízos, ao mesmo tempo que entrega a rentabilidade aos concorrentes privados.

A segunda, pretende contribuir para uma maior aproximação entre as instituições e os cidadãos colocando ao seu dispor a possibilidade de acompanhar de perto e com transparência, onde, como, porquê e com quem são gastos os dinheiros dos seus impostos.

É que o dinheiro, todo o dinheiro pago a mais ou mal pago, faz falta ao investimento público e faz falta às prestações sociais e queremos que a prioridade seja dada a quem mais precisa.

Precisamos de mais dinheiro para as pessoas e para as suas urgências e estas duas propostas do Bloco de Esquerda pretendem dar um contributo para que este grande, talvez o maior objectivo da política, possa ser concretizado.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

\* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento à mesa.

Na análise que fizemos nomeadamente às propostas do PPM – Partido Popular Monárquico, não conseguimos encontrar nessas propostas o respeito pelo princípio fundamental orçamental, que é o princípio do equilíbrio.

Neste contexto, consideramos que as propostas do PPM não devem ser admitidas porque não respeitam o princípio do equilíbrio orçamental.

**Presidente:** Sr. Vice-Presidente, o que lhe posso esclarecer sobre isso é que as contas foram feitas e há várias maneiras de fazer propostas.

Efectivamente, muitas das propostas trazem em si não só um determinado acréscimo ou uma mudança na receita e dizem simultaneamente de onde sai essa respectiva verba.

O PPM não utiliza esse expediente. Faz propostas autónomas, mas a verdade é que as propostas do PPM, no seu conjunto, estão absolutamente equilibradas em termos de verbas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que subscrevo inteiramente a sua explicação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

\* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era para perguntar directamente, neste caso ao Sr. Deputado do PPM, se ele tem consciência que as propostas que apresentou implicam uma redução da receita de 7 milhões e 55 mil euros? Logo, ao implicar uma redução da receita nesse montante perde-se o equilíbrio orçamental.

Portanto, as propostas se forem aprovadas e aplicadas, implicam que o Orçamento e o Plano que será aprovado nesta casa não tenham equilíbrio entre as receitas e as despesas, porque, nomeadamente a acção 11.1.1, onde se propõe um redução de 4 milhões e meio, tem do lado da receita 85% comparticipada por fundos comunitários.

Logo, se reduzirmos 4 milhões e meio de euros na despesa do plano, automaticamente em nome do rigor e da credibilidade destes documentos a receita de transferências da União Europeia tem que ser reduzida em 85% desses valores.

O mesmo se passa na acção 10.1.6 e na acção 10.3.1. Ou seja, o PPM propõe uma redução no conjunto dessas três acções de 8 milhões e 300 mil euros. Se reduzirmos essas três acções neste montante temos que reduzir em 7 milhões e 55 mil euros as transferências da União Europeia inscritas no orçamento.

Ao fazer isso, automaticamente perdemos o equilíbrio orçamental.

Por vezes, para se fazer as coisas, temos que saber do que é que estamos a tratar.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se eu tenho consciência?!

Tenho! Tenho consciência de que o senhor não tem razão.

Mais. Tenho consciência de que o senhor tem os instrumentos, se assim sucedesse, através dos endividamentos...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Não sabe do que é que está falando! Está falando...

**O Orador:** Sr. Secretário, há uma coisa que eu exijo, que é respeito institucional. Eu estou a responder.

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** O Sr. Presidente do Governo Regional há pouco chamou-vos atenção porque tiveram um comportamento que não foi o adequado durante a intervenção. Temos que respeitar.

*(Apartes inaudíveis dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Posso continuar?

Sr. Presidente, eu gostaria, assim que fossem criadas as condições...

**Presidente:** Pode continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Sr. Vice-presidente, vejo que está um pouco ressabiado em relação à leitura política que fiz na minha intervenção. Mas quero dizer-lhe o seguinte:

Não tem razão até porque tem todos os instrumentos se sucedesse isso. Tem os 50 milhões provenientes do endividamento que poderiam repor imediatamente essa questão.

Também lhe quero dizer o seguinte:

Como sabe, do ponto de vista político, também não corremos esse risco, tendo até em conta os antecedentes da forma como foram votadas as anteriores propostas do PPM.

Considero que quer criar aqui um problema. A mesa já lhe respondeu. Foi-lhe dito que estas são as regras que foram admitidas e foi de acordo com estas regras que fiz as propostas.

Reafirmo aquilo que disse e evidentemente considero que esta é que é a leitura correcta.

**Presidente:** Gostava também de prestar um esclarecimento.

O entendimento desta mesa e creio que das mesas anteriores, sem prejuízo (e isso nem discuto) de em termos de substância o Sr. Vice-Presidente do Governo ter toda a razão e saber com certeza melhor do que eu de onde é que vem a composição de uma determinada receita, a verdade é que o equilíbrio orçamental sempre foi entendido, para estes efeitos orçamentais ao nível puramente formal.

Aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse tem com certeza a maior importância para o mérito da decisão dos Srs. Deputados ao nível da respectiva votação.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

\* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

O Orçamento tem um mapa, o Mapa 9, onde nos programas do Plano estão divididos os seus financiamentos em fontes de financiamento, quatro identificadas e desagregadas.

V. Exa. ao alterar esta questão (não é uma questão de não ter informação), bastaria analisar o Mapa 9 do Orçamento para perceber que o que estava a fazer implica o desequilíbrio do orçamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

\* **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para reafirmar que discordo da leitura que fez o Sr. Vice-Presidente, que acha que o orçamento é seu, não se lhe pode tocar. Evidentemente que se as teses do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional viessem a prevalecer, o orçamento poderia vir a ser intocável.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

\* **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero reiterar o entendimento do Governo Regional.

O princípio basilar das alterações do Plano e do Orçamento, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista substantivo, é o do acréscimo das despesas corresponder ao acréscimo de receitas ou o inverso.

Tem que haver uma compensação. O princípio do equilíbrio é fundamental.

Todos os partidos que aqui estão procederam dessa forma, excepto o PPM.

Portanto, não há duas interpretações possíveis sobre algo que faz parte daquilo que é basilar na abordagem de uma matéria com esta delicadeza.

Não é legal a admissão dessas propostas.

É verdade que não restará com certeza outra alternativa aos partidos políticos, e designadamente aos que têm responsabilidades de maioria, do que chumbá-las todas para evitar o enorme embaraço em que a Assembleia ficaria com a aprovação de propostas para as quais não existe a correspondente receita ou a correspondente alteração, em conformidade da receita.

Lamentamos que tenhamos que votar apenas por essas razões, certamente contra, nesta Assembleia, às propostas apresentadas pelo PPM. Todas! Até podem ser, se pudermos opinar sobre essa matéria, votadas de uma vez, assim sendo.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, peço um intervalo de 15 minutos e peço uma reunião da mesa desta Assembleia.

Muito obrigado.

*Eram 23 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradecia que retomassem os vossos lugares.

*Eram 24 horas.*

**Presidente:** A mesa esteve reunida, face ao incidente suscitado, no caso pelo governo, relativamente à admissibilidade pela mesa das propostas do Partido Popular Monárquico, e consensualmente considera o seguinte:

Considerando que de acordo com o nosso Regimento podem ser entregues propostas até ao fim das declarações finais;

Considerando que estas propostas foram, e bem, dentro do prazo regimental, entregues umas 3 horas antes do fim desse prazo,

Considerando os próprios meios técnicos e o tempo disponível da Assembleia e a praxe desta Assembleia a este nível;

A mesa considerou perfeitamente razoável a decisão de admitir estas propostas face a todos estes condicionalismos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

\* **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em nome do Partido Socialista e na sequência da declaração de V. Exa., fazer uma declaração de voto no sentido de informar a câmara que o Partido Socialista votará contra as propostas apresentadas pelo PPM, uma vez que se trata de propostas que violam o princípio legal do equilíbrio orçamental, que consideramos ser um requisito fundamental para a apreciação das propostas que aqui são trazidas a esta câmara.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vou entender a sua intervenção como uma declaração de princípios, não como declaração de voto, já que não votámos nada, mas percebo o seu significado.

Creio que não há mais intervenções na generalidade. Podemos passar para a votação do Programa 1 do Plano.

Foram apresentadas 5 alterações, uma do PCP e quatro do PPM.

A primeira das alterações apresentadas é para a acção 1.3.1. É do Partido Popular Monárquico e implica um reforço de 850 mil euros por contrapartida das acções 10.1.6, 10.3.1, 11.1.1 e 17.7.3.

Está aberto o debate.

Não havendo intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Passamos para a alteração seguinte, ao Programa 1.

É da autoria do Partido Popular Monárquico e visa alterar a acção 1.5.1, com um reforço de 30 mil euros.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Temos mais uma proposta de alteração ao Programa 1, para a acção 1.7.3, também da autoria do Partido Popular Monárquico e que implica um reforço de 500 mil euros nesta acção, por contrapartida das acções 10.1.6, 10.3.1, 11.1.1 e 18.7.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos agora debater e votar uma proposta de alteração apresentada pelo PCP e que visa a criação de uma acção nova que teria o nº de 1.7.4 e título



“implementação da educação sexual no ensino público”, dotada com 100 mil euros, por contrapartida da acção 1.4.1.

Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

\* **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para justificar o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS.

Não há necessidade, em nosso entender, que seja aberta uma nova acção quando todas as escolas da nossa Região já tem implementado nos seus projectos curriculares de turma e nos seus projectos educativos a educação sexual.

Para além disso, com a reorganização e com o currículo regional haverá uma concepção e uma obrigatoriedade em ser transversal e ser leccionado em todos os anos de escolaridade.

Muito obrigada.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de criação de uma nova acção “implementação da leccionação da disciplina de história nos Açores”, dotada com 100 mil euros, da autoria do PPM.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito curto em relação a esta questão, fazendo uma breve análise.

A questão é de identidade.

O Sr. Presidente há pouco, terminou o seu discurso dizendo: “Que bom é ser Açoriano!”.

Mas esse “que bom é ser açoriano” não é transmitido às crianças das nossas escolas, desde que o senhor é Presidente do Governo Regional.

Portanto, não teve a capacidade ou não teve a preocupação de transmitir que valores são esses.

Qual é a evolução histórica dos Açores?

Como sabe, e todos os que têm conhecimento na área do ensino, em relação à história dos Açores fala-se no período da descoberta, fala-se depois durante o domínio Filipino, a resistência ao domínio filipino na Terceira, e voltamos a falar outra vez nos Açores durante a Revolução Liberal e na criação da Autonomia.

Isto significa saltos de 200, 300 anos na evolução histórica destas ilhas.

Dizem: bom, mas isto é uma preocupação das escolas e já existia uma preocupação do ponto de vista teórico em termos do currículo regional que entretanto foi criado.

Isso não é verdade! Todos sabem isso e os professores que aqui estão poderão com certeza também testemunhar que a história dos Açores, de uma forma modelar, de uma forma sistémica, não é ensinar. Esta é uma questão fundamental, porque quando se defende a Autonomia, quando se defende a importância da identidade açoriana e quando vemos que até naquele debate que tivemos em relação à questão da própria definição do Estatuto nos é recusada a identidade enquanto povo, (a proposta foi do Partido Socialista, a nível nacional, na Assembleia da República, o que demonstra, que os senhores nem conseguiram explicar aos seus próprios patrícios quais são os elementos que permitem realmente chamar povo, ao povo açoriano) ...

**Presidente:** Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** Termino já, Sr. Presidente.

... acho que é fundamental, acho que é algo que é essencial, a criação de uma autonomia com informação para que os nossos jovens conheçam aquela que foi a evolução histórica do povo açoriano.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 1 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 1 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos para o Programa 2 do Plano, para o qual foram apresentadas 5 propostas de alteração: duas do PCP, duas do PSD e uma do PPM.

A primeira proposta de alteração diz respeito à acção 2.1.4 e é da autoria do Partido Popular Monárquico.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos para outra proposta de alteração. É da autoria do PCP e visa alterar a acção 2.1.8, com o reforço de 200 mil euros, por contrapartida da acção 2.1.7.

Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

\* **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção para justificar o sentido de voto da bancada do Partido Socialista. Tendo em vista aquela que é a missão da Inspeção Regional do Trabalho na promoção da melhoria das condições de trabalho, considerando o aumento do número de inspectores e o reforço da acção inspectiva que foi desenvolvida ao longo do ano de 2009, a qual se pretende dar continuidade no ano de 2010, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta do PCP.

**Presidente:** Passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos para outra proposta de alteração, igualmente apresentada pelo PCP para a acção 2.1.10 e que implica um reforço desta acção em 170 mil euros, por contrapartida das acções 3.1.3 (50 mil euros), 3.14 (50 mil euros) e 3.1.9 (70 mil euros).

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

\* **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista acolhe com simpatia esta proposta do PCP porque ela permitirá dar continuidade no ano de 2010 ao plano de acção que foi desenvolvido neste ano de 2009 e no âmbito do qual foram concretizadas importantes medidas dirigidas à avaliação das condições mínimas de trabalho, ao trabalho igual e à segurança e saúde no trabalho, entre outras.

Estas acções desenvolveram-se quer na vertente pró-activa, quer na vertente reactiva e têm certamente uma eficácia acrescida por via da especificidade do seu objecto.

Portanto, como disse, o PS acolhe esta proposta do PCP.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Há mais duas propostas de alteração, ambas da autoria do PSD.

A primeira visa aditar uma acção com o nº 2.1.11 e com a denominação “medidas extraordinárias de defesa e promoção de emprego” dotada com 3 milhões e 550 mil euros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

\* **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de 2010 regista, no conjunto dos projectos Formação Profissional, Programas de Estágios Profissionais e Programas de Emprego uma dotação ligeiramente superior à de 2009.

Regista-se porém uma redistribuição das verbas que resultam num reforço de 21,62% da dotação para formação profissional e num reforço de 68,67% na dotação do Programa de Estágios Profissionais.

A posição que o Partido Socialista assume relativamente a esta proposta do PSD funda-se numa leitura diferente daquilo que é necessário fazer neste momento em matéria de políticas de emprego.

A avaliação que fazemos diz-nos que agora a prioridade é actuar ao nível das causas estruturais da baixa empregabilidade melhorando os níveis de qualificação dos activos de modo a garantir maior empregabilidade na retoma.

Gostaria, porém, de acrescentar que as medidas extraordinárias já aprovadas se mantêm e têm a sua dotação no âmbito dos programas de emprego.

Aliás, esses programas de emprego, relativamente àquilo que era a dotação inicialmente proposta para o ano de 2009, registam um aumento de 5 milhões de euros.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições vou pôr à votação esta proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Há uma nova proposta de aditamento do PSD, como disse há pouco. Propõe a acção 2.1.12 e tem como denominação “Avaliação do impacto e resultados dos Programas de Emprego e de Qualificação Profissional”, dotada com 50 mil euros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

\* **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista reconhece a importância desta medida proposta pelo PSD como forma de avaliar e de quantificar os efeitos das medidas dos Programas de Emprego e Qualificação Profissional e também de nos ajudar a introduzir os ajustamentos que se venham a mostrar adequados. Para isso a avaliação é sempre um bom instrumento.

Na oportunidade comunicaria também que a bancada do Grupo Parlamentar do Partidos Socialista, conseqüentemente à votação que vamos fazer desta proposta, apresentou uma proposta de alteração ao Mapa II do Orçamento da Região, de forma a garantir o financiamento para esta acção.

**Presidente:** Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 2 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos passar agora para o Programa 3.

Há uma única proposta de alteração que foi apresentada pelo Partido Popular Monárquico e que visa a criação de uma nova acção, 3.1.15, denominada “Pousada da Juventude do Corvo”, e dotada com um milhão de euros.

Está aberto o debate.

Não havendo intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 3 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 3 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos passar agora para o Programa 4, o qual tem duas propostas de alteração da autoria do PPM, sendo a primeira para a acção 4.2.3, que visa um reforço de 50 mil euros, por contrapartida das acções 10.1.6, 10.3.1, 11.1.1 e 18.7.3.

Está aberto o debate.

Não havendo intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Há igualmente uma proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.8.

O Sr. Deputado já não pode fazer a apresentação, porque já terminou os seus 7 minutos.

Trata-se do reforço de 10 mil euros por contrapartida das acções 10.1.6, 10.3.1, 11.1.1 e 18.7.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 4 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.



**Secretário:** O Programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos para o Programa 5. Há uma única proposta de alteração do PPM que visa a criação de uma acção nova, 5.1.10, e tem como denominação “construção do parque desportivo da ilha do Corvo”, dotada com 1 milhão de euros.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 5 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 5 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Vamos passar para o Programa 6 que tem uma única proposta de alteração, a acção 6.1.3, da autoria do PPM, reforço de 200 mil euros.

Creio não haver intervenções.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 6 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 6 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do BE, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos passar para o Programa 7 que tem uma única proposta de alteração, a acção 7.1.14, da autoria do PPM, e que visa o reforço de 208 mil euros. Não havendo intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 7 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa 8. Para este programa não há qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 8 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos para o Programa 9, o qual tem duas propostas de alteração. A primeira trata da adição de uma nova acção, a acção 9.2.8 denominada “ampliação, reordenamento e beneficiação do Porto da Casa, na Ilha do Corvo e zonas envolventes”, dotada com 300 mil euros e apresentada pelo PPM.

Não havendo intervenções, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Temos de seguida uma proposta de alteração para a acção 9.4.5, apresentada pelo Partido Socialista e que visa o reforço de 75 mil euros, por contrapartida das acções 9.4.1, 9.5.1 e alteração da denominação da acção 9.4.5 que passa a ser “regime de compensação ao escoamento dos produtos da pesca das Ilhas de Santa Maria, Pico, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

\* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Resolução nº 11/2009, de 29 de Janeiro criou um apoio suplementar aos apoios do POSEI PESCA, visando compensar os custos suplementares do escoamento do pescado das ilhas da coesão.

Esta proposta de alteração do Partido Socialista visa alargar este apoio à Ilha do Pico, considerando a inexistência de ligações directas com o exterior e o sobrecusto dos transportes com vista ao escoamento desse mesmo pescado, bem

como reforçá-la em 75 mil euros para fazer face precisamente a este alargamento à Ilha do Pico, conforme já foi referido.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar a proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 9, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 9 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos passar para o Programa 10, para o qual foram apresentadas quatro propostas de alteração: uma do CDS/PP, duas do PSD e uma do Partido Socialista.

A primeira proposta de alteração, por ordem lógica, é do PSD e visa alterar, através de um reforço de 200 mil euros a acção 10.1.5.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

\* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É opinião do Partido Socialista que não devemos fazer propostas de alteração apenas atirando dinheiro para cima do orçamento. Foi isso que o PSD fez, nesta matéria.

A promoção turística da Região não se faz por mais panfletos, mais brochuras, mais este tipo de material.

Neste sentido, o Partido Socialista considera que a verba existente nesta acção é suficiente para os propósitos do Plano.

Tenho dito.

*(Neste momento o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Lima)*

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos passar para a proposta de alteração seguinte. É da autoria do PSD e visa alterar a acção 10.1.6, através de um reforço de 2 milhões e 200 mil euros, por contrapartida do capítulo I e todos os departamentos do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

\* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria citar o que disse há pouco em relação à forma como o Partido Social Democrata trata as propostas de alteração em relação ao Governo, que é atirar mais dinheiro para cima das acções.

Lembro ao PSD que o Partido Socialista está empenhado na promoção turística da Região. Aliás, foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo o investimento de 30 milhões em promoção turística da Região, nomeadamente nos Estados Unidos e no Canadá.

Tenho dito.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de alteração do CDS/PP para a acção 10.3.2, reforço de 200 mil euros desta acção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

\* **Deputado Alexandre Pascoal (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A alteração proposta está elencada no plano de *marketing* estratégico para os Açores, o qual é considerado um vector prioritário na consolidação da promoção turística, sobretudo no segmento MICE de congresso e incentivos, não descorando, como é óbvio, a vertente da dinamização turística e a parceria institucional e a parceria institucional entre ambos os centros culturais, o que de resto já existe.

Daí que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vote favoravelmente esta proposta.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de aditamento do Partido Socialista, a criação de uma nova acção, numerada como 10.3.6, e denominada “Projecto da Marina da Barra e requalificação da zona envolvente”, dotada de 150 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

\* **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS propõe esta alteração ao Plano no sentido de criar uma acção chamada “Projecto da Marina da Barra e requalificação da zona envolvente”, com o valor de 150 mil euros e que assumirá o Código 10.3.6.

Este projecto é muito ansiado por todos os graciosenses.

Com o aumento do número de barcos de recreio localmente, que já ultrapassa mais de 100, torna-se necessário estudar o projecto, pelo menos em 2010, de um porto de recreio que dê resposta aos amantes do mar.

Assim, propomos a dotação financeira para se iniciar os procedimentos desta obra que é também estruturante, porque assume importância para o desenvolvimento da actividade turística daquela ilha, nomeadamente com a requalificação de uma zona que depois da construção do novo hotel carecia de uma intervenção consequente e como tal digna.

Este é mais um avanço no sentido da concretização das promessas que assumimos em Outubro de 2008 e que mereceram a confiança de uma grande maioria dos graciosenses.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD acolhe e dará o seu total apoio a esta proposta. Esperamos, realmente, que este projecto vá para diante o mais rapidamente possível e que em 2010 se possa já pensar no início da obra, tal como tem sido prometido várias vezes.

Vemos que finalmente o Governo percebeu que a Graciosa também precisa de um porto de recreio com condições.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

\* **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Costa disse que isto tinha sido prometido várias vezes. Foi, mas foi pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, do PSD, do qual o senhor é presidente naquela ilha.

As coisas que o senhor às vezes diz, essencialmente são para enganar nas pessoas.

Aqui e comigo, o senhor não engana ninguém, porque esta obra foi prometida há cerca de 20 anos pelas Câmaras do PSD e nunca conseguiram construí-la.

Pela primeira vez esta promessa faz parte do nosso compromisso eleitoral e estamos aqui a assumir esse compromisso. Vamos fazê-la até ao fim deste mandato, que é isso que prometemos.

Quando o senhor tenta “atirar areia para os olhos das pessoas”, comigo não pega.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

**Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, é para defesa da honra,

**Presidente:** Faça favor.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O “engana” e “atira areia para os olhos dos outros” ofende-me. Ofende-me por uma razão:

Quando eu disse que tinha sido prometida, foi porque, como os senhores sabem, no final da campanha eleitoral e depois das eleições para a Câmara Municipal, a primeira promessa do novo Presidente da Câmara foi fazer aquela marina e disse que a ia fazer em 2010 porque era uma prioridade.

Sabemos, como o Partido Socialista sabe e acaba de demonstrar provando-o, que a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa não tem dinheiro para fazer aquela marina, não tem capacidade financeira para fazê-la sozinha.

O Partido Socialista e o Governo têm revelado que a iam fazer.

O Sr. Vice-Presidente assistiu à apresentação de um projecto no Centro Cultural e disse na altura (e isto não é enganar ninguém, Sr. Deputado, é a verdade) que depois de começada a obra na Horta e em Angra do Heroísmo (aparentemente até vai ser antes de Angra do Heroísmo) iria dar apoio à marina na Ilha Graciosa.

Felizmente (finalmente!) perceberam que a Ilha Graciosa precisa. Há que anos que os senhores disseram isso.

Portanto, não se trata do cumprimento de uma promessa do PSD. Trata-se de fazer aquilo que a Graciosa precisa e o senhor devia deixar de aproveitar cada momento que desce da mesa da Assembleia para vir com ataques pessoais, porque não é essa a sua função neste parlamento.

Muito obrigado.



**Deputados Rui Ramos e Clélio Meneses (PSD):** Mito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

\* **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só queria dizer ao Sr. Deputado João Costa que o que o senhor disse aqui foi que tínhamos prometido várias vezes a marina da Barra.

Eu quis dizer que essa informação que o senhor transmitiu a esta câmara não é verdade. Foi só isso que eu disse.

Se o senhor precisa defender a honra por causa de uma coisa dessas, o senhor vai ter muita honra para defender durante este mandato.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar a proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 10 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

*(O Deputado José Ávila voltou a ocupar o seu lugar na mesa)*

**Presidente:** Para o Programa 11 temos cinco propostas de alteração: três da autoria do PCP e duas do PSD.

Para a acção 11.1.1 há uma proposta de alteração do PCP no sentido da anulação de 6 milhões de euros para reforço do código 0.4.0.0 transferências correntes no orçamento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

\* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai votar contra esta proposta de alteração que visa reduzir em 6 milhões de euros o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores”, uma vez que, e em devida altura também justificarei, votará contra a proposta do Orçamento que visa reforçar o Complemento Regional de Pensão.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Há igualmente uma proposta de alteração do PSD para esta acção, que visa reforçá-la no valor de 3 milhões e 550 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

\* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votará contra esta proposta na medida em que já explicou, por diversas vezes nesta câmara, de que considera as verbas que estão contempladas nesta acção manifestamente suficientes.

De qualquer modo foi assumido nesta câmara, exactamente pelo Sr. Secretário da Economia, muito veementemente, de que nunca faltará verba, caso a execução do Sistema de Incentivos seja feita na totalidade.

Tenho dito.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Passamos para a proposta de alteração apresentada pelo PSD, mais concretamente um aditamento da acção 11.1.5 e denominada como “valorização das produções locais”, dotada com 500 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

\* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é, digamos, provavelmente a proposta de alteração e de aditamento da acção mais confusa de todas aquelas que temos aqui apresentadas, porque valorização das produções locais, por aquilo que foi explicado pelo líder do Grupo Parlamentar do PSD, é, digamos, um apoio às empresas que estão nas ilhas da coesão, que têm produtos específicos ou provavelmente ligados à agricultura. É a essa interpretação que tenho.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Ouviu mal!

**O Orador:** Sr. Deputado, vou terminar e se quiser esclarecer-me, eu agradecia.

Se folhearmos o Plano verificamos que temos diversas acções que apoiam e valorizam os produtos açorianos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Por exemplo...

**O Orador:** Posso dar-lhe dois ou três exemplos.

Por exemplo, apoio à qualidade e certificação; posso falar-lhe também do sistema de apoio à promoção de produtos açorianos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não é a mesma coisa!

**O Orador:** Posso também falar-lhe do sistema de promoção na Secretaria da Agricultura.

Se estamos a falar em termos de ilhas da coesão, acho que faria todo o sentido esperar pela elaboração do Programa Estratégico das Ilhas de Coesão.

Sabemos que existe um conjunto de apoios neste momento à valorização dos produtos. Temos em relação ao ananás, temos em relação ao mel, à meloa, ao leite.

Também temos um conjunto de apoios ao transporte de produtos regionais com majoração, inclusive para as ilhas de coesão.

Srs. Deputados, a minha interpretação da vossa acção é esta, porque os senhores não explicaram aqui como deve ser. Aliás, já vem sendo costume.

Tenho dito.

**Presidente:** Passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de alteração do PCP para a acção 11.5.1 e consiste no reforço da mesma em 100 mil euros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

\* **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta o sucesso das políticas do Governo Socialista que têm sido seguidas nesta área e tendo em conta a procura que tem tido esta formação específica, o PS entende que é adequado o reforço da verba. Daí a sua aprovação.

Obrigada.

**Presidente:** Passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Há mais uma proposta de alteração do PCP para este programa, concretamente para a acção 11.6.1 e visa reforçá-la no montante de 120 mil euros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

\* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votará favoravelmente esta proposta de alteração que reforça a verba ao micro crédito bancário, uma medida de incentivo a propostas de pessoas que não têm condições para ter acesso ao crédito bancário e que demonstram motivação e capacidade para criar o seu próprio posto de trabalho.

Esta medida já tem demonstrado ser uma medida de sucesso, que tem libertado muitas pessoas da sua condição de pobreza e tem também demonstrado que o crédito mal parado nestes casos é muito menor no que outros programas de crédito. É também uma medida que tem apoiado sobretudo mulheres.

Desse ponto de vista merece um reforço e será apoiada.

**Presidente:** Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 11 da proposta com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Para o Programa 12 não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos para o Programa 13 o qual tem 7 propostas de alteração: uma do PCP, quatro do PSD, uma do PPM e uma do PS.

Em termos lógicos, a primeira proposta de alteração é do PCP, para a acção 13.1.8 e visa o reforço de 500 mil euros desta acção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

\* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS irá votar desfavoravelmente esta proposta. Aliás, o mesmo se passa com proposta idêntica, para a mesma medida, para a mesma acção do PSD, porque este projecto da criação e implementação da rede de cuidados continuados nos Açores é financiado não apenas pela solidariedade, mas também pelo programa da saúde, sendo dotado de 1 milhão de euros pela solidariedade social e 1 milhão, 83 mil euros, 675 por parte da saúde.

Portanto, o reforço desta medida não se justifica neste quadro deste plano.

**Presidente:** Passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Para a mesma acção há igualmente uma proposta de alteração do PSD, que visa um reforço de 200 mil euros.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Há igualmente uma proposta de alteração para a acção 13.2.15, da autoria do PSD e que visa o reforço da mesma em 750 mil euros.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de alteração para a criação de uma nova acção, da autoria do PPM, que seria numerada como 13.2.18 e denominada “remodelação e ampliação de edifício para creche na Vila do Corvo”, dotada com 100 mil euros.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de alteração do PS para a acção 13.4.11 e que visa o seu reforço em 150 mil euros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

\* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que foi aqui afirmado hoje, o Partido Socialista preocupa-se com os desempregados e preocupa-se em particular com o impacto que o desemprego pode ter nas famílias, muito especialmente nas famílias com crianças menores.

Assim, visamos reforçar o complemento açoriano de abono de família em 150 mil euros, com o objectivo de num período de crise, num período de maior fragilidade reforçar o papel cuidador destas famílias e potenciar um desenvolvimento harmonioso das crianças.

**Presidente:** Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à proposta de alteração seguinte. É da autoria do PSD e é um aditamento que pretende criar a acção 13.4.14, tem como denominação “medicamentos gratuitos para idosos e cidadãos portadores de deficiência” e é dotada com 500 mil euros.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Há uma última proposta de alteração da autoria do PSD, que é o aditamento de um novo projecto, o 13.6 e tem como denominação “protocolos para valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores das IPSS”, dotada com 1 milhão de euros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.



\* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará desfavoravelmente esta proposta de alteração, por considerarmos tratar-se de uma proposta inoportuna, uma vez, como acabámos de ouvir ainda há pouco no discurso do Sr. Presidente, que no próximo ano será definido o novo quadro jurídico para o modelo de financiamento e cooperação com as IPSS, que certamente contemplará também esta matéria.

**Presidente:** Vou colocar à votação esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vou colocar agora à votação o Programa 13 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos para o Programa 14 que tem duas propostas de alteração apresentadas pelo PS.

A primeira é para a acção 14.1.4 e visa um reforço de 100 mil euros da mesma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

\* **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que a proposta é clara, no entanto não posso deixar de dizer que aquilo que propomos é um reforço nesta acção referente a uma iniciativa ao arrendamento,

sinalizando e reforçando aqui, até na sua própria redacção, a vertente jovem e o incentivo ao arrendamento jovem.

Dizer também, porque julgo que é pertinente que este reforço decorre também da recente aprovação nesta mesma casa, no plenário do mês passado, do Programa Famílias com Futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para uma nova proposta de alteração do PS, que visa a criação de uma nova acção numerada como 14.2.6 e denominada “programa de requalificação habitacional”, dotada com 300 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

\* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para deixar claro nesta câmara que o Grupo Parlamentar do PS propõe a criação de numa nova acção no âmbito do projecto 14.2.6, recuperação do parque habitacional.

Esta nova acção 14.2.6, “programa de requalificação habitacional”, está dotada com uma verba de 300 mil euros e constitui-se como mais um instrumento de apoio à reabilitação do património construído da nossa Região, destinado à habitação, ao mesmo tempo que promove a dinamização das pequenas empresas regionais ligadas ao sector da construção civil e obras públicas.

Como contrapartida à criação desta nova acção procede-se à redução de igual montante na acção 14.2.1, apoio à recuperação do parque habitacional privado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 14 da proposta com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 14 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos agora para o Programa 15, para o qual foram apresentadas 5 propostas de alteração.

Em termos lógicos, a primeira é do Partido Social Democrata para a acção 15.1.3 e visa o reforço desta acção em 100 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

\* **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A construção do Centro de Radioterapia dos Açores é precisão do Governo em regime de parceria público privada.

Cumprido o Governo, assim, o previsto na medida nº 3 do objectivo 4 do Programa do X Governo, consolidar o modelo de parcerias público privadas quanto à instalação de um serviço de radioterapia no Hospital Divino Espírito Santo, em São Miguel.

O Governo dos Açores no Programa 15, acção 15.1.3, Centro de Radioterapia dos Açores, inscreveu a construção deste centro porque assim assume inequívoca e claramente mais uma promessa que vai cumprir.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com mais este investimento na área da saúde e considera que não há necessidade de aumento de verba nesta acção, pois todas as despesas previstas em 2010 serão da parte do concorrente e não da Região.

Por isso, e porque – repito – se trata da concessão/construção do Centro de Radioterapia dos Açores em regime de parceria público privada, processo que o PSD parece que ainda não percebeu como funciona, a proposta de alteração do PSD não merece o acolhimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Os 50 mil euros são para quê, Sr. Deputado?!

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Segue-se novamente uma proposta de alteração do PSD para a acção 15.4.3 e visa um reforço da mesma em 1 milhão de euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

\* **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão que tivemos oportunidade também de discutir ao longo deste plenário, devo dizer que é conhecido o trabalho que o Governo tem realizado nesta matéria, nos seus diversos patamares: na prevenção, no tratamento, na minimização de danos ou até mesmo na reabilitação.

Além disso, e em coerência com aquilo que foi aprovado no Programa do Governo há cerca de um ano e em coerência também com a estratégia que foi aqui anunciada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e ainda em coerência com a razoabilidade que temos de ter na gestão dos recursos públicos, devo dizer que a

dotação já existente de 1 milhão e 500 mil euros representa uma evolução relativamente ao valor que estava em inscrito no último plano de 400 mil euros, que nos parece uma dotação positiva para esta questão.

Além disso ainda, é preciso referir que, tendo em conta esta questão e a sua incidência no que se refere à prevenção primária, é importante referir também que a prevenção primária não se esgota neste milhão e meio de euros que consta desta acção, porque também noutras acções, quer no âmbito da educação e formação no desporto, quer na juventude, constam também dotações consideráveis para a promoção de hábitos...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Está escrito no Programa?

Na parte da juventude não tem nada escrito!

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Tem, sim senhor. Não conhece o Programa!

**O Orador:** Pode inscrever-se, se quiser.

... de vida saudável. Portanto, parece-nos que é importante esta questão.

Além disso ainda é preciso dizer, e tendo em conta ali a postura do Sr. Deputado Cláudio Almeida, que mais uma vez, no seguimento da postura demagógica que o PSD nos tem habituado, o PS propõe X e o PSD propõe que seja X + Y.

Com essa postura não compactuamos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Passamos para mais uma proposta de alteração do PSD, para a acção 15.4.5 e visa o reforço de 1 milhão e 700 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

\* **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As medidas 3 e 4 do Objectivo 2 do Programa do Governo, “Promover a universalidade e acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde”, comprovam as evidências que hoje assistimos no aperfeiçoamento no programa de recuperação de listas de espera e na redução das mesmas para tempos de espera clinicamente aceitáveis.

Da avaliação rigorosa do cumprimento dos programas de recuperação das listas de espera implementados pelos Governos do Partido Socialista, concluímos que em 2008 conseguimos realizar as cirurgias cujo prazo excedia 24 meses e em 2009 vamos conseguir realizar as cirurgias cujo prazo excedia 18 meses.

Até ao fim de 2009, o Governo fixará os tempos máximos de resposta que vigorarão em 2010, tendo os utentes direito a aceder a um programa de recuperação de listas de espera cirúrgica ou de consultas de especialidade, quando esse tempo máximo de resposta for ultrapassado, sendo certo que haverá tempos máximos de resposta adequados à situação clínica dos utentes e ou doentes.

Importa realçar que ao nível do acesso a consultas de medicina geral e familiar, hoje, o utente sem médico de família dos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo não demoram mais do que 15-30 dias a ter uma consulta não urgente.

Dá-se por bem sucedido este programa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que a verba de 1 milhão e 700 mil euros, inscrita na acção 15.4.5 é suficiente, pois se nos aproximamos da capacidade instalada e nível de recursos humanos e materiais, o que temos de pugnar é por um incremento da produtividade e por medidas que prossigam a eficiência dos tempos nos blocos operatórios e no ambulatório.

Por estas razões o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra a proposta.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

\* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para saudar, apesar da hora tardia, a circunstância do Sr. Deputado Domingos Cunha, finalmente, ter começado a falar sobre assuntos de saúde neste Parlamento.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Embora seja para dizer não, saudamos o regresso do Sr. Deputado a estes debates na área da saúde que espero que se prolongue para além desta noite e maratona de discussão de Plano e Orçamento.

Em segundo lugar para dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que temos uma perspectiva diferente da perspectiva do Governo e da maioria socialista nesta matéria das listas de espera.

Esta proposta que o Partido Social Democrata apresenta, significa claramente que não estamos satisfeitos com um estado de coisas quanto às listas de espera nos Açores.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não estamos satisfeitos porque as pessoas esperam tempo demais e as listas de espera são uma vergonha para o Serviço Regional de Saúde e deviam envergonhar o Governo Regional e a maioria socialista que o apoia.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Não dizemos demagógicamente que queremos acabar com as listas de espera, porque não é possível acabar com as listas de espera.

O que dizemos é que queremos reduzir as listas de espera para tempos clinicamente aceitáveis.

Quero dizer-lhe Sr. Deputado Domingos Cunha, que essa promessa que o senhor aqui repetiu já foi feita pelo Sr. Secretário Regional da Saúde na aprovação de uma Carta dos Utentes para a fixação dos tempos máximos aceitáveis para os utentes do Serviço Regional de Saúde, mas o que é verdade é que continuamos à espera da definição desses tempos e continuamos à espera da aplicação da Carta dos Direitos dos Utentes na Região Autónoma dos Açores.

**Deputados Rui Ramos (PSD) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Há tempo que estamos à espera, há tempo demais.

Eu direi que este Governo e esta maioria socialista, em matéria de acessibilidade aos cuidados primários de saúde, gostam de facto das listas de espera.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

\* **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Muito obrigado, pela referência que fez à minha intervenção. Terei muito gosto de o fazer sempre que entenda oportuno e que o Grupo Parlamentar assim o entenda.

Eu gostaria só de recordar uma intervenção sua nesta Assembleia no dia 16 de Março de 2005. Entre outras coisas diz:

“É verdade que foi este modelo que ao longo destes anos permitiu importantes ganhos na área da saúde: a generalização do acesso dos cidadãos à saúde, o alargamento da rede de cobertura das unidades de saúde, a redução da taxa...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Disse-o ontem!

**O Orador:** ... de mortalidade perinatal e de mortalidade infantil, a expansão da prestação de cuidados diferenciados na rede de saúde pública,...

Portanto, o senhor reconheceu em 2005 que, de facto, o Serviço Regional de Saúde permitiu importantes ganhos na saúde.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Há melhorias com certeza. Disse-o ontem!

**O Orador:** Sr. Deputado, gostaria que me dissesse se se revê nesta sua afirmação:

“Nos hospitais o número de consultas aumentou. Para além do aumento do número de consultas externas, aumentou, sobretudo, o número de consultas nas urgências dos hospitais e pelas piores razões: hoje, quem vive perto de um hospital prefere estar duas ou três horas no banco de urgência e ser visto por um especialista do que ir a um centro de saúde para ser visto por um médico da carreira de clínica geral.”

Sr. Deputado, diga-me se é esta a sua posição e a visão do actual Serviço Regional de Saúde ou deste que o senhor aqui tanto elogiou em 2005, numa intervenção nesta Assembleia?

Muito obrigado.



**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

\* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não costumo recusar desafios desta natureza, para que não fiquem dúvidas.

Sr. Deputado Domingos Cunha, devo dizer-lhe que a afirmação é minha, mas ela não é uma afirmação que caiu do céu. Esta é a realidade que temos no Serviço Regional de Saúde.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Não foi essa a pergunta que lhe fiz!

**O Orador:** O que é verdade (e não vamos transformar este debate num debate sobre o Serviço Regional de Saúde, porque não é esse o objecto) é que os cuidados primários de saúde não dão resposta às necessidades dos cidadãos.

O Serviço Regional de Saúde não conseguiu dar resposta nesta questão essencial da colocação das listas de espera em tempos clinicamente aceitáveis.

Essa é uma realidade indesmentível por todos aqueles que não têm dinheiro para recorrer à medicina privada e que têm que recorrer à medicina pública.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

\* **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para que fique registado o Sr. Deputado não respondeu à pergunta que eu lhe fiz.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vou colocar à votação esta proposta de alteração do PSD para a acção 15.4.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Passamos para a proposta de alteração seguinte. É da autoria do CDS/PP e visa reforçar em 150 mil euros a acção 15.4.9.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

\* **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração ao Plano Anual para 2010 de reforço da acção 15.4.9 em 150 mil euros, por contrapartida de uma redução de igual montante na acção 15.4.1, “actualização dos profissionais de saúde”, que passa de 1 milhão e 150 mil euros para 1 milhão de euros, não descarta o propósito do Governo Regional dos Açores para a formação da saúde e reforça a acção que tem por finalidade diminuir as listas de espera cirúrgicas que preocupam os açorianos e os que optaram por viver nos Açores.

Ontem dissemos que os legisladores da bancada do Partido Socialista estão sempre decididos a deliberar e a aprovar estratégias para corroborar as orientações políticas para a saúde da Região Autónoma dos Açores.

A aprovação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a essa proposta de alteração é mais uma prova evidente da sua permanente atenção às propostas de todos os quadrantes políticos, sem prejuízo do comedimento do Plano de Investimentos para o ano de 2010.

O objectivo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é servir bem as pessoas, melhorando os cuidados prestados aos utentes com maior celeridade possível, principalmente quando é problemático resolver no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

A acessibilidade aos cuidados de saúde é uma perene preocupação do Partido Socialista.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**Presidente:** Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para uma proposta de alteração à acção 15.4.10, da autoria do PSD, e que visa reforçar esta acção em 250 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

\* **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A acção 15.4.10, “Plano Regional de Vacinação”, dispõe de uma verba de 1 milhão e 985 mil euros, apresentando um aumento de 700 mil euros face a 2009, que se destina à introdução da vacina pneumocócica para as crianças dos 0 aos 2 anos.

O Programa do Governo no Objectivo 2, medida 7, prevê a operacionalização de iniciativas comuns para a promoção e prevenção da doença.

A Organização Mundial da Saúde recomenda taxas de cobertura vacinal de 95%.

Os Açores, a mais baixa taxa de vacinação por escalão etário é de cerca de 98%.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que a dotação prevista na acção acima identificada é suficiente e adequada para prosseguir o Plano Regional de Vacinação que já inclui a vacina contra o cancro do colo do útero e introduzirá a vacina pneumocócica para as crianças dos 0 aos 2 anos.

Por estas razões o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra a proposta apresentada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

\* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Telegraficamente para justificar esta proposta do Partido Social Democrata que reconhece o bom esforço feito pelo Governo Regional em matéria de vacinação, mas esta proposta visa especificamente um objectivo, que é reforçar em 250 mil euros esta rubrica para um tipo de vacinação específico contra o cancro colo do útero para mulheres jovens, acima dos 14 anos de idade.

É uma vacinação cara. Exige 3 tomas, como sabemos.

Não está ao alcance de todos e esta medida visa simbolicamente dar início a um processo no qual a Região se deve empenhar que é o de ajudar as mulheres que têm mais de 14 anos a fazerem uma vacinação contra um tipo de cancro que mata um número elevado de mulheres na nossa Região.

Nessa medida, esta proposta tem este valor simbólico e tem este sinal dado também à sociedade açoriana.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só queria tentar perceber esta proposta do Partido Social Democrata para decidir melhor o voto da nossa bancada.

A pergunta é a seguinte:

A vacina do colo do útero já está incluída no Plano Regional de Vacinação, como de resto no Plano Nacional de Vacinação e está por fases. Neste momento, até aos 14, dentro em breve, quando se acabar esta faixa etária passará para outra. Esta devidamente programada.

O Sr. Deputado diz que é para vacinar mulheres a partir dos 14 anos.

É dos 14 até aos 100? Não há um limite?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Haverá com certeza. O senhor sabe melhor do que eu!

**O Orador:** Com certeza, mas tem que dizer. Aí é que está a diferença. Tem que pôr um limite, porque como sabe, a partir dos 65 anos aumenta a pirâmide etária.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Isto não é um plano de vacinação. Isto é o Plano e Orçamento.

**O Orador:** Sr. Deputado, estou a cingir-me à justificação que V. Exa. deu. Repito: vacinar as mulheres a partir dos 14 anos.

Até que idade?

Isto tem todo o interesse.

Como sabe, há alterações nas mulheres a partir de determinada idade. Portanto, a partir de uma idade não vale a pena vacinar, como o senhor sabe.

Outra pergunta (o senhor não tem tempo): 250 mil euros dão para quantas mulheres? Entre os 14 e até aos 100, quantas existem nos Açores que esta verba daria para vacinar?

Quando se fazem propostas elas têm que estar minimamente enquadradas naquilo que é o seu custo, o seu gasto, ou então faz-se uma proposta que não tem nenhum sentido, como é esta, que não se sabe que universo é que abrange, quantas mulheres vão ser vacinadas.

Esta proposta, para já, não faz nenhum sentido.

O Sr. Deputado está recordado que já alguém fez na Assembleia da República uma proposta semelhante, mas não quero me arrogar outra vez de outra proposta que já tenha sido feita na Assembleia da República por outro partido.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

\* **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para prestar um esclarecimento.

Em relação às raparigas com 15 ou 16 anos, já estão vacinadas.

As raparigas com 15 anos, em 2010, já foram vacinadas. As de 16, em 2010, também já foram vacinadas.

O nosso objectivo é vacinar todas as raparigas, toda a geração.

Estabelecemos como objectivo, em 2008, vacinar até aos 16 anos, porque é nesta idade que há efectivamente eficácia no combate à infecção do vírus.

A partir daqui tem que haver rastreios programados e é por essa via também que vamos chegar depois às outras gerações.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar a proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 15 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 15 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos para o Programa 16, o qual tem 3 propostas de alteração, sendo a primeira delas para acção 16.5.4, apresentada pelo PPM e que reforça a acção em 340 mil euros.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Segue-se também uma alteração apresentada pelo PPM à acção 16.5.5 e que visa reforçá-la no montante de 500 mil euros.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Finalmente neste programa temos uma proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, que altera a acção 16.10.4, no sentido de reforçá-la com 200 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

\* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Correndo o risco de sermos acusados, como há pouco foi um colega de bancada, de não termos percebido o alcance da proposta do PSD, tenho que confessar que manifestamente não percebemos.

Esta acção foi introduzida, pela primeira vez, no Plano de 2009, visando fazer face ao desenvolvimento do Projecto Green Islands, no âmbito do Projecto MIT-Portugal, contrato que foi assinado há poucos dias entre o Governo, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Universidade dos Açores.

Como é sabido e é público, esse projecto custará 648.745 euros, sendo ainda no ano de 2009 executados 148.745 euros, 450 mil é o montante previsto no Plano para 2010, no ano de 2010, e finalmente no ano 2011 os sobrantes 50 mil euros.

Com este enquadramento que é público e é deveras conhecido, não faz qualquer sentido o projecto apresentado pelo PSD, daí que votaremos contra esta proposta de alteração.

**Presidente:** Vamos passar para a votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 16 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 16 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa 17. Para este programa temos uma proposta de alteração da autoria do PCP e que visa a criação de uma nova acção, numerada como 17.4.7 e denominada “aquisição de embarcação para transporte de doentes entre as ilhas do Faial e do Pico, dotada com 400 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

\* **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A ideia do navio para o transporte de doentes surgiu num contexto em que se pensou que poderia ser útil não só para o transporte de doentes no canal, mas também poderia ser útil em missões de apoio à protecção civil e em qualquer parte da nossa Região.

Contudo, coube, por decisão do Governo, avançar uns projectos de construção do novo centro de saúde da Madalena, o que vai adicionar à Unidade de Saúde da Ilha do Pico um conjunto acrescido de valências e reduzir substancialmente o número de evacuações e, por outro lado, porque o avanço dos projectos para os navios do transporte no canal e no triângulo, navios que pela sua rapidez e pelo seu conforto farão este transporte em melhores condições do que uma pequena embarcação dedicada exclusivamente ao transporte de doentes e ainda porque os novos navios para operar no Grupo Central e no inter-grupos, pela sua dimensão, podem, em quaisquer condições de tempo e de mar, posicionar-se em qualquer ilha do nosso arquipélago com meios humanos e materiais necessários ao apoio à protecção civil em qualquer situação de catástrofe, e inclusive podem, em poucas horas serem transformados e pela sua dimensão com inúmeras vantagens, se for necessário, até



em navio hospital, neste novo cenário, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode dar o seu apoio e concordância a esta proposta de alteração do PCP.

**Presidente:** Vamos passar para a votação da proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 17 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 17 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos para o Programa, para o qual foram apresentadas duas propostas de alteração, ambas do PCP, a primeira para a acção 18.5.7, e que visa o reforço da mesma em 1 milhão de euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

\* **Deputado Alexandre Pascoal (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está em curso um estudo que visa a reformulação do serviço público de transportes colectivo de passageiros nos Açores, cuja conclusão está prevista para Abril do próximo ano, de modo que é neste momento prematuro o reforço orçamental desta acção sem sabermos as suas reais conclusões e implicações financeiras.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está empenhado em ver esta medida implementada para garantir desta forma o melhor tarifário social nos transportes públicos.

No entanto, congratula-se pelo entendimento que o PCP tem sobre esta matéria em clara consonância com a política governamental deste Governo. Não obstante o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar desfavoravelmente esta proposta.

**Presidente:** Vamos passar para a votação da proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de alteração também do PCP que visa criar uma acção nova, numerada como 18.7.13 e denominada melhoria das acessibilidades dos edifícios público, dotada de 200 mil euros.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

\* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente esta proposta por considerar que ela contribui para a concretização daquilo que tem sido um objectivo dos Governos do Partido Socialista desde sempre, ou seja, prosseguir e garantir uma efectiva igualdade de oportunidades através do acesso, em igualdade de circunstâncias, aos serviços públicos.

Se é certo que as novas construções da responsabilidade do Governo Regional cumprem integralmente a legislação em vigor pelo que têm acessibilidade garantida e que outras construções anteriores têm vindo a ser adaptadas, não é menos certo que persistem alguns problemas de acessibilidade, por vezes fruto de barreiras físicas e outras vezes fruto de barreiras atitudinais.

**Deputado Pedro Gomes (PSD).** A começar por este Parlamento!

**A Oradora:** É nossa intenção continuar a combatê-las.

Importa dar continuidade a esse processo, importa garantir que todos tenham acesso aos serviços públicos, que todos tenham acesso aos edifícios, mas mais do que isso que todos tenham acesso aos bens e serviços que são disponibilizados no interior desses edifícios.

Sem prejuízo do nosso voto favorável, importa ainda referir que esta não é uma tarefa exclusiva do Governo Regional. Esta é uma tarefa que envolve o Governo da República, que envolve as autarquias, que envolve as empresas e que envolve cada um de nós quando, por exemplo, estacionamos uma viatura em cima de um passeio ou numa passadeira.

O Governo Regional, pela sua parte, continuará a dar um contributo para a prossecução deste objectivo.

**Presidente:** Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o Programa 18 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 18 foi aprovado com 30 votos a favor PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** O Programa 19 não tem qualquer proposta de alteração.

Vou colocá-lo de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 19 foi aprovado com 30 votos a favor PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Segue-se o Programa 20, o qual tem uma proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP e que visa a criação de uma nova acção numerada como 20.4.2 e denominada “avião cargueiro”. É dotada de 50 mil euros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

\* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista compreende o propósito do CDS/PP em apresentar esta proposta, mas acha que a base que utiliza para fazer a proposta está errada, e digo-lhe porquê. Porque o Sr. Deputado afirma que a entrada em funcionamento dos novos DASH Q-200 não foram suficientes para resolver os problemas de carga. É um facto, Sr. Deputado.

Mas também é um facto que isto era esperado, porque ainda falta a entrada ao serviço da SATA de 4 aviões Q-400 que, como bem sabe, irão aumentar em muito a capacidade e a operacionalidade dos aviões.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto o avião não é totalmente fulminado, ainda consegue voar um bocadinho, queria agradecer a intervenção e responder ao Sr. Deputado Francisco César o seguinte:

Não fui eu que disse que com a introdução dos Q-200 o problema ficava resolvido. Alguém o disse.

Aliás, eu sempre disse que não ficaria. Se V. Exa. fizer um esforço vai lembrar-se de quem disse num debate em Abril passado, que se não me falha a memória, embora sem garantias absolutas já na minha idade, terá sido o Sr. Secretário da Economia que disse que o Q-200 daria resposta a isto.

Agora, há outra alteração à frota e devo dizer-lhe que se resolver o problema cá estamos para o aceitar, porque o que nos interessa é a resolução do problema.

Se com a ampliação da frota, o problema ficar resolvido com o Q-400, não teremos nenhum problema em não voltar a apresentar a proposta.

Agora, se com a introdução do Q-400 o problema persistir, Sr. Deputado Francisco César, cá estaremos daqui a um ano a apresentar novamente a proposta.

O que nos interessa é que o assunto fique resolvido, ou com Q-400, ou com Cessna, ou com Q-200. O que queremos é resolver o problema.

O que também propúnhamos aqui, e o Sr. Deputado José San-Bento atirou às cegas, porque não atirou avião nenhum, era apenas um estudo. O avião ainda não descolou, Sr. Deputado José San-Bento.

De qualquer modo damos o benefício da dúvida, embora já tivemos razão uma vez e oxalá não tenhamos segunda.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

\* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Não há forma delicada de dizer isto: efectivamente a idade já lhe pesa!

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

Gostaria de dizer por que razão é que na perspectiva do Governo esta é uma má proposta, mesmo enquanto estudo.

Em primeiro lugar importa ter presente de onde é que partimos.

As actuais aeronaves ATP têm uma capacidade de carga à volta de 9,4 metros cúbicos.

Estamos a falar, segundo a proposta do CDS/PP, num avião que seria o Cessna Caravan Cargomaster.

Vamos tomar como referência não esse tipo de avião, mas até o último modelo ou o modelo mais avançado da Cessna em termos da capacidade de carga. Eu estou a falar do Super Cargomaster.

O Super Cargomaster tem uma capacidade de carga à volta de 12,8 metros cúbicos. Os DASH Q-200, na sua totalidade de versão de passageiros, tem uma capacidade de carga de 8,5 metros cúbicos. Com 29 lugares, a funcionar já com uma parte de carga, tem uma capacidade de 18 metros cúbicos.

Repito, Sr. Deputado, porque a idade já lhe pesa:

Com 37 lugares, 8,5 metros cúbicos de capacidade de carga; com 29 lugares, 18 metros cúbicos de capacidade de carga; com 21 lugares 25 metros cúbicos de capacidade de carga.

O Q-400 tem um compartimento de carga com o volume de 14,2 metros cúbicos.

Por isso é que a sua proposta, tendo em conta aquela que é a capacidade de carga que está neste momento à disposição e que estará futuramente, com a conclusão da renovação da frota da SATA, não se justifica sequer esta questão, porque efectivamente não vem resolver nada.

Não vem resolver nada, por outro lado, porque precisamos de ter consciência, por que razão é que de tempos a tempos existem problemas de carga na SATA.

Temos situações, nomeadamente de pescadores que antes de irem para o mar reservam uma determinada capacidade de carga. Se não é exigível ao pescador que saiba, quando vai para o mar, se vai pescar 100, 200, 300 ou duas toneladas de pescado, também não é exigível à SATA que permanentemente tenha a disponibilidade de carga de 100, 200, 300, 400 ou duas toneladas.

Para lhe dar um exemplo que contraponho àquilo que aconteceu no Pico recentemente, numa outra ilha da nossa Região foram reservadas 2,5 toneladas de carga para sair. A SATA preparou-se e deslocou os meios para escoar 2,5 toneladas de carga, de pescado dessa ilha.

Sabe quanto é que transportou?

300 quilos!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Qual foi a ilha?

**O Orador:** Não culpamos ninguém por esta situação. Acreditamos que é necessário aperfeiçoar a coordenação para garantir isso, mas efectivamente não é com um avião cargueiro exclusivamente dedicado à carga que o problema se vai resolver.

Esta é, pois, uma má solução porque não resolve o problema, uma má solução porque os seus custos directos não compensam a sua capacidade (o preço do avião), e uma má solução pelos seus custos indirectos. Recorde-se que a utilização de uma aeronave diferente vai ter, desde logo, um quadro de pilotos exclusivamente vocacionado para ela, se for um Cessna, não pode ser a tripulação dos DASH. O cargueiro tem que estar disponível a qualquer altura para efectivamente dar resposta àquele objectivo e isso implica pelo menos 3 tripulações de forma a cobrir os tempos de período de descanso semanal, férias e formação.

É por isso uma má solução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

*(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)*

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José San-Bento:

Eu já desafiei o Sr. Vice-Presidente do Governo e desafio a si, quando quiser falar sobre submarinos. Estamos entendidos!

Sr. Secretário Regional da Economia, a idade já me vai pesando, mas não me falta ainda a lucidez!

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** O senhor é que disse!

**O Orador:** Eu disse da idade.

Os seus argumentos é que são falaciosos. O senhor falou nos custos do avião.

Primeiro: não disse quanto custa o avião.

Segundo: se é novo ou se não é. Faz toda a diferença em termos de custos, como vimos com os DASH da SATA.

Vamos começar por aí, se é um avião novo, se é um avião usado e qual é o custo da operação por hora deste Cessna Caravan ou Super Cargomaster, o que o senhor

quiser comprar, custos de operação com manutenção incluída, pilotos e amortização da aeronave.

A Cessna fornece-lhe esses dados. É à distância de um clique e aparecem-lhe os dados todos.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Não é preciso, tenho esses dados.

**O Orador:** De resto, há obviamente a melhoria da operacionalidade e evita esses problemas até à SATA, porque se calhar, por essa reserva, até deixou umas malitas atrás antes de vir ou ao partir, como acontece várias vezes. As pessoas vêm e para trazer carga, ficam as malas dos passageiros atrás e isso acontece todos os dias, obviamente porque a SATA tem que gerir a carga para não deixar o pescado.

Esse avião, o senhor sabe que tem uma velocidade de ponta, elevada, de cruzeiro e permite não estar dependente de horários de uma companhia aérea e permite, sendo gerido, por exemplo, por uma Associação de Pescadores, ou pela Lotaçor, ou por quem quer que seja, aliás, no âmbito do desenvolvimento das infra-estruturas das pescas, ...

**Deputado José San-Bento (PS):** Para que é o estudo?

**O Orador:** Eu posso acabar?

Os senhores são tão modernos, tão defensores das tecnologias, (parece que não são tanto): é a melhoria dos horários, é termos capacidade de carga no 310 de Ponta Delgada para Lisboa e não termos nas Lajes e o avião facilmente leva do Pico ou de São Jorge para a *gateway* que tiver disponibilidade de carga.

Como o Sr. Secretário sabe, nem todas têm ao mesmo tempo disponibilidade de carga.

Se às vezes não há na Terceira pode haver de Ponta Delgada e o pescado em vez de ficar mais de 24 ou 48 horas nos Açores e perder 50% do seu valor, sai nesse mesmo dia pela *gateway* que estiver disponível e isso é uma das outras mais valias que o senhor esqueceu de referir na sua intervenção.

Quanto aos custos, Sr. Secretário, são infinitamente mais baixos (repito, infinitamente mais baixos), por avião comercial, mesmo tendo, o senhor obviamente não precisa de ter, não é uma operação comercial de passageiros,



portanto não exige as mesmas regras, não está sujeito às mesmas regras de uma operação comercial de passageiros, nos tempos de voo, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** O que são os tempos de voo?

**O Orador:** As horas de voo, sim.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Não exige!

**O Orador:** Não exige por uma razão muito simples, porque o senhor sabe as horas que vão voar. Não vão fazer as 6 pernas seguidas, ou as 4 pernas.

O senhor, nesse estudo, poderia ver qual era a melhor forma, se era uma parceria público-privada, se era com algumas associações do sector, etc., etc.

O estudo, Sr. Secretário, não prejudicava em nada isto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

\* **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de dizer que o Sr. Deputado Artur Lima centra a sua argumentação...

**Presidente:** O Sr. Deputado Artur Lima tem apenas 15 segundos, Sr. Secretário.

**O Orador:** ... quanto à validade deste argumento, quanto à validade desse estudo, no facto de não saber se o avião era novo ou se era usado, se os custos seriam assim ou seriam assado, ou seja, pode ser baratinho, pode não custar muito, o que interessa é termos o avião.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** O senhor comprou o Q-200 assim!

**O Orador:** Conforme eu demonstrei o problema não é esse, isso foi o último argumento, mas para si foi o primeiro.

A questão deve ser colocada ao contrário, ou seja, o assunto fica ou não resolvido com um Super Cargomaster, com um avião cargueiro?

Não fica, tendo em conta as capacidades que eu acabei de referir, as capacidades do Cessna e as capacidades do Q-200 e do Q-400.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** É a agilidade, Sr. Secretário!

**O Orador:** Antes de chegarmos à questão dos custos, há essa questão prévia de saber se a capacidade de carga disponibilizada por um avião cargueiro, como é proposto pelo CDS/PP, resolveria ou não o assunto.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Na totalidade!

**O Orador:** A resposta é clara. Basta confrontar dados, basta confrontar números que estão efectivamente à distância de um clique.

Não tem razão o Sr. Deputado Artur Lima e o CDS/PP nesta proposta.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não apoiado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A esta hora da noite, só voo de balão.

*(Risos da Câmara)*

Sr. Presidente, a minha intervenção é mais no sentido de uma interpelação à mesa. Creio que esta proposta tem um problema técnico e pedia-lhe, que me esclarecesse, esclarecendo a câmara.

Já que esta proposta prevê a criação de uma nova acção com o valor de 50 mil euros, como contrapartida de uma redução de uma acção e de um programa que já está votado e cuja a votação já está fechada, julgo que estamos perante uma impossibilidade técnica de votar esta proposta, na medida em que ela tem a criação de uma acção vinculada a uma redução de um programa que é o 9, que já votámos. Portanto, creio que nem sequer é possível votá-la neste momento.

**Presidente:** Sr. Deputado, esta proposta está prejudicada, na medida em que a anterior já foi votada e não foi votada nesse sentido.

Parece-me bem, Sr. Deputado. Creio que tem razão.

Assim sendo vamos votar o Programa 20 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 20 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos agora para o Programa 21 que não tem qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 21 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos para o Programa 22 que tem uma proposta de alteração do Partido Popular Monárquico e que, seguindo a lógica, que agradecemos, do Sr. Deputado Pedro Gomes, na medida em que tenta criar uma acção nova à conta de verba de acções que já votámos e já encerrámos, também se encontra prejudicada.

Então vamos votar o Programa 22 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 22 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Vamos votar o Plano Regional Anual para 2010 em votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Regional Anual para 2010 foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 votos

a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, é para uma interpelação à mesa, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** Está concedido, Sr. Deputado.

*Eram 2 horas e 05 minutos.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradece que retomassem os vossos lugares.

*Eram 2 horas e 20 minutos.*

Vamos proceder à votação na generalidade do Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2010.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da RAA para 2010 foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** O diploma na especialidade não tem qualquer proposta de alteração do artigo 1º ao artigo 11º, inclusive.

Pergunto à câmara se posso colocar à votação estes artigos em bloco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD requer a votação dos artigos 1º e 2º isoladamente, depois do 3º ao 7º inclusive.

**Presidente:** Sim senhor. E a partir daí pode ser em bloco.

Está em debate o artigo 1º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos para o artigo 2.

Se não houver intervenções, vou colocá-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 2º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Artigos 3º a 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Artigos 8º. a 11º inclusive.

Não havendo intervenções, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos para o artigo 12º. Há uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda e outra do PCP.

A primeira é do Bloco de Esquerda e exclui da autorização de alienação de participações sociais as referentes aos sectores estratégicos e de primeira necessidade das populações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Julgamos que pela importância que tem o facto do património ser alienado, deve ser discutido nesta Assembleia, daí termos proposto a eliminação deste artigo.

Julgamos que é matéria que deve ser discutida e decidida pela Assembleia.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

\* **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar a nossa concordância com a proposta do Bloco de Esquerda que agora está em apreciação e para dizer que desta forma demonstramos que votamos favoravelmente todas as propostas de todos os partidos ou apoiamos e aceitamos as propostas de todos os partidos que entendemos que eram boas e úteis.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** No caso do Plano só não votámos algumas das propostas do PPM favoravelmente porque elas padeciam de um vício relativamente ao desrespeito em relação ao princípio do equilíbrio orçamental.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Governo não vota. O senhor devia ter explicado isso no debate!

**O Orador:** Da mesma forma que consideramos que o Plano ficou melhor com as propostas do PS, do PCP, do PP e do PSD que votámos favoravelmente, consideramos também que o Orçamento ficará melhor com esta proposta do Bloco de Esquerda e com a proposta seguinte, também apresentada pelo Bloco de Esquerda, que serão, como verão, viabilizadas.

Porque nós não votamos...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Governo não vota!

**O Orador:** ... segundo o proponente, nós não apoiamos, segundo o Partido. Nós apoiamos as boas propostas e aquelas que melhoram os documentos em apreciação.

Muito obrigado.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Muito bem!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vou colocar à votação esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD e 4 votos contra do CDS/PP.

**Presidente:** A proposta de eliminação do PCP fica prejudicada, depois desta votação.

Temos de seguida um bloco de artigos, sem propostas de alteração, do artigo 12º ao artigo 17º.

Se não houver oposição da câmara, porei à votação em conjunto.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD requer a votação em separado.

**Presidente:** Então, vamos votar o artigo 12º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que não há que votar o artigo 12º, na medida em que esta proposta do Bloco de Esquerda substitui integralmente a proposta apresentada pelo Governo e, como tal, a proposta oriunda do Governo está prejudicada.

O artigo 12º passa a ser a proposta que o Bloco de Esquerda apresentou e que foi aprovada pela maioria desta câmara.

**Presidente:** Muito bem. Então se for do acordo da câmara, face à substituição total que a proposta do Bloco de Esquerda faz a este artigo, passamos para o artigo 13º.  
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 13º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos ao artigo 14º que também não tem qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 14º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para os artigos 15º e 16º, não existe qualquer proposta de alteração.

Se não houver oposição da câmara, votamos em conjunto.

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 17º para o qual também não existe qualquer proposta de alteração.



As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 17º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos abstenções do BE.

**Presidente:** Temos agora uma proposta de aditamento do Bloco de Esquerda, que tomaria o número de 17º-A, sob a epígrafe “transparência na contratação pública que contempla as alíneas a), b), c), d) e e).

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

\* **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para manifestar o sentido de voto do Partido Socialista relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, que é favorável, tendo em conta que visa aumentar a transparência da contratação pública.

Já há da parte do Governo, e em termos de imposições legais, um conjunto de regras e de procedimentos que são feitos em termos do licenciamento e dos concursos públicos, alguns até internacionais têm que ser publicados em jornal das comunidades e outros no Diário da República.

Todavia, em nome da transparência e da modernização da Administração Pública, vamos votar favoravelmente esta proposta.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar a proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Para os artigos 18º e 19º, não existe qualquer proposta de alteração.

Se não houver oposição da câmara, votamos em conjunto.

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Artigo 20º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Artigo 21º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 21º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de aditamento, apresentada pelo PS e pelo PSD, que tomaria a denominação de artigo 21º-A, sob epígrafe “sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, de 20 de Janeiro”. Contempla dois números: o nº 1 altera o nº 1 do artigo 4º do Decreto Legislativo Regional 2/99/A, e o nº 2 dispõe sobre produção de efeitos.

Não havendo intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 22º, não existe qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Artigo 23º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de aditamento do Partido Socialista, numerada como 23º-A e sob a epígrafe “alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 28/2004/A, de 24 de Agosto”.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

\* **Deputada Graça Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com esta proposta pretende-se simplificar, relativamente ao Decreto Legislativo 28/2004, no que diz respeito ao fomento da empregabilidade e qualificação dos trabalhadores e promoção do emprego. Tem como objectivo que as escolas já por si são entidades formadoras, evitando que escolas do ensino regular, públicas e

profissionais tenham que se submeter a um processo de acreditação para poder ministrar formação no âmbito, por exemplo, dos cursos do PROFIJ, podendo assim também beneficiar dos apoios do Fundo Social Europeu.

Desta forma julgamos estar a contribuir para uma agilização e desburocratização de processos administrativos.

Muito obrigada.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou colocar à votação a proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 24º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 24º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Artigo 25º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 25º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Segue-se uma proposta de aditamento ao artigo 25º, que toma aqui a denominação de 25º-A e sob a epígrafe “Programa Estagiar”, da autoria do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP visa, por um lado, criar um apoio para os jovens estagiários que usufruem dos Programas Estagiar e, por outro lado, tem também um outro objectivo que é responsabilizar socialmente as empresas e as organizações promotoras dos Programas Estagiar, uma vez que consideramos que uma organização, uma empresa que não tem capacidade para pagar um valor idêntico ao subsídio de alimentação que está consagrado para a Administração Pública, não terá com certeza condições nem para promover estágios e muito menos para depois poder contratar esses jovens estagiários.

Por outro lado, a introdução deste pequeno subsídio ajudará certamente a disciplinar a forma como as organizações promovem ou tendem a utilizar estes jovens de uma forma indiscriminada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

\* **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que esta proposta do Partido Comunista parece-nos aceitável.

É conhecida e reconhecida a importância dos programas de estágios profissionais para milhares de jovens.

Esta proposta introduz uma inovação que na perspectiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista responsabiliza em limites responsáveis e aceitáveis as entidades promotoras e tem a virtude de não desvirtuar em circunstância nenhuma o objecto e a intenção destes programas de estágio.

É por isso que esta proposta merece a aprovação da nossa parte.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar a proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 votos contra do PSD.

**Presidente:** Coloco agora à discussão uma proposta de aditamento também ao artigo 25º, sob a epígrafe “tarifas promocionais para estudantes”, da autoria do Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

\* **Deputado Francisco César (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista está de acordo com a proposta de aditamento do CDS/PP, no sentido da instituição de tarifas promocionais para estudantes residentes.

Neste momento temos tarifas para estudantes residentes em todas as nossas ligações, quer seja dentro do arquipélago, para o continente e entre as duas regiões autónomas.

É bom saber que esta proposta vai na esteira daquilo que tem sido a política do Partido Socialista nesta matéria.

Aliás, nas últimas obrigações de serviço público instituídas por este Governo inter-ilhas, foi instituído exactamente nessas mesmas obrigações uma tarifa de estudante que tem cerca de 40% de desconto sobre a tarifa base e, para além disso, uma tarifa promocional de estudante que tem, sobre a tarifa base cerca de 70% de desconto.

Neste sentido o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou colocar à votação a proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 26º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 26º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Coloco agora à discussão uma proposta de aditamento também ao artigo 26º, sob a epígrafe “Programa Reactivar”, da autoria do Partido Popular.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

\* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Programa Reactivar tem demonstrado ser um importante instrumento na dupla certificação de cidadãos que abandonaram, muitos deles precocemente, o sistema educativo.

Sem esta oportunidade de formação profissional e académica dificilmente teriam acesso a um emprego qualificado.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta do CDS/PP que permite alargar o acesso de todos os jovens com idade mínima de 16 anos a este programa Reactivar e elimina por essa via o requisito de obrigatoriedade de se inscreverem na Agência para a Qualificação e Emprego, com pelo menos 3 meses, como estava previsto na Portaria.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou colocar à votação a proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Segue-se os artigos 27º e 28º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Como é, Sras. e Srs. Deputados, da nossa praxe, embora juridicamente esteja incluído no artigo 1º, costumamos votar as alterações e depois os mapas anexos ao Orçamento.

Neste caso começamos pelo Mapa II, que tem duas propostas de alteração: uma do PSD...

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parece-me que todas as propostas de alteração aos mapas ficaram prejudicadas, com excepção da do Partido Socialista para o Capítulo I, do Mapa II, que visa garantir o financiamento da acção referenciada há pouco.

**Presidente:** Sendo essa a interpretação da câmara passamos para a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Está aberto o debate.

Não havendo mais intervenções, vou colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Havia igualmente uma proposta de alteração para o Mapa IV do PCP, que ficou prejudicada pela votação do Plano.

Assim sendo, vamos agora votar em conjunto os Mapas I a IX, com a alteração que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.



**Secretário:** Os mapas apresentados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos proceder à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

\* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que considerávamos como possível de vir a acontecer tornou-se uma realidade.

A abertura do Sr. Presidente do Governo Regional para acolher propostas de alteração vindas da oposição afinal era um logro.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Não senhor!

**O Orador:** Foi apenas mais encenação.

Mostrámos que quando as alterações propostas podem beneficiar o desenvolvimento dos Açores votamos favoravelmente, venham de onde vierem. Somos responsáveis.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Quanto ao Governo, continua fechado sobre si mesmo, encerrado no seu casulo, indiferente, sem querer responder com clareza, com efectiva vontade à resolução dos problemas dos Açorianos.

É pena que o Partido Socialista e o Governo Regional não queiram abandonar a postura que o tempo se encarregou de tornar um vício.

Foi lastimável que o Partido Socialista, que o Governo Regional, não aceitassem contributos de quem os apresentou de forma responsável.

É inconcebível que continuem a não querer melhorar o bem-estar dos açorianos e dar maior desafogo às empresas.

Optaram mais uma vez pela arrogância.

Ficaram a perder os açorianos, mais uma vez, por mais um ano!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

\* **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um bom Plano!

Este é um bom Orçamento!

Um Plano que dá resposta e sequência ao cumprimento dos nossos compromissos prosseguindo a adequação do investimento à desfavorável conjuntura externa que se faz sentir também na nossa região.

Um Plano que representa 815 milhões de euros, 25% das Orientações de Médio Prazo que aprovámos há apenas 8 meses nesta casa.

Sendo certo que queremos sempre mais e melhor para os Açores e para os açorianos, este é um bom Plano...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Um mau Plano!

**O Orador:** ... e vem na senda do crescimento do investimento na nossa Região.

Um Plano equilibrado ao nível financeiro que fala verdade aos açorianos.

Um Plano que reforça não só os sectores produtivos, como de uma maneira geral os sectores económicos, também o turismo, ao contrário de algumas que foram as declarações que aqui ouvimos e que prossegue também no reforço daquilo que são

áreas que são para nós fundamentais: o reforço do nosso sistema educativo, o reforço da solidariedade social na nossa Região, o reforço da saúde.

Por todas estas razões é um Plano que merece o nosso voto favorável.

Um Plano que se aproxima àqueles que são os nossos objectivos de médio prazo para os Açores e que transmitem uma resposta adequada aos efeitos da conjuntura económica internacional.

Declarámos e cumprimos votando favoravelmente também não apenas a proposta de Plano, como também muitas das propostas de alteração que foram apresentadas nesta casa da parte de todos os partidos, à excepção, é verdade, do PPM que conforme tivemos oportunidade de verificar apresentou propostas que violavam os princípios do equilíbrio orçamental. Consideramos tratar-se de propostas ilegais.

Temos, portanto, um Plano que prossegue um rumo para os Açores.

Tenho dito.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem 15 segundos.

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o CDS/PP deu um exemplo de como ser oposição.

Crítica, mas construtiva, soubemos fazer propostas para melhorar estes documentos e soubemos fazer propostas para benefício das famílias e sempre a favor dos açorianos.

Mais uma vez nos orgulhamos de termos nestes documentos propostas aprovadas que ficarão a bem das famílias e das empresas dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, pedia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência, o favor de se acercarem da mesa.

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, reiniciamos os nossos trabalhos daqui a pouco, às 11 da manhã de hoje.

Até lá muito boa noite e bom descanso.

*Os trabalhos terminaram às 3 horas.*

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**Berto José Branco Messias**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Deputados que faltaram à Sessão:***

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Cláudio José Gomes Lopes**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa**

\* Texto não revisto pelo orador

## **Documentos entrados**

### **Listagem da correspondência**

**Assunto:** ofício a dar conhecimento do relatório de auditoria e a verificação interna de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 18/2009-FC//SRATC (Proc.º n.º 09/104.01) – “Serviço Regional de Estatística dos Açores (processos de pessoal)”

- VIC n.º 14/2009-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 09/119.01) – “Município de Santa Cruz das Flores”

- VIC n.º 15/2009-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 09/119.030) – “Freguesia da Fajãzinha”

**Proveniência:** Tribunal de Contas.

**Data de Entrada:** 2009.11.25

**Referência:** 04.04.06/1/IX;

—

**A redactora:** Maria da Conceição Fraga Branco